

**Ricardo Figueiredo Pirola**

**A conspiração escrava de Campinas, 1832 : rebelião,  
etnicidade e família**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de  
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas sob a orientação  
do Prof. Dr. Robert W. Slenes.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação  
de mestrado defendida e aprovada pela comissão  
julgadora em 01/03/2005.

Banca

Prof. Dr. Robert W. Slenes (orientador)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (membro)

Prof. Dra. Silvia Hunold Lara (membro)

Março de 2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

P668c

Pirola, Ricardo Figueiredo.

A conspiração escrava de Campinas, 1832 : rebelião, etnicidade e família / Ricardo Figueiredo Pirola. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravidão – Campinas (SP). 2. Identidade.  
3. Revoltas. 4. Escravos – Biografia. 5. Campinas (SP) - História. 6. Etnologia. I. Slenes, Robert Wayne Andrew.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras -chave em inglês (Keywords): Slavery – Campinas (SP).  
Identity.  
Riots.  
Slaves – Biography.  
Campinas (SP) – History.  
Ethnology.

Área de concentração: História social.

Titulação: Mestre em História do Brasil.

Banca examinadora: Robert Wayne Andrew Slenes, Flávio dos Santos Gomes, Sílvia Hunold Lara.

Data da defesa: 01/03/2005.

## Resumo

No ano de 1832 foi descoberto um plano de revolta escrava em Campinas, envolvendo quinze fazendas. O objetivo deste trabalho é construir uma biografia coletiva dos escravos e do liberto envolvidos nesse plano de rebelião. Buscaremos acompanhar a trajetória desses revoltosos desde o momento em que chegaram na vila de Campinas até o ano de 1832. Levantaremos vários aspectos de suas vidas, como, por exemplo, a época em que chegaram na região, as procedências, os tipos de tarefas desempenhadas nas fazendas, as relações de parentesco e outros. Esperamos com isso tirar algumas conclusões para discutir a temática da comunidade escrava. Existiria uma comunidade escrava homogênea pelo simples fato de todos terem a mesma condição cativa? Ou os escravos eram bastante divididos entre si pelas diferenças de origem, sendo os crioulos (cativos nascidos no Brasil) menos propensos a se rebelarem contra os senhores que os africanos? Ou, ainda, seriam aqueles escravos casados e com profissões especializadas completamente estranhos à maioria dos cativos que não experimentavam essas vivências e totalmente avessos a rebeliões coletivas? O trabalho utiliza o método de ligação nominativa das fontes, baseado em cinco séries documentais: processo-crime de 1832, inventários, censos populacionais, registros de batismo e casamento escravo.

## **Abstract**

In the year of 1832 a plan of enslaved revolt in Campinas was discovered, involving fifteen farms. The objective of this work is to construct a collective biography of the slaves and of free people involved in this plan of rebellion. We will search to follow the trajectory of these rebels since the moment where they had arrived in the village of Campinas until the year of 1832. We will raise some aspects of its lives, as, for example, the time where they had arrived in the region, the origins, the types of tasks played in the farms, the relationships and others. We wait with this to obtain some conclusions to argue the thematic of the enslaved community. Would exist a homogeneous enslaved community for the simple fact of all to have the same captive condition? Or the slaves sufficiently were divided between itself for the origin differences, having been the crioulos (captive been born in Brazil) less inclined to rebel against the masters who the Africans? Or, still, they would be those slaves married and professions specialized completely strange to the majority of the captives who did not try these experiences and total opposite the collective rebellions? I will use five documents: the evidence produced during the repression, inventories, censuses, registers of baptism and enslaved marriage.

## Lista de mapas e figuras

<b>Mapa</b>	
1 – Propriedades rurais em Campinas, 1954.....	53
<b>Figuras</b>	
1 – Relações de parentesco entre os proprietários citados no plano de revolta de 1832.....	52
2 – A família de Fabiano crioulo.....	128
3 – Os afilhados de José e Catharina (pais de Fabiano crioulo).....	129
4 – A família de Felizardo crioulo e Américo crioulo.....	135
5 – Os afilhados de João e Maria (pais de Felizardo e Américo).....	136
6 – A família de Januário Cabinda.....	167
7 – Os afilhados de João e Quitéria (pais de Januário).....	168
8 – A família de Francisco.....	169
9 – Os afilhados de Eugênio e Roza.....	174
10 – A família de Miguel.....	175
11 – A família de Diogo Rebolo.....	179
12 – Os afilhados de José e Joana e Diogo e Joana.....	182
13 – A família de Ignácio.....	183
14 – Os afilhados de Ignácio.....	186
15 – As relações de parentesco entre os escravos condenados em 1832.....	197

## Lista tabelas

- 1 – Proprietários citados no plano de revolta de 1832 .....51
- 2 – Variação da posse de escravos em Campinas 1801 – 1805.....56
- 3 – Proporção de crioulos e africanos na população escrava, Campinas 1801-1805.....58
- 4 – Distribuição dos escravos por sexo e período, Campinas 1801-1835.....59
- 5 – Distribuição dos africanos e crioulos por sexo e período, Campinas 1801-1835.....60
- 6 – Distribuição dos escravos por faixa etária e período, Campinas 1801-1835.....61
- 7 – Distribuição dos africanos e crioulos por faixa etária e período, Campinas 1801-1835.....63
- 8 – Procedências dos africanos em Campinas, 1801-1835.....109
- 9 – Distribuição dos escravos especializados e domésticos por faixas etárias.....145
- 10 – Distribuição dos escravos casados e viúvos por faixas etárias.....157
- 11 – Relação dos escravos condenados no plano de revolta de 1832.....195

## **Lista de abreviaturas**

ACMC – Arquivo da Câmara Municipal de Campinas

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

FPE – Fundo Peter Eisenberg

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

CMU – Centro de Memória da Unicamp

TJC – Tribunal de Justiça de Campinas

## Sumário

Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Lista de mapas e figuras.....	xiii
Lista de tabelas.....	xv
Lista de abreviaturas.....	xvii
Introdução.....	21
<b>Parte I</b>	
Capítulo I: A chegada dos senhores da terra.....	39
Capítulo II: A demografia da população escrava em Campinas, 1801 - 1835.....	55
Capítulo III: O governo e o desgoverno dos escravos.....	65
<b>Parte II</b>	
Capítulo IV: O plano de revolta de 1832.....	83
Capítulo V: Os conspiradores de 1832 – I.....	105
Capítulo VI: Os conspiradores de 1832 – II.....	139
Capítulo VII: Os líderes João Barbeiro e Diogo Rebolo.....	199
Conclusão.....	211
Apêndice.....	215
Fontes e Bibliografia.....	221



## Introdução

### Revolta e comunidade escrava

*A vossas senhorias meritísimos senhores juizes de paz da imperial cidade de São Paulo, a todos em geral [...]. Eu, José da Cunha Paes Leme, juiz de paz da vila de São Carlos, comarca da fidelíssima vila de Itu, faço saber que neste meu júizo me foi dada uma denúncia de insurreição premeditada pelos escravos de alguns engenhos pertencentes ao meu distrito<sup>1</sup>.*

Datada de 3 de fevereiro de 1832, esta carta do juiz de paz, José da Cunha Paes Leme, às autoridades da cidade de São Paulo narra a descoberta de mais um plano de revolta escrava na florescente vila de São Carlos, antigo nome de Campinas. Envolvendo quinze grandes propriedades da região, quase todas situadas na beira do rio Atibaia, o plano tinha ainda ramificações na cidade de São Paulo e envolvia também um liberto entre suas principais lideranças<sup>2</sup>. Os senhores de engenho e autoridades da região mais uma vez se agitaram com a denúncia e utilizaram todos os meios disponíveis para reprimir essa nova tentativa de insurreição. Castigaram escravos, interrogaram suspeitos, alertaram os proprietários de grandes escravarias e comunicaram as autoridades locais e provinciais. Tudo isso acabou evitando a eclosão deste plano de revolta e forçou os escravos a adiarem a conquista da suas liberdades.

---

<sup>1</sup> Este documento está anexado junto ao processo-crime de 1832, ver: AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, caixa 56, pasta 2, documento 80, 3/02/1832.

<sup>2</sup> Essas quinze grandes propriedades pertenciam a onze senhores: Floriano de Camargo Penteado, Dona Ana de Campos Paes, Dona Ana Francisca Cardoza, Antônio Francisco de Andrade, Theodoro Francisco de Andrade, Joaquim José dos Santos, José da Cunha Paes Leme, Salvador Bueno da Silveira, Antônio Corrêa Barboza, Francisco Ignácio de Souza Queiroz e Luís Antônio de Souza.

O objetivo dessa dissertação é construir uma biografia coletiva dos trinta e dois escravos e do liberto João Barbeiro condenados no processo-crime de 1832<sup>3</sup>. Buscaremos acompanhar a trajetória desses revoltosos desde o momento em que chegaram na vila de Campinas até o envolvimento com a rebelião. Levantaremos vários aspectos de suas vidas, como, por exemplo, a época em que chegaram na região, as procedências, os tipos de tarefas desempenhadas nas fazendas, as relações de parentesco e outros. Esperamos com isso tirar algumas conclusões para discutir a temática da comunidade escrava. Existiria uma comunidade escrava homogênea pelo simples fato de todos terem a mesma condição cativa? Ou os escravos eram bastante divididos entre si pelas diferenças de origem, sendo os crioulos (cativos nascidos no Brasil) menos propensos a se rebelarem contra os senhores que os africanos? Ou, ainda, seriam aqueles escravos casados e com profissões especializadas completamente estranhos à maioria dos cativos que não experimentavam essas vivências e totalmente avessos a rebeliões coletivas? Alguns autores vêm contribuindo de forma incisiva para esse debate. Serão com esses autores que dialogaremos ao longo de todo o texto da dissertação. Vejamos, então, o que esses trabalhos têm revelado.

Os três principais livros que tem se dedicado ao estudo formação da comunidade(s) escrava(s) são as seguintes: o livro de Hebe Maria Mattos, *Das cores do Silêncio*<sup>4</sup>; *A Paz*

---

<sup>3</sup> Veremos mais adiante que os 32 escravos e o liberto João Barbeiro condenados pelo processo-crime foram exatamente os mesmas 33 pessoas indiciadas no processo-crime.

<sup>4</sup> Mattos, Hebe Maria. *Das Cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

*nas senzalas* de Manolo Florentino e José Roberto Góes<sup>5</sup>; e *Na Senzala, Uma Flor* de Robert W. Slenes<sup>6</sup>.

O livro de Hebe Maria Mattos, prêmio arquivo nacional de pesquisa em 1993, apresenta uma interessante análise sobre esta questão da comunidade escrava. Para esta autora, a vida coletiva dos escravos em grandes plantéis acabava forçando a construção de identidades horizontais e a formação de uma comunidade. Porém, ressalta a autora, as próprias condições que possibilitavam a formação desses laços horizontais eram fruto essencialmente da violência do cativo, fazendo com que a diferenciação dentro desta homogeneidade fosse, antes de tudo, afirmar-se enquanto pessoa.

Assim, Mattos nos conta que o principal veículo de diferenciação dentro dessa comunidade escrava ocorria pela conquista do casamento. O casamento possibilitava ao escravo distanciar-se dos estereótipos mais comuns da escravidão – a falta de laços, o celibato, os castigos físicos e o trabalho coletivo. Mas, além disso, o casamento garantia um espaço privativo dentro das senzalas (ou até mesmo uma moradia separada da senzala coletiva) e possibilitava o acesso à exploração de uma roça própria. Tudo isso, relata a autora, poderia levar ainda à conquista da alforria, que, no Brasil, era expressivamente maior que no sul escravista dos Estados Unidos – aliás, este é um dos principais pontos de diferenciação entre essas duas áreas escravistas da América, segundo a autora.

Porém, Mattos chama atenção para o fato de que o acesso ao casamento não era aberto a todos. Diante de características demográficas pouco favoráveis à união de homens e mulheres, como uma maioria expressiva de homens e adultos, Mattos nos conta que a

---

<sup>5</sup> Florentino, Manolo, e Góes, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>6</sup> Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

conquista do casamento (e todos os benefícios provenientes) era reservado a africanos ladinos (escravos residentes havia muito tempo no Brasil e parcialmente aculturados) e a cativos crioulos (nascidos no Brasil). Segundo essa autora, “as distinções que parecem ter sido tão marcantes, pelo menos na Bahia, entre africanos e crioulos, inclusive no que se refere a movimentos de rebeldia, possivelmente estiveram atreladas, entre outros fatores, a esta distinção, ligada à antigüidade no plantel ou na região e aos vínculos a partir daí estabelecidos. Os recém-chegados do tráfico interno, mesmo tendo nascido escravos, conviveram com uma distinção semelhante em relação aos que possuíam, no local do cativo, referências geracionais”:<sup>7</sup>

*Como no mundo dos homens livres, a família e a autonomia escrava foram os dois eixos básicos sobre os quais se constituiu esta comunidade diferenciada dentro da experiência mais evidente de desenraizamento do cativo*<sup>8</sup>.

Assim, se por um lado, a diferenciação dos cativos constituía um “mecanismo de afirmação da dignidade humana” para aqueles que conseguissem escapar da homogeneização do cativo, por outro lado, significava para os senhores uma maneira de dominar a escravaria. Para os donos de escravos seria interessante que estes disputassem e rivalizassem entre si, pois dificultaria, por exemplo, uma união em caso de revolta.

Dessa forma, podemos perceber no trabalho de Mattos uma importante desmobilização política dos escravos frente à casa-grande. A comunidade escrava era dividida por esta outra “comunidade diferenciada” (formada pelos escravos aparentados). Além disso, a comunidade que se formou na primeira metade do século XIX extravasava os

---

<sup>7</sup> Mattos, Hebe Maria. *Das Cores do silêncio*, p.141.

<sup>8</sup> Mattos, Hebe Maria. *Das Cores do silêncio*, p.137.

limites da escravidão (ao contrário do que acontece nos E.U.A), incluindo os livres pobres, tanto os nascidos livres, quanto os forros.

O livro de Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas*, também apresenta interessantes argumentos para a questão da comunidade escrava, mas com aspectos diferenciados das idéias de Mattos. Segundo esses autores, o casamento escravo não era apenas um fator de diferenciação entre os cativos, mas se constituiria também como um elemento fundamental de pacificação das senzalas. O fato de todos sofrerem a condição cativa, ressalta os autores, não garantia uma vivência pacífica entre os escravos. Juntados à força, provenientes de diversas localidades, os escravos teriam maiores inimizades do que afinidades.

Para exemplificar essa situação de conflito entre os cativos, provocada pelas diferenças de origem, Manolo e Góes apresentam alguns dados sobre a relação crioulo/africano – embora, para esses autores, os conflitos não se tenham estabelecido apenas entre crioulos e africanos, mas também entre africanos de procedências diferentes. Analisando os padrões de casamentos escravos entre esses dois grupos na região do agroluminense, Florentino e Góes encontraram altas taxas de endogamia<sup>9</sup>. Para o período de 1790-1807, aproximadamente 23% dos casamentos eram “mistos” (ou seja, africano casando com crioula ou africana casando com crioulo) e no período de 1807-1830 a taxa de casamento crioulo(a)/africano(a) era de apenas 11%. Já os números para a região de Jacarepaguá são menores ainda: 24% para o período de 1790-1807 e 8% em 1808-1830.

Mas todo esse estado de conflito entre os cativos era controlado pelo que Florentino e Góes chamam de “meta-nós”. Para que os escravos conseguissem tocar suas vidas e não

vivessem em estado de guerra e conflito permanente, relatam os autores, foi instaurada, então, a paz nas senzalas, por meio da criação de laços de parentescos:

*Espécie de meta-nós, era o parentesco escravo a possibilidade e o cimento da comunidade cativa. Era o solvente imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas. Ao cativo, ele tornava possível esconjurar a anomia, pelo estabelecimento de regras através das quais a vida poderia ser vivida. Ao senhor, ávido de homens pacificados, permitia auferir uma renda política[...] que tem sido com frequência despercebida<sup>10</sup>.*

A “renda política” que esses autores mencionam provém basicamente dessa pacificação das senzalas, onde o casamento cumpria seu papel. Não se trata aqui de ganhos em termos econômicos, como já deve ter ficado claro para o leitor, até porque os escravos aparentados normalmente sentiam uma desvalorização no preço, com exceção dos escravos mais idosos que acabavam sendo valorizados. Aliás, para estes últimos, os autores reservam um papel fundamental dentro das senzalas.

Segundo Florentino e Góes, o impacto da desvalorização dos escravos aparentados ia tornando-se cada vez menor com o avançar da idade, fazendo com que os idosos aparentados (acima de 40 anos) valessem mais que os velhos solteiros. Isto é explicado, comentam os autores, pelo importante papel que esses escravos mais velhos cumpriam no processo de pacificação. A “preeminência dos mais velhos representava a cristalização de um poder político pacificador (uma espécie de poder civil) forte entre os escravos”<sup>11</sup>.

Já o livro de Robert Slenes, *Na Senzala uma flor*, lançado em 1999, traz interessantes dados que acabam se diferenciando dos dois trabalhos comentados acima.

---

<sup>9</sup> Casamentos endógamos significa a união de grupos iguais e casamento exógamos a união de grupos diferentes. No caso, casamento endógamo refere-se a casamentos de crioulos com crioulos ou africanos com africanos e casamento exógamo representa união de crioulos e africanos.

<sup>10</sup> Florentino, Manolo, e Góes, José Roberto. *A paz das senzalas*, p.37.

Publicado após os livros de Mattos e de Florentino e Góes, *Na senzala uma flor* apresenta um produtivo diálogo com as outras duas obras sobre o tema da coesão e conflito na comunidade escrava. Segundo Slenes, os dados obtidos por Florentino e Góes com relação ao número de casamentos endógamos estariam exagerando em muito o quadro real. Para este autor, as fontes – inventários *post-mortem* e registros de casamento da freguesia de Jacarepaguá – que Florentino e Góes utilizaram para calcular as taxas de endogamia e exogamia estão muito distantes de refletirem as variações dos casamentos escravos nessa região do sudeste brasileiro. Segundo Slenes, os estudos que enfocam a Capitania/Província do Rio de Janeiro no século XIX “enfrentam um sério problema, pois os índices de casamento formal entre os escravos nessa região, depois de sua queda geral a partir do início do século, senão antes, eram baixos comparados aos de São Paulo, especialmente aos do Oeste paulista. Portanto [...] a documentação do Rio permite recuperar a experiência de apenas uma parte da população”<sup>12</sup>.

Citando alguns dados referentes a Campinas e a algumas regiões do Rio de Janeiro, Slenes mostra que nestas localidades realmente existia uma tendência à endogamia, na análise do casamento cativo, porém, com uma presença expressiva de casamentos “mistos” – ou seja, africano com crioula ou africana com crioulo. Para Campinas, por exemplo, em 1801, 31,1% dos casais escravos eram mistos e em 1842-44, 47,4% dos casais eram mistos. Já em Lorena, em 1801, 33% dos casais escravos tinham uniões exógamas e no “agro-fluminense” em 1860 e em Mariana entre 1750 e 1850, respectivamente 39,6% e 49,5% dos casamentos registrados em inventários *post-mortem* eram exógamos.

---

<sup>11</sup> Florentino, Manolo, e Góes, José Roberto. *A paz das senzalas*, p.159.

<sup>12</sup> Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor*, p.80.

Com relação ao trabalho de Mattos, Slenes relata que atribui mais importância às heranças e experiências culturais dos escravos na formação da comunidade cativa, do que o livro *Das Cores do Silêncio*. Para Slenes, as diferenças entre os escravos aparentados com os demais acabaram sendo superadas pela construção de identidades a partir de heranças africanas. Segundo as palavras do próprio autor: “dou menos importância do que Mattos às tensões decorrentes das estratégias familiares dos cativos, que teriam visado à conquista competitiva de recursos limitados e (pelo menos até o final do tráfico de africanos) a construção de alianças sociais mais no mundo dos livres do que dos escravos”<sup>13</sup>. Esses pontos de diferenciação do trabalho de Slenes com o de Mattos ficam evidentes, principalmente na segunda parte do livro, quando o autor discorre longamente a respeito das heranças e experiências africanas no cotidiano dos escravos.

Segundo Slenes, a visão de que escravos aparentados e com posses não fugiriam e não provocariam desordens, fazia parte de um discurso senhorial. “Contudo, os senhores eram apenas uma das partes nessa relação. Como parte dominante, preocupavam-se acima de tudo em manter seu domínio; portanto seu discurso traduzia, entre outras coisas, a necessidade de se convencerem a si mesmos de sua capacidade de controlar seus subordinados”<sup>14</sup>. Para superar essa visão é necessário reconhecer o escravo como sujeito histórico e tentar entender sua experiência, “vivida à luz de sua herança cultural”.

Antes de finalizar essa discussão, seria interessante apresentar outros autores que já produziram alguns dados a respeito da relação crioulo/africano no sudeste, pois como vimos pelos argumentos de Mattos, Florentino e Góes e Slenes o tema é ainda bastante controverso. Marcos Ferreira de Andrade estudando uma rebelião escrava na Comarca do

---

<sup>13</sup> Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor*, p.17.

<sup>14</sup> Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor*, 207.



Rio das Mortes, Minas Gerais, encontrou uma quantidade expressiva de escravos crioulos lutando “lado a lado” com escravos africanos<sup>15</sup>. Dos 31 cativos indiciados no processo, 9 eram nascidos no Brasil (crioulos), ou seja, 30% do total. Já Flávio dos Santos Gomes analisando uma insurreição quilombola em Vassouras, Rio de Janeiro, em 1838<sup>16</sup>, notou que dos 21 cativos levados ao banco dos réus, 15 eram africanos e 6 crioulos. Ou seja, novamente quase 30% dos revoltosos eram crioulos. Nosso estudo sobre o plano de rebelião em Campinas buscará trazer mais dados e análises para esse debate.

### *Estudos da conspiração escrava de 1832*

A história do plano de revolta escrava de 1832 em Campinas já recebeu as atenções de outros autores em épocas diferentes. Suely Robles Reis de Queiroz no livro *Escravidão negra em São Paulo* estudou pela primeira vez a tentativa de rebelião dos escravos da beira do rio Atibaia<sup>17</sup>. Publicado no ano de 1977, o trabalho de Queiroz procurou mostrar que os escravos não eram ‘figurantes mudos’ e que a escravidão no Brasil não foi harmônica, muito menos destituída de conflito e violência. O plano de revolta de 1832 é discutido no capítulo IV (“A resposta do figurante mudo”), em que a autora apresenta as formas de reação dos cativos ao sistema escravista. Em suas análises do plano de insurreição, Queiroz utilizou o processo-crime de 1832 e a correspondência trocada entre as autoridades da vila de Campinas e a cidade de São Paulo.

---

<sup>15</sup> Andrade, Marcos Ferreira, “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”, *Revista Afro-Ásia*, n. 21-22, ano 1998-1999, p.45-82.

<sup>16</sup> Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>17</sup> Queiroz, Suely Robles Reis de, *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*, Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1997, especialmente capítulo IV.

O movimento de 1832 também foi analisado por Martin Lienhard em artigo publicado em 2002<sup>18</sup>. Comparando o plano de revolta dos cativos da beira do rio Atibaia com outra tentativa de rebelião em Cuba, o autor procurou mostrar o cruzamento das tradições africanas e européias nessas dois movimentos de rebeldia. No plano de insurreição de Campinas, em específico, Lienhard destacou o conhecimento que os cativos tinham da lei do fim do tráfico de 1831 e também destacou as influencias africanas na elaboração do plano de revolta. A única fonte de análise do movimento dos escravos foi o processo-crime de 1832.

Mais recentemente, a trama de insurreição de 1832 foi discutida na tese de doutorado de Regina Xavier, *Tito de Camargo Andrade*. Neste trabalho, Xavier escreveu uma biografia de Tito de Camargo Andrade, ressaltando vários aspectos de sua trajetória em Campinas, como as lutas no tempo do cativo, a alforria e até mesmo o envolvimento na construção da capela de São Benedito. Xavier narra a história do movimento de 1832 logo no início de seu trabalho, buscando reconstituir o contexto em que Tito cresceu enquanto era escravo – nessa data, Tito tinha 14 anos e morava em umas das propriedades envolvidas no plano de rebelião. Para analisar o movimento de 1832, Xavier utilizou o processo-crime (transcrito por Suely Queiroz) e a correspondência trocada entre a vila de Campinas e a cidade de São Paulo<sup>19</sup>.

Essa dissertação de mestrado diferentemente dos três estudos acima se dedica exclusivamente a análise do plano de revolta de 1832 e seus conspiradores. Por meio de uma ligação nominativa de fontes, desenvolvo uma biografia coletiva dos escravos

---

<sup>18</sup> Lienhard, Martin, “África na senzala latino-americana: utopias de escravos rebeldes – Brasil e Cuba, década de 1830”, in: *Africana Studia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. 5, 2002, p. 131-153.

revoltosos, enfocando vários aspectos de suas vidas, desde a chegada a Campinas até 1832. Para tanto utilizo fontes ainda não exploradas para o estudo desse plano de rebelião, como registros de batismo e casamento escravo, censos populacionais, inventários e outros. Mas para ficar um pouco mais claro os métodos e suportes desta dissertação desenvolvo de forma mais detalhada esses itens abaixo.

### *Fontes e Métodos*

A análise do plano de revolta de 1832 e a construção da biografia dos revoltosos exigiu a utilização de seis séries documentais: o processo-crime de 1832; a correspondência trocada entre as autoridades da vila de Campinas e as autoridades provinciais; os registros de casamento escravo; os registros de batismo escravo; os levantamentos populacionais da vila de Campinas; e os inventários post-mortem dos onze senhores citados na trama cativa.

O processo-crime de 1832, composto por dezenas de interrogatórios e testemunhos, é uma das poucas fontes na qual se pode flagrar a fala dos escravos, é claro que filtrada pela pena do escrivão e forçada muitas vezes pela violência do chicote, mas ainda assim muito útil para a pesquisa da escravidão. Já a correspondência trocada entre as autoridades locais e provinciais é muito importante para entender um pouco mais da dinâmica da repressão do movimento de insurreição e também para vislumbrar as várias disputas e interesses que permeavam o controle da população escrava.

Quanto aos registros eclesiásticos (assentos de batismo e casamento escravo) são fundamentais para identificar uma série de informações a respeito dos cativos. Por meio

---

<sup>19</sup> Xavier, Regina Célia Lima, *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*, Tese de doutorado em história, Universidade Estadual de Campinas, 2002, especialmente capítulos I e II.

dessas fontes, pode-se reconstituir vários laços de parentesco entre os escravos e também conhecer dados a respeito da origem, estado civil, filiação e outros. Ao total, foram analisados 723 assentos de casamento e batismo escravo da igreja da Nossa Senhora da Conceição das Campinas – a única igreja da vila nas três primeiras décadas do século XIX. Pesquisei todos os assentos que os onze senhores registraram em seus nomes desde a data que chegaram na região até o ano de 1832<sup>20</sup>.

Finalmente, os inventários e os levantamentos populacionais da vila de Campinas são de grande importância para esse trabalho. Com elas, conseguimos acompanhar as várias mudanças que marcaram a vida de senhores e escravos na região ao longo de vários anos. Os levantamentos populacionais foram realizados quase que anualmente desde a data que foram criados até o ano de 1829. Apresentam dados como a origem, idade e estado civil, tanto dos senhores como dos escravos<sup>21</sup>. Com os inventários também pude confirmar uma série de informações localizadas em outras fontes e ainda identificar o destino dos revoltosos no momento da partilha de bens<sup>22</sup>.

O método de trabalho se baseou no cruzamento dessas fontes, tentando encontrar o máximo de informações possíveis dos revoltosos de 1832. A tarefa começou com a análise do processo-crime, no qual pude identificar informações tanto a respeito da atuação dos cativos e do João Barbeiro no plano de revolta, como a origem desses conspiradores, a tarefa desempenhada nas fazendas e outros. Além disso, pude saber os nomes dos senhores

---

<sup>20</sup> Para a identificação do ano de chegada dos onze senhores em Campinas, ver tabela 1.

<sup>21</sup> Os levantamentos populacionais em Campinas começaram a ser feitos no ano de 1767 e foram quase anuais até 1829. Nesta pesquisa, comecei a trabalhar com os levantamentos populacionais a partir do ano de 1792, quando o primeiro dos onze senhores citados na trama cativa chegou à região. O apêndice 1 desta dissertação apresenta a localização exata desses onze proprietários dentro dos levantamentos populacionais. Todas as citações relacionadas com esta fonte, ao longo do texto, remeteram ao apêndice 1.

<sup>22</sup> Neste trabalho, utilizei os inventários dos onze senhores e também de seus cônjuges citados na trama cativa. Além disso, trabalhei com todos os inventários abertos entre os anos de 1801 até 1835. Ver descrição de fontes no final desta dissertação para identificação de todos os documentos utilizados.

desses revoltosos. Isso era crucial para a pesquisa, pois apenas com os nomes desses senhores é que poderia localizar os conspiradores escravos em outros documentos. Comecei pelos levantamentos populacionais da vila. Localizei inicialmente todos os onze senhores no levantamento de 1829 (último censo antes de 1832) e copiei os dados apresentados pela documentação. Feito isso para 1829, fui retornando no tempo (1825, 1824, 1822, etc.) até localizar a primeira vez que esses senhores apareceram nos levantamentos populacionais da vila. Isto tudo me rendeu ao final do trabalho um importante acervo de informações tanto da vida desses senhores como de seus escravos, em Campinas, nas primeiras décadas do século XIX.

Depois de estar com todos esses dados em mãos, passei, então, a procurar especificamente os revoltosos de 1832. Procedi da seguinte forma: com os nomes dos condenados no processo-crime tentava identificá-los inicialmente no censo de 1829 (dentro dos dados referentes ao seu senhor) e depois ia retornando no tempo. Essa procura pelos nomes dos conspiradores exigia constantemente a comparação com uma série de outras informações, como as idades, origens e profissão, pois os cativos eram representados nessas fontes apenas pelo primeiro nome (Ex.: Joaquim, Bento, Benedito). Em alguns casos, quando um dos revoltosos tinha um nome muito comum como Antônio e José, não foi possível ter certeza que os outros tantos Josés e Antônio encontrados nos levantamentos populacionais e também em outros documentos eram os revoltosos de 1832. Nessas situações, o leitor verá, ao longo do texto, que procurei deixar indicado que não consegui avançar nas análises.

Ao mesmo tempo, passei a desenvolver o mesmo trabalho nos registros de batismo e casamento escravo e também nos inventários. A partir do nomes dos cativos condenados em 1832 e também a partir do nome de seus senhores, procurei outras informações a

respeito dos revoltosos. Tudo, por fim, era anotado em uma única ficha, na qual estavam os dados dos escravos condenados pelo plano de revolta.

### *Os caminhos deste estudo*

A dissertação foi dividida em duas partes. Na primeira parte, composta de três capítulos, discuto o contexto da cidade, antes da descoberta do plano de revolta de 1832. Faço, no primeiro capítulo, uma breve narração da chegada em Campinas dos onze senhores que tiveram escravos envolvidos na trama de 1832. Procuro mostrar que todos eles vieram para esta região em busca de fazer fortuna com a produção de açúcar, no final do século XVIII e começo do século XIX. Ressalto também o fato de suas propriedades serem muito próximas umas das outras (em alguns casos suas fazendas eram mesmo vizinhas) e as relações de parentesco existentes entre esses senhores.

No segundo capítulo, faço uma análise das transformações da população escrava de Campinas ao longo das três primeiras décadas do século XIX. Mostro o aumento dessa população (chegando em 1829 a ultrapassar o número de habitantes livres) e as altas porcentagens de africanos que caracterizaram a escravidão no período. Já no terceiro capítulo, apresento as tentativas de insurreição escrava que antecederam a descoberta do plano de revolta de 1832 e discuto também algumas medidas públicas promulgadas para controle da população cativa.

Na segunda parte da dissertação de mestrado, passo a tratar especificamente do plano de revolta de 1832 e seus conspiradores. No quarto capítulo, apresento a estrutura e organização do trama dos cativos. Mostro como os escravos conseguiram articular o plano de revolta em quinze grandes fazendas em Campinas e também com outros cativos em São

Paulo. Nos capítulos seguintes, desenvolvo, então, a biografia dos revoltosos condenados pelo processo-crime. No capítulo cinco analiso as procedências, a data de chegada na região e as idades dos conspiradores. Já no sexto capítulo passo a tratar da vida desses revoltosos nas fazendas em viveram, enfocando a profissão e as relações de parentesco. Finalmente, no sétimo capítulo, trato especificamente das duas principais lideranças do plano de rebelião, o liberto João Barbeiro e o cativo Diogo Rebolo.

# Parte I



## Capítulo I – A chegada dos senhores da terra

No ano de 1792, Floriano de Camargo Penteado e seu irmão Antônio de Camargo Penteado se estabeleceram na região conhecida como Ponte Alta, um bairro da então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas. Ambos eram naturais de Cotia e não vieram sozinhos para esta nova paragem. Trouxeram juntos toda a família e os escravos. Floriano de Camargo Penteado era recém-casado com Dona Paula Joaquina de Andrade e ainda não tinha filhos, mas já possuía oito escravos. Antônio de Camargo Penteado tinha um filho e uma filha, era casado com Dona Ana de Campos Paes e proprietário de sete cativos. Eles fundaram, naquela época, duas fazendas, a Ponte Alta e a Ponte Alta de Cima, uma vizinha da outra<sup>1</sup>.

A região de Campinas começou a ser colonizada na década de 1720, com a doação das primeiras sesmarias. Poucos, porém, foram os que se aventuraram a morar nessas terras. Durante muito tempo, ficou sendo apenas uma paragem para tropeiros e viajantes em suas caminhadas de ida e volta à região das minas. A transformação da mata em terra cultivável exigiu dezenas e dezenas de anos e só foi conquistada aos poucos; “vagarosamente foi o Mato Grosso de Jundiá [antigo nome de Campinas] sendo absorvido pelas roças, numa penetração lenta para se formar o bairro rural”<sup>2</sup>. Estima-se que isto tenha ocorrido apenas em meados do século XVIII, com o estabelecimento efetivo dos primeiros moradores da região.

As plantações feitas nessa época eram dedicadas ao sustento da população e dos animais e serviam também para a venda aos viajantes que passavam por Campinas. Os poucos sítios existentes cultivavam arroz, feijão, mandioca e milho e apenas alguns conseguiam produzir

---

<sup>1</sup> Ver apêndice 1, Floriano de Camargo Penteado, 1792 e Antonio de Camargo Penteado, 1792. A respeito da localização das fazendas, ver: Pupo, Celso Maria de Mello, *Campinas, município do império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1983, p.131.

aguardente. Em 1773, somente duas propriedades em um total de cinquenta e nove fabricavam cachaça. A população escrava também era bastante reduzida. Nessa mesma data, existiam em Campinas noventa escravos, sendo que a grande maioria trabalhava nas roças de alimento<sup>3</sup>.

No ano de 1774, entretanto, dois acontecimentos mudaram consideravelmente a vida dos moradores. Aos 14 de julho, o antigo bairro rural de Jundiaí ganhou o título de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas e recebeu autorização para construir sua primeira Igreja. A distância de 66 Km da paróquia mais próxima e a ausência de um padre na região dificultavam acentuadamente a vida daquelas pessoas. Os casamentos e batismos só podiam ser registrados depois de uma longa e penosa caminhada e raramente os mortos eram sepultados sob as bênçãos de um pároco – desde 1753, pelo menos, os corpos eram enterrados em um cemitério improvisado. Apenas alguns “corajosos” levavam seus mortos até a igreja de Jundiaí, “mas idéia de uma viagem tão longa e, ainda por cima, com um cadáver, cuja decomposição era especialmente rápida nos casos (freqüentes) em que a morte era causada por uma picada de cobra,”<sup>4</sup> não era de maneira alguma animadora.

A construção da nova igreja ocorreu em terrenos doados por Francisco Barreto Leme no que mais tarde transformou-se o centro da vila de Campinas – segundo Celso Maria de Melo Pupo, a primeira matriz fora construída na atual praça Bento Quirino, onde se encontra a igreja do Carmo<sup>5</sup>. Naquela época os arredores da paróquia eram praticamente inabitados, existiam apenas as casas de Barreto Leme, do Frei Antônio e da família Teixeira Vilela<sup>6</sup>. A matriz, bastante rústica, não era muito grande; tinha pouco mais de 27 metros de comprimento e 14 de

---

<sup>2</sup> Pupo, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, no. 20, 1969, p. 14.

<sup>3</sup> Eisenberg, Peter L., *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 345.

<sup>4</sup> Eisenberg, Peter, *Homens esquecidos*, p.346.

<sup>5</sup> Pupo, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, p. 46.

<sup>6</sup> Pupo, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, p. 46.

largura, o chão era de terra batida, as paredes, de taipa e o teto não possuía forro. Em 1806, passada várias décadas desde a sua inauguração, o visitador ainda lamentava tanta simplicidade<sup>7</sup>.

Mas foi a década de 1790 que marcou uma verdadeira ruptura na história da região. Uma revolta de escravos ocorrida em 1791 em terras muito distantes de Campinas, na ilha de São Domingos, mudou radicalmente a paisagem local. São Domingos era na época o maior produtor mundial de açúcar; sozinho, era responsável por um terço das exportações desse produto. A interrupção da produção em consequência da convulsão social fez os preços do açúcar dispararem em vários mercados. No Rio de Janeiro e em Amsterdã, o preço da arroba quase dobrou entre 1790 e 1795<sup>8</sup>.

As consequências para Campinas foi a propagação das plantações de cana-de-açúcar e um crescimento estrondoso dos habitantes. A população passou de algumas centenas, para milhares de pessoas – em 1779, os escravos somavam perto de cem indivíduos e os livres não chegavam a quatrocentas pessoas, vinte anos mais tarde, a população escrava havia se multiplicado por sete e os livres estavam próximo de atingir dois mil indivíduos<sup>9</sup>. Uma verdadeira revolução demográfica e econômica estava ocorrendo na região. A boa qualidade das terras para o plantio de cana e produção de açúcar (associada à alta dos preços) atraiu muitos proprietários e promoveu a importação maciça de africanos<sup>10</sup>.

Embalados por essa onda de crescimento, os irmãos Floriano e Antônio de Camargo Penteado foram os primeiros dos onze proprietários com cativos envolvidos no plano de 1832 a

---

<sup>7</sup> Pupo, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, p. 106.

<sup>8</sup> Eisenberg, Peter L., *Homens esquecidos*, p. 359.

<sup>9</sup> Eisenberg, Peter L., *Homens esquecidos*, p. 328.

<sup>10</sup> O viajante Saint-Hilaire conta que durante muito tempo se acreditou que as terras ao redor de Itu eram as únicas propícias para a produção de cana. Foram necessários vários anos até que alguns se arriscassem a plantar esta gramínea nas terras vermelho-escuras pertencentes a Campinas. O sucesso coroou os esforços desses proprietários e em pouco tempo o exemplo foi seguido por um grande número de pessoas. Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem à província de São Paulo*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p.109.

instalar suas fazendas na região. Esses dois senhores conseguiram fazer muita riqueza em Campinas. Ao longo de algumas décadas adquiriram milhares de alqueires de terras, centenas de escravos e casas de morada na vila, onde iam passar alguns fins de semana e feriados<sup>11</sup>. Conseguiram também ocupar importantes cargos militares – Floriano de Camargo foi capitão-mor agregado entre 1804-1828 e Antônio de Camargo alcançou o posto de alferes de milícia<sup>12</sup>.

No ano da descoberta do plano de revolta, Antônio de Camargo Penteado já havia falecido, estando o comando dos bens nas mãos de sua esposa, Dona Ana de Campos Paes<sup>13</sup>. Esta senhora administrava o engenho da Ponte Alta, única fazenda do casal existente em Campinas, com uma produção de açúcar beirando a duas mil arrobas. Dona Ana de Campos Paes prosperou bastante desde que o marido havia falecido em 1812: dos 36 escravos existentes, ela aumentou o número para mais de 90 cativos em 1832<sup>14</sup>. A Ponte Alta ficava ao norte de Campinas, perto da estrada de Goiás, no bairro também conhecido como Ponte Alta – aliás, a maioria das propriedades envolvidas no plano de revolta escrava de 1832 localizava-se neste mesmo bairro<sup>15</sup>.

Floriano de Camargo Penteado, diferentemente de seu irmão Antônio de Camargo, faleceu bem mais tarde, em 1838, com mais de 70 anos de idade<sup>16</sup>. No ano de 1832, ele possuía mais de 150 escravos e seis propriedades em Campinas – o engenho Duas Pontes, onde morava com mais 79 escravos; o engenho da Ponte Alta de Cima, a sua primeira propriedade em Campinas, com 36 escravos; São Bento, com 18 escravos; Engenho Sertão de que era sócio um

---

<sup>11</sup> CMU, 1838, TJC, Inventários de Campinas, 1ª. ofício, cx 82, n. 1941, Floriano de Camargo Penteado. CMU, TJC, 1812, Inventários de Campinas, 1ª. Ofício, Cx. 9, n. 280, Antônio de Camargo Penteado.

<sup>12</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteado, 1824 e Antonio de Camargo Penteado, 1803.

<sup>13</sup> CMU, 1812, TJC, Inventários de Campinas, 1ª. Ofício, Cx. 9, n. 280, Antonio de Camargo Penteado.

<sup>14</sup> Ver apêndice 1 – Dona Ana de Campos Paes, 1829.

<sup>15</sup> Sobre a localização das fazendas envolvidas no plano de revolta, ver: AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Cx. 56, Pasta 2, Documento 80, 03/02/1832.

<sup>16</sup> CMU, 1838, TJC, Inventários de Campinas, 1ª. Ofício, Cx. 82, n. 1941, Floriano de Camargo Penteado.

de seus filhos, com 17 escravos; Sítio Cachoeira, de que era sócio outro filho do Floriano, com 10 escravos; e Taquari, de que era sócio outro herdeiro, sem escravos<sup>17</sup>.

O plano de revolta envolveu suas três maiores propriedades, Ponte Alta de Cima, Duas Pontes e São Bento. Eram as fazendas comandadas mais diretamente por Floriano e também as primeiras adquiridas em Campinas. Sabemos que os engenhos Ponte Alta e Duas Pontes estavam ao norte de Campinas (bairro Ponte Alta) e eram muito próximos um do outro, separados apenas por poucos minutos de caminhada<sup>18</sup>. Já a propriedade São Bento, segundo as investigações do plano de revolta, não se encontrava no bairro da Ponte Alta, mas não deveria estar muito distante das demais, já que os cativos transitavam entre as fazendas para se encontrarem durante a noite.<sup>19</sup>

A construção de novos engenhos de açúcar em Campinas no final de século XVIII e também começo do século XIX, como as propriedades dos irmãos Camargo Penteado, concentrou-se principalmente ao longo dos rios Atibaia e Jaguary, que nascem a leste da freguesia e caminham paralelos em direção ao noroeste. A existência de matas virgens e de pequenos córregos e riachos que confluíam para esses rios tornava o local bastante propício para a plantação de cana e produção de açúcar. O viajante Saint-Hilaire conta que saindo da vila de Mogi-Mirim em direção à Campinas passou por extensas plantações de cana-de-açúcar, “estou certo de que num trecho de três léguas<sup>20</sup>, entre o rio Atibaia e a cidade de Campinas, encontrei pelo menos meia dúzia de engenhos de açúcar, alguns dos quais me parecem de tamanho considerável”<sup>21</sup>. A abundância de água nas terras de um engenho era essencial para movimentar as moendas, resfriar o alambique e servir de consumo para os animais. Uma grande reserva em

---

<sup>17</sup> CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 1ª. ofício, cx. 51, n. 1322, Dona Paula Joaquina de Andrade.

<sup>18</sup> Segundo um mapa do IBGE de 1954 as duas propriedades estavam distantes por volta de 4 Km uma da outra. Ver mapa na p. ...

<sup>19</sup> Sobre a localização das fazendas envolvidas no plano de revolta, ver: AESP, 1832, ofícios diversos de Campinas, ordem 850, cx. 56, pasta 2, documento 80, 03/02/1832.

<sup>20</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, 1 légua equivale a 6,6 KM. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa – século XXI*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

matas também era indispensável. As fornalhas de um engenho consumiam grande quantidade de lenha<sup>22</sup>.

O coronel Luís Antônio de Souza Queiroz foi o terceiro proprietário com cativos envolvidos no plano de 1832 a instalar engenhos em Campinas. Não fugiu à regra e montou suas fazendas ao norte da vila, perto do rio Atibaia. Fundou sua primeira propriedade no ano de 1797 e também fez muita riqueza na região, plantando açúcar<sup>23</sup>. Conseguiu acumular em apenas duas décadas, oito grandes engenhos e quase 500 escravos. Era natural de Braga em Portugal e viveu a maior parte de sua vida em São Paulo – morou em Campinas durante três anos apenas (1812-1815). Seus bens foram avaliados em 137.505\$040, o maior valor encontrado em inventários de Campinas ao longo das três primeiras décadas do século XIX<sup>24</sup>.

No ano de 1832, três de suas propriedades estavam envolvidas no plano de rebelião, Bom Jardim, Taquaral e Monjolinho. Todas elas eram grandes produtoras de açúcar e tinham mais de 40 escravos<sup>25</sup>. Nessa data, Luís Antônio já havia falecido e seus herdeiros ainda mantinham os engenhos em Campinas, comandados por administradores. Seus cativos, todavia, eram identificados como “escravos do falecido coronel Luís Antônio de Souza”. A fazenda Bom Jardim estava situada no bairro conhecido como Ponte Alta. Já as outras duas estavam localizadas

---

<sup>21</sup> Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*, p.109.

<sup>22</sup> Sobre a necessidade de água e madeira para um engenho, ver: Petrone, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1968, pg. 83.

<sup>23</sup> Não foi possível localizar o nome desse senhor no levantamento populacional de 1797, porém, sabemos que montou suas primeiras propriedades em Campinas a partir desse ano pelos registros de batismos de seus escravos na Igreja matriz. Antes de 1797 não foi encontrado nenhum registro de batismo escravo pertencente ao Luís Antônio de Souza. Frequentemente o ano de chegada de um determinado senhor em Campinas coincidia com os primeiros registros de batismo de seus escravos na Igreja.

<sup>24</sup> Não conseguimos ter acesso ao inventário de Luís Antônio de Souza no Arquivo do Estado de São Paulo (fomos informados que este documento estava fora de consulta pública para cuidados temporários de conservação). Porém, o historiador Peter Eisenberg, no texto “Senhores de engenho e plantadores de cana em Campinas, 1798-1829” faz uma breve descrição do conteúdo desta fonte, ver: Eisenberg, Peter L., *Homens Esquecidos*, p. 387, 388.

<sup>25</sup> Eisenberg, Peter L., *Homens Esquecidos*, p. 387, 388.

em bairros diferentes, porém, não deveriam ser muito distantes, pois permitiam que seus escravos transitassem entre elas a pé ou a cavalo para encontrar os demais cativos<sup>26</sup>.

O quarto proprietário com escravos envolvidos no plano de revolta de 1832 a se instalar na região foi João Francisco de Andrade. Natural de Santana do Parnaíba, viera para Campinas em 1803 com toda a família; a sua esposa Dona Ana Francisca Cardoza, seus sete filhos, os cinco agregados e 14 escravos<sup>27</sup>. Durante as três décadas em que morou na vila, João Francisco de Andrade conseguiu enriquecer bastante. Passou de agricultor com 14 escravos, a senhor de engenho com mais de 50 cativos. Também ajudou seus filhos a levantar suas próprias fazendas e durante alguns anos moeu a cana-de-açúcar produzida por eles e também lhes deu alguns escravos.

Logo no ano de 1803, assumiu o cargo de capitão-mor (responsável por fazer o recrutamento local e organizar militarmente a região) e permaneceu neste função até o ano de 1828, quando então fora extinto o posto<sup>28</sup>. João Francisco de Andrade morreu em 1830, com pouco mais de 60 anos de idade. Deixou uma fortuna calculada em torno de 22:285\$026 reis – uma das maiores quantias encontradas em inventários em Campinas na década de 1830. Seus bens incluíam o engenho Bocaiva, uma casa na vila e mais de 50 cativos<sup>29</sup>. No ano de 1832,

---

<sup>26</sup> A localização desses engenhos e a distancia existente entre eles não é uma informação muito fácil de levantar. A repetição de vários nomes em propriedades rurais era muito comum. Existiam, por exemplo, no tombamento dos bens rústicos de Campinas de 1818 várias fazendas conhecidas como Atibaia. Além disso, era freqüente os nomes das fazendas serem os mesmos dos bairros rurais aos quais elas pertenciam, assim no bairro Anhumas existiam várias propriedades conhecidas como Anhumas. AESP, Tombamento dos bens rústicos de Campinas, Número de Ordem 9869, 28/10/1818.

<sup>27</sup> Ver apêndice 1 – João Francisco de Andrade, 1803.

<sup>28</sup> Veremos no capítulo 3 como o recrutamento local foi um dos pontos de disputa entre a câmara de Campinas e o presidente da província. Além disso, buscaremos mostrar um pouco das relações estabelecidas entre a população recrutada e o capitão-mor.

<sup>29</sup> CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 3ª. ofício, cx. 335, proc. 6630, João Francisco de Andrade. No índice eletrônico de busca de inventários do CMU, este senhor de engenho esta descrito com o nome de Jacob Francisco de Andrade. Informei o arquivo deste erro, porém, o erro não havia sido consertado até a finalização deste trabalho (Janeiro de 2005).

quando seus escravos se envolveram no plano de rebelião, a sua mulher, Dona Ana Francisca Cardoza, era a administradora de toda a fortuna acumulada na região.

O plano de revolta se espalhou também para as propriedades dos filhos do capitão-mor, Antônio Francisco de Andrade e Theodoro Francisco de Andrade. Ambos chegaram em Campinas no ano de 1803, junto com toda a família Andrade. Naquela época eles possuíam 17 e 10 anos, respectivamente<sup>30</sup>. Antônio Francisco casou-se bastante novo para os jovens de seu padrão social – com apenas 20 anos de idade. Sua esposa era Dona Maria Bárbara de Campos, uma bem-estabelecida viúva de 27 anos. Este casamento trouxe para Antônio um rápido enriquecimento, proveniente principalmente da herança de Dona Maria Bárbara<sup>31</sup>. Já no ano de 1806, o casal fundou seu próprio engenho com um total de 15 escravos e uma considerável produção de milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar<sup>32</sup>. No ano de 1832, Antônio e Dona Bárbara faziam parte da elite local de senhores de engenho, com dezenas de escravos. Possuíam, naquela data, mais de 40 cativos e uma produção de açúcar beirando a casa de 3000 arrobas. A propriedade do casal localizava-se ao lado das terras do João Francisco de Andrade – na beira do rio Atibaia, no bairro da Ponte Alta.

Theodoro Francisco de Andrade teve uma trajetória um pouco diferente da vida de seu irmão, Antônio Francisco. Na verdade, trilhou um caminho bastante comum entre os jovens da elite do oeste paulista. Durante muitos anos, foi o administrador do engenho de seu pai João Francisco e em 1822 cuidou também dos bens de seu irmão, enquanto este lutava na guerra de

---

<sup>30</sup> Ver apêndice 1 – João Francisco de Andrade, 1803.

<sup>31</sup> Dona Maria Bárbara era viúva de Alexandre Barboza de Andrade. Não consegui identificar se Alexandre Barboza de Andrade possuía algum parentesco com a família dos Francisco Andrade. Mas a julgar pelo sobrenome “Andrade” é possível que pertencesse a mesma família. Era comum entre a elite do oeste paulista promover casamentos entre indivíduos de uma mesma família para evitar dispersão da herança. Bacellar, Carlos de Almeida Prado, *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do oeste paulista, 1765-1855*, Campinas: Área de Publicações do CMU/Unicamp, 1997.

<sup>32</sup> Ver apêndice 1 – Antonio Francisco de Andrade, 1806.



independência<sup>33</sup>. No começo da década de 1820, casou-se com sua sobrinha, Dona Reginalda Rufina (filha de Antônio Francisco de Andrade), e começou a trabalhar em seu próprio sítio. Nesses primeiros anos como chefe de uma propriedade, possuía menos de 10 escravos e moía cana no engenho de seu pai<sup>34</sup>. Com o passar dos tempos, conseguiu adquirir mais escravos e também seu próprio engenho. Em 1832, já tinha uma produção de mais de 1000 arrobas de açúcar e possuía por volta de 20 cativos<sup>35</sup>. A sua fazenda também fazia divisas com as terras de seu pai, João Francisco de Andrade.

O plano de revolta escrava teve ramificações ainda nas fazendas dos genros de João Francisco de Andrade. As investigações mostraram que as fazendas de Antônio Corrêa Barboza e José da Cunha Paes Leme, ambos casados com filhas do capitão-mor, também tinham alguns cativos envolvidos no plano de rebelião. Antônio Corrêa Barboza chegou em Campinas no começo do século XIX, com quase trinta anos de idade e solteiro. Durante muito tempo foi sócio de Alexandre Barboza de Almeida na administração e controle de um grande engenho de açúcar. No começo da década de 1820, ele se casou e fundou sua própria fazenda. A sua esposa era Dona Úrsula Francisca de Andrade, a filha mais velha do capitão-mor<sup>36</sup>. Antônio Corrêa Barboza foi um dos maiores produtores de açúcar de Campinas. No ano de 1832 fazia parte do seleto grupo de senhores com mais de 100 escravos, dois engenhos de açúcar e três fazendas na vila de Mogi-Mirim<sup>37</sup>.

O outro genro do capitão-mor, José da Cunha Paes Leme, chegou em Campinas no ano de 1808 para se casar com Dona Francisca de Andrade e fundar sua própria fazenda. Permaneceu como agricultor, plantando arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar até o ano de 1816, quando

---

<sup>33</sup> Ver apêndice 1 – Antonio Francisco de Andrade, 1822.

<sup>34</sup> Ver apêndice 1 – Theodoro Francisco de Andrade, 1824.

<sup>35</sup> Ver apêndice 1 – Theodoro Francisco de Andrade, 1829.

<sup>36</sup> Ver apêndice 1 – Alexandre Barboza de Almeida, 1822.

construiu seu próprio engenho para fazer açúcar<sup>38</sup>. Seus dois primeiros escravos foram dados pelo seu sogro, como dote do casamento. Com o passar dos anos, conseguiu comprar outros cativos e alcançar importantes cargos na administração local. Em 1832, José da Cunha possuía mais de 30 escravos e produziu 1000 arrobas de açúcar.<sup>39</sup> Além disso, ocupava o cargo de juiz de paz da vila, presidindo o interrogatório dos suspeitos e abertura do processo-crime de 1832<sup>40</sup>.

Os outros três proprietários com cativos envolvidos no plano de 1832 a instalar engenhos em Campinas foram: Joaquim José dos Santos, Salvador Bueno da Silveira e Francisco Ignácio de Souza Queiroz. Joaquim José dos Santos chegou em Campinas no ano de 1805, com 27 anos de idade e solteiro. No ano seguinte, o recenseamento local indicou que ele possuía 22 escravos e plantava alimentos para sua sustentação. Em 1807, já era senhor de engenho, com uma pequena produção de 100 arrobas de açúcar – é provável que tenha passado seus dois primeiros anos em Campinas fazendo suas plantações iniciais de cana-de-açúcar e construindo o seu próprio engenho. Natural de Cotia, este senhor também enriqueceu muito nessas terras. Em 1832, possuía mais de 100 escravos e teve uma produção de quase 3000 arrobas de açúcar<sup>41</sup>. A propriedade de Joaquim José dos Santos, conhecida como Palmeira, também se encontrava na beira do rio Atibaia e fazia divisas com a fazenda Bom Jardim de Luís Antônio de Souza, segundo o inventário de sua mulher Dona Francisca de Assis Camargo.

---

<sup>37</sup> CMU, 1839, TJC, Inventários de Campinas, 1<sup>a</sup>. ofício, cx. 109, proc. 2063, Antônio Corrêa Barboza.

<sup>38</sup> Ver apêndice 1 – José da Cunha Paes Leme, 1808 e 1817.

<sup>39</sup> Ver apêndice 1 – José da Cunha Paes Leme, 1829.

<sup>40</sup> O cargo de juiz de paz foi criado 15/10/1827, tinha como uma de suas funções conciliar interesses divergentes em suas localidades. Também resolvia questões a propósito dos recursos naturais, utilização de caminhos públicos e privados, prejuízos causados por animais em plantações alheias, perseguia os indivíduos considerados vagabundos, etc. Além disso, tinha a função de polícia: podia dispersar reuniões públicas que representavam ameaça à ordem pública, prendia criminosos, realizava o interrogatório de suspeitos e fazia o auto de corpo de delito. Flory, Thomas, *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial: control social y estabilidad política en el nuevo Estado, 1808-1871*, México: Fondo de cultura económica, 1986, capítulo IV.

<sup>41</sup> Ver apêndice 1 – Joaquim José dos Santos, 1805, 1806, 1807, 1829.

Salvador Bueno da Silveira e Luís Antônio de Souza foram os dois últimos senhores com escravos envolvidos no plano de 1832 a instalarem fazendas na vila de São Carlos. Salvador Bueno chegou em Campinas no ano de 1817, trazendo toda a sua família – a esposa Dona Maria Leite, dois filhos e 5 escravos. Permaneceu como agricultor, plantando arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar até o começo dos anos de 1820, quando conseguiu se tornar senhor de engenho. No ano de descoberta do plano de revolta, Salvador Bueno já tinha mais de 40 escravos e produzia quase 2000 arrobas de açúcar<sup>42</sup>. Sua propriedade fazia divisas com as terras de Antônio Corrêa Barboza e com a fazenda de João Francisco de Andrade.

Francisco Ignácio de Souza Queiroz instalou suas primeiras fazendas em Campinas no ano de 1820<sup>43</sup>. Natural de Portugal, Francisco Ignácio nunca chegou a morar em Campinas, passando a maior parte de sua vida na cidade de São Paulo. Em 1832, possuía quatro grandes engenhos na região – a fazenda Morro Grande, Rio das Pedras, Palmeiras e a Boa Vista – e mais de 250 escravos. Possuía ainda bens nas cidades de São Paulo, Santos e Araraquara. Francisco Ignácio morreu na cidade do Porto em novembro de 1830. A sua esposa, Dona Francisca Miquelina, faleceu pouco tempo depois em uma viagem de navio entre Portugal e Rio de Janeiro<sup>44</sup>. No ano de 1832, apenas o engenho Rio das Pedras possuía escravos envolvidos no plano de rebelião. Situado no bairro rural de Anhumas, ao norte de Campinas e vizinho ao bairro

---

<sup>42</sup> Ver apêndice 1 – Salvador Bueno da Silveira, 1817, 1822, 1829. A pesquisadora Cristiany Rocha faz uma análise das famílias escravas que se formaram nas propriedades de Salvador Bueno e de seu filho Camilo Xavier Bueno da Silveira, ver: Rocha, Cristiany Miranda, *Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX*, Campinas: Editora de Unicamp, 2004.

<sup>43</sup> O ano de estabelecimento de suas propriedades em Campinas foi identificado pelos registros de batismo de seus escravos. Assim como ocorreu com Luís Antônio de Souza, não conseguimos identificar suas propriedades nos levantamentos populacionais de Campinas. Isto decorre em parte do fato de ambos serem proprietários absenteístas.

<sup>44</sup> O inventário de Francisco Ignácio de Souza Queiroz foi realizado juntamente com o inventário de sua esposa Dona Francisca Miquelina de Souza Queiroz, pois os dois morreram em datas próximas. O original deste documento está guardado no AESP, consultamos uma cópia em microfilme existente no AEL, 1831, FPE, Arquivo do Tribunal de Justiça, Vila Leopoldina, Inventário de Francisco Ignácio de Souza Queiroz (cópia em microfilme).

da Ponte Alta, este engenho possuía mais de 80 escravos – era a segunda maior propriedade de Francisco Ignácio em Campinas.

As histórias de vida desses onze senhores que tiveram seus escravos envolvidos no plano de revolta de 1832 são muito parecidas. Todos chegaram em Campinas no final do século XVIII e começo do século XIX, com a subida repentina do preço do açúcar no mercado mundial. Vieram para a região com o objetivo de plantar cana-de-açúcar e enriquecer. Ajudaram a mudar o cenário dessas terras, que durante praticamente todo o setecentos haviam sido uma pequena paragem de tropeiros, com pequenos sítios plantando arroz, feijão e milho. Os escravos que trouxeram para Campinas e principalmente os que compraram quando já estavam estabelecidos em suas fazendas provocaram substancial mudança na vila e provocaram novos desafios. Será a história desses cativos que discutirei a partir de agora.

**Tabela 1**  
**Proprietário citados no plano de revolta de 1832**

	Chegada Campinas		Tornou-se senhor de engenho			Situação em 1832			Ano de falecimento
	Ano	No. escravos	Ano	No. escravos	Produção açúcar em @	No. escravos	Produção açúcar	Títulos e cargos	
Floriano de Camargo Penteado	1792	8	1798	24	1550	136	4062	capitão-mor	1838
Antonio de Camargo Penteado	1792	5	1798	15	800	89	1700	alferes	1812
Luis Antônio de Souza	1797*	—	—	—	—	482	—	brigadeiro	
João Francisco de Andrade	1803	14	1806	17	260	51	1900	capitão-mor	1830
Antonio Francisco de Andrade	1803	0	1806	15	80	45	3000	sargento-mor	1842
Theodoro Francisco de Andrade	1803	0	1829	21	1000	21	1000	alferes	1861
Joaquim José dos Santos	1805	22	1807	15	100	113	2700	—	1862
Antônio Corrêa Barboza	1807	N.I.	1822	62	3000	104	3000	—	1839
Jose da Cunha Paes Leme	1808	11	1816	4	130	30	800	juiz de paz	
Salvador Bueno da Silveira	1817	5	1822	15	1600	42	1800	—	1846
Francisco Ignácio de Souza Queiroz	1820*	—	—	—	—	275	—	coronel	1831

\* Data estimada a partir dos primeiros registros de batismo na matriz da Nossa Senhora da Conceição.

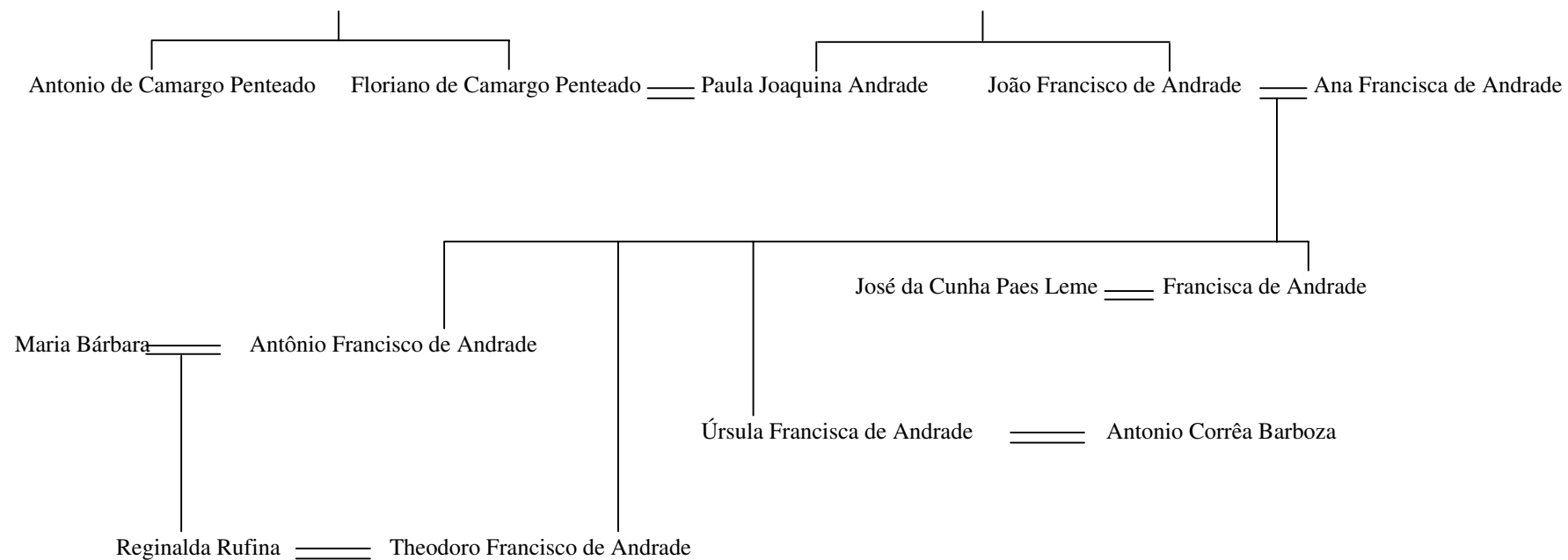
N.I. = Não identificado. Possuía escravos em sociedade com Alexandre Barboza de Almeida.

Obs: Os números de escravos e as produções de açúcar para o ano de 1832 foram baseados no levantamento populacional de 1829, exceção a Luis Antonio de Souza e Francisco Ignácio de Souza Queiroz que tiveram os dados baseados em seus respectivos inventários.

Fonte: Levantamento populacional da vila de São Carlos (Campinas), 1792-1829, AEL.

Inventários post-mortem de Campinas, CMU.

**Figura 1**  
**Relações de parentesco entre os proprietários citados no plano de revolta de 1832**



*Demais Proprietários*

Luis Antônio de Souza  
 Francisco Ignácio Souza Queiroz  
 Joaquim José dos Santos  
 Salvador Bueno da Silveira

==== matrimônio.

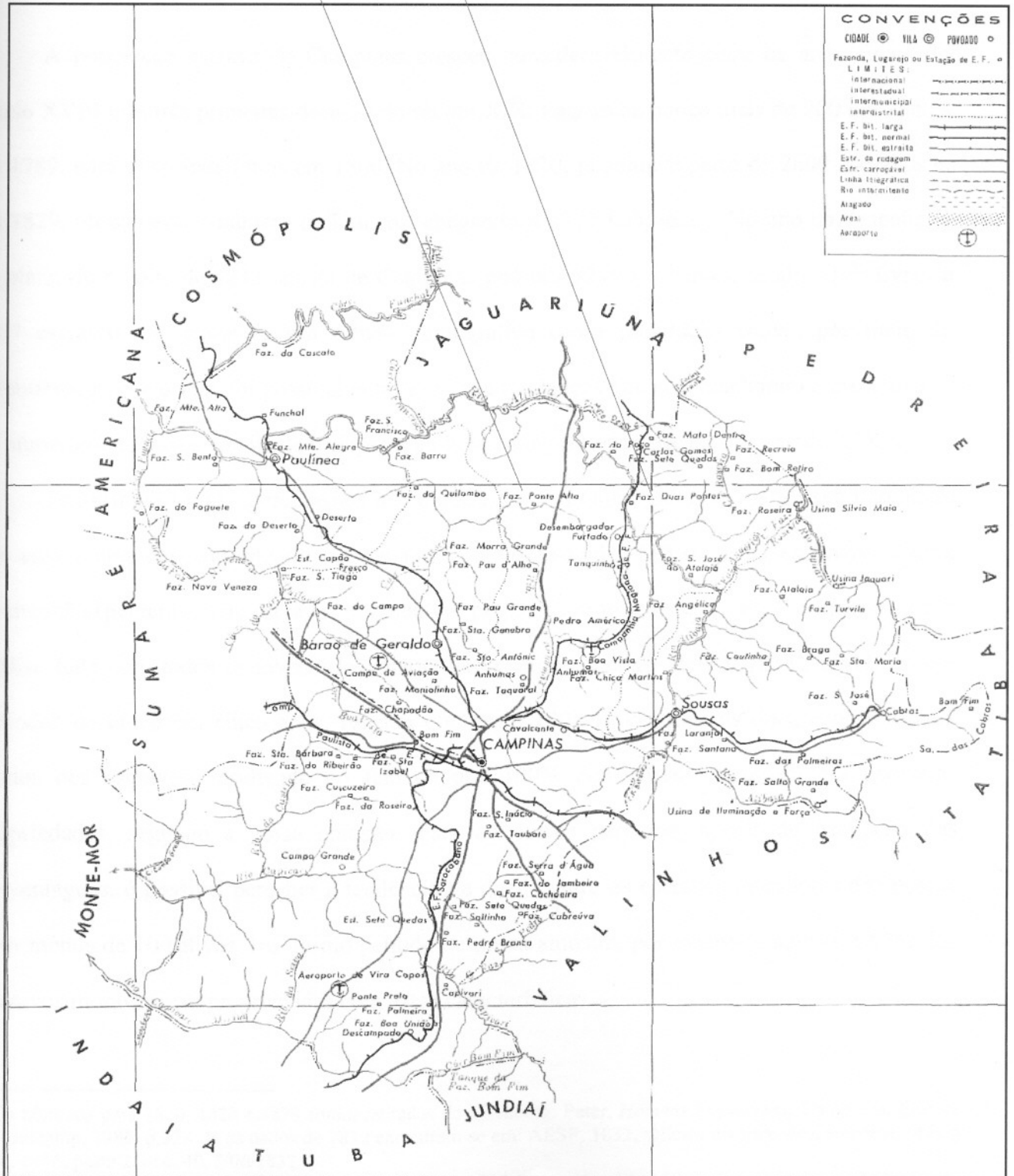
| filiação.

Fontes: Listas nominativas dos censos antigos (1792 -1829) e inventários post-mortem de Campinas.

# Mapa 1- Município de Campinas 1954

Fazenda Ponte Alta

Fazenda Duas Pontes



Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros, X Volume, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958, p. 301.

## Capítulo II – A demografia da população escrava em Campinas

A população escrava de Campinas cresceu consideravelmente entre os anos finais do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX. Passou de pouco mais de 200 habitantes em 1789, para 1000 indivíduos em 1800. No ano de 1820, já somava perto de 2600 escravos e, em 1829, ultrapassou o número de brancos, chegando a 4323 indivíduos. No ano da descoberta do plano de revolta de 1832, a vila de Campinas possuía 9245 habitantes, sendo 4158 livres e 5087 escravos<sup>1</sup>. A partir de um estudo demográfico dessa população cativa, por meio de inventários *post-mortem*, foi possível notar as várias mudanças que acompanharam o crescimento do número de escravos na vila de Campinas ao longo das primeiras décadas do século XIX.

Em primeiro lugar, percebemos que o aumento do número de escravos foi seguido ainda por uma maior concentração de cativos nas grandes fazendas (50 ou mais escravos) e uma diminuição (percentual) de escravos vivendo em pequenas propriedades (1 até 9 escravos). Uma análise feita com todos os inventários abertos em Campinas entre 1801 a 1835<sup>2</sup>, divididos em períodos de cinco em cinco anos, revelou que entre 1801-1805 todos os documentos tinham menos dez escravos, resultando no fato de que 100% dos cativos moravam em pequenas propriedades, segundo a nossa amostra. Para os outros períodos, apesar da oscilação das porcentagens, é possível perceber a tendência de queda entre os escravos moradores das posses com menos de 10 cativos. No último período de nossa amostra, por exemplo, apenas 12,5% dos escravos moravam em propriedades com essas características.

---

<sup>1</sup> Os números para 1800, 1820 e 1829 foram retirados de Eisenberg, Peter, *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p.328. Já os dados de 1832 encontram-se em: AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, cx56, pasta 2, doc. 40, 5/06/1832.

<sup>2</sup> CMU, TJC, Inventários *post-mortem*, Anos de 1801-1835: pesquisa sistemática. Para todo o período foram pesquisados 201 inventários, divididos em sete períodos (1801-1805; 1806-1810; 1811-1815; 1816-1820; 1821-1825; 1826-1830; 1831-1835).



Tabela 2

Variação da posse de escravos em Campinas 1801 - 1835																
T.P.	1801 - 1805				1806-1810				1811-1815				1816-1820			
	A	%	B	%	A	%	B	%	A	%	B	%	A	%	B	%
1 - 4	1	33,3	3	21,4	3	30,0	7	5,6	12	54,5	24	9,0	10	55,6	24	13,3
5 - 9	2	66,7	11	78,6	1	10,0	5	4,0	3	13,6	19	7,1	4	22,2	23	12,8
<b>1 - 9</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>40,0</b>	<b>12</b>	<b>9,7</b>	<b>15</b>	<b>68,2</b>	<b>43</b>	<b>16,0</b>	<b>14</b>	<b>77,8</b>	<b>47</b>	<b>26,1</b>
10 - 14	0	0,0	0	0,0	2	20,0	21	16,9	0	0,0	0	0,0	2	11,1	20	11,1
15 - 19	0	0,0	0	0,0	2	20,0	32	25,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
20 - 29	0	0,0	0	0,0	1	10,0	29	23,4	3	13,6	71	26,5	0	0,0	0	0,0
30 - 39	0	0,0	0	0,0	1	10,0	30	24,2	2	9,1	69	25,7	1	5,6	36	20,0
40 - 49	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	9,1	85	31,7	0	0,0	0	0,0
50 -100	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,6	77	42,8
mais de 100	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>mais de 50</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
<b>Total=</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>22</b>	<b>100,0</b>	<b>268</b>	<b>100,0</b>	<b>18</b>	<b>100,0</b>	<b>180</b>	<b>100,0</b>

(continuação)

	1821-1825				1826-1830				1831 - 1835			
	A	%	B	%	A	%	B	%	A	%	B	%
1 - 4	14	42,4	33	8,5	23	46,0	51	6,9	31	49,2	58	5,7
5 - 9	13	39,4	89	23,0	12	24,0	80	10,8	11	17,5	81	8,0
<b>1 - 9</b>	<b>27</b>	<b>81,8</b>	<b>122</b>	<b>31,5</b>	<b>35</b>	<b>70,0</b>	<b>131</b>	<b>17,8</b>	<b>42</b>	<b>66,7</b>	<b>139</b>	<b>13,8</b>
10 - 14	1	3,0	13	3,4	3	6,0	37	5,0	4	6,3	43	4,3
15 - 19	1	3,0	17	4,4	2	4,0	34	4,6	6	9,5	104	10,3
20 - 29	0	0,0	0	0,0	2	4,0	51	6,9	3	4,8	71	7,0
30 - 39	0	0,0	0	0,0	2	4,0	67	9,1	1	1,6	36	3,6
40 - 49	2	6,1	86	22,2	1	2,0	42	5,7	1	1,6	48	4,8
50 -100	2	6,1	149	38,5	5	10,0	376	50,9	5	7,9	339	33,6
mais de 100	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,6	230	22,8
<b>mais de 50</b>	<b>4</b>	<b>12,1</b>	<b>235</b>	<b>60,7</b>	<b>5</b>	<b>10,0</b>	<b>376</b>	<b>50,9</b>	<b>6</b>	<b>9,5</b>	<b>569</b>	<b>56,3</b>
<b>Total=</b>	<b>33</b>	<b>100,0</b>	<b>387</b>	<b>100,0</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>	<b>738</b>	<b>100,0</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>	<b>1010</b>	<b>100,0</b>

T.P. = Tamanho Propriedade em escravos

A = Inventários

B = Escravos

Fonte = Inventários post-mortem, CMU

Ao mesmo tempo, os escravos vivendo nas grandes propriedades (50 ou mais cativos) alcançaram um salto considerável durante as três primeiras décadas do século XIX. Para os anos de 1801-1820, não identifiquei nenhum inventário que tivesse mais de 50 escravos; já entre os anos de 1821-1825 foram localizados quatro inventários, que abrigavam 60,7% da população escrava. Entre 1826-1830, as grandes fazendas concentravam 50% dos cativos e, entre 1831-1835, por volta de 60% de todos os escravos moravam nessas propriedades<sup>3</sup>. Não era sem motivos que uma carta de 1822 da câmara de Campinas relatava que a saída dos homens para o recrutamento militar deixava “alguns engenhos com duas ou três pessoas brancas e quarenta ou cinquenta escravos”<sup>4</sup>.

Além de crescer fortemente e se concentrar nas grandes fazendas, a população escrava foi se tornando cada vez mais africana e com altas taxas de masculinidade<sup>5</sup>. Na tabela abaixo é possível perceber o aumento significativo de africanos ao longo do período.

---

<sup>3</sup> Robert Slenes chegou a conclusões semelhantes a respeito da variação da posse de escravos em Campinas nas três primeiras décadas do século XIX estudando os censos populacionais de 1801 e 1829. No ano de 1801, identificou que 27,1% dos escravos moravam em posses com menos de 10 cativos e apenas 10% vivam em propriedades com 50 ou mais escravos. Já em 1829, os dados registram que 12,9% dos cativos viviam em pequenas propriedades (menos de 10 escravos) e 49,4% habitavam posses com mais de 50 cativos. Assim, apesar das variações de porcentagens entre os dados do censo populacional e os inventários (principalmente entre o censo de 1801 e os inventários de 1801-1805), decorrentes basicamente dos diferentes tipos de fontes, é possível identificar a mesma tendência de aumento de concentração de escravos nas grandes propriedades, durante as primeiras décadas do século XIX. Slenes, Robert W, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 263 (tabela A-1) e p. 264 (tabela A-2).

<sup>4</sup> AESP, 1822, Correspondência capitães gerais 1721-1822, ordem 235, doc. 42, 3/02/1822.

<sup>5</sup> Para as análises feitas a seguir foram utilizados apenas os inventários com 10 ou mais escravos, pois todas as propriedades citadas no plano de 1832 possuíam mais de dez cativos. Isto deu um total de 59 documentos. Dentre esses 59 inventários, selecionei ainda aqueles que apresentavam informações mais completas sobre os escravos, ou seja, selecionei os inventários que apresentavam uma distinção sistemática da origem dos cativos (crioulo/africano), resultando em um total de 46 documentos e 1698 escravos. Partimos do princípio de que os inventários que faziam uma distinção sistemática da origem dos cativos também tinham maior cuidado em anotar outras informações a respeito dos escravos, como, por exemplo, a idade, sexo, condições físicas, ampliando, portanto, nossas possibilidades de análises.

Tabela 3

Proporção de crioulos e africanos na população escrava - Campinas							
		Inventários 1801 – 1835					
	<u>1801-1805*</u>	<u>1806-1810</u>	<u>1811-1815</u>	<u>1816-1820</u>	<u>1821-1825</u>	<u>1826-1830</u>	<u>1831-1835</u>
	%	%	%	%	%	%	%
<i>Todos os escravos</i>							
Africano	0	48,6	61,9	85,0	65,8	73,8	72,8
Crioulo	0	51,4	38,1	15,0	34,2	26,2	27,2
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>Escravos Adultos</i>							
Africano	0	63,3	82,5	87,0	88,4	94,3	93,2
Crioulo	0	36,7	17,5	13,0	11,6	5,7	6,8
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Não identificamos inventários com 10 ou mais escravos.

Fonte: Inventários de Campinas, CMU<sup>6</sup>

Enquanto no período de 1806-1810 ainda podemos notar um certo equilíbrio entre a proporção de escravos crioulos e escravos africanos na população (49% de africanos e 51% de crioulos), nos intervalos posteriores o número de africanos cresceu acentuadamente. Nos anos de 1831-35, época que engloba a data de descoberta do plano de revolta, por exemplo, a porcentagem já era de 72,8%. A média de africanos habitando as propriedades com 10 ou mais escravos, para todos os períodos nos quais temos dados, era de 68% do total. Entre a população escrava adulta (aquela com 15 anos ou mais), as taxas de africanidade eram ainda maiores, para qualquer um dos intervalos. Nos anos de 1806-1810, a porcentagem de africanos entre os cativos adultos ficava em torno de 63,3%. Já no último intervalo da amostra, a proporção de africanos adultos era de 93,2%.

O aumento da população africana nas propriedades de Campinas era consequência direta do tráfico Atlântico de escravos<sup>7</sup>. Vimos no capítulo anterior como a região tornou-se um pólo

<sup>6</sup> Os números correspondentes às porcentagens da tabela 2 são os seguintes: todos os escravos - africanos (0, 34, 125, 96, 154, 253, 441), crioulos (0, 36, 77, 17, 80, 90, 165); escravos adultos – africanos (0, 31, 99, 20, 38, 183, 355),

atrativo de pequenos e também grandes proprietários, buscando fazer riquezas com a disparada do preço do açúcar no mercado internacional, no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. A mão de obra das fazendas, predominantemente escrava, era alimentada a cada ano pelo desembarque maciço de africanos, vindos preferencialmente do centro-oeste do continente.<sup>8</sup> Entre os anos de 1789 a 1801, por exemplo, a população escrava de Campinas cresceu a uma média de 18% ao ano e entre 1801 a 1829 essa taxa foi de 5%, resultado basicamente do comércio Atlântico<sup>9</sup>. Além disso, o tráfico importava preferencialmente homens para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar da região<sup>10</sup>. Essa compra de escravos do sexo masculino também pode ser notada com muita clareza nos inventários post-mortem.

**Tabela 4**

Distribuição dos escravos por sexo e período – Campinas							
Inventários 1801 - 1835							
	1801-1805*	1806-1810	1811-1815	1816-1820	1821-1825	1826-1830	1831-1835
	%	%	%	%	%	%	%
<i>Todos os escravos</i>							
Mulher	0	37,5	31,6	26,5	23,8	30,1	26,6
Homem	0	62,5	68,4	73,5	76,2	69,9	73,4
<b>Total</b>	0	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Escravos Adultos</i>							
Mulher	0	36	28,9	17,4	15,2	22,8	21,2
Homem	0	64	71,1	82,6	84,8	77,2	78,8
<b>Total</b>	0	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

\* Não identificamos inventários com 10 ou mais escravos.

Fonte: Inventários de Campinas, CMU<sup>11</sup>

crioulos (0, 18, 21, 03, 05, 11, 26). Os números entre parênteses seguem os períodos de 1801-05, 1806-10, 1811-15, 1816-20, 1821-25, 1826-30, 1831-35, respectivamente.

<sup>7</sup> Florentino, Manolo, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, cap. I e cap. II.

<sup>8</sup> No capítulo V, trataremos mais detidamente a questão das procedências dos africanos desembarcados em Campinas.

<sup>9</sup> Slenes, Robert W, *Na senzala, uma flor*, p. 70.

<sup>10</sup> Florentino, Manolo, *Em costas negras*, p.77.

<sup>11</sup> Os números correspondentes às porcentagens da tabela 3 são os seguintes: todos os escravos - mulher (0,27, 71, 30, 63, 110, 175), homem (0, 45, 154, 83, 202, 255, 483); escravos adultos – mulher (0, 18, 39, 4, 7, 46, 88), homem (0, 32, 96, 19, 39, 156, 327). Os números entre parênteses seguem os períodos de 1801-05, 1806-10, 1811-15, 1816-20, 1821-25, 1826-30, 1831-35, respectivamente.

Podemos perceber na tabela acima que, na primeira década do século XIX, a porcentagem de homens girava em torno de 62,7% e a de mulheres de 37,3%. Nos períodos seguintes, é possível verificar o crescimento paulatino da população masculina, alcançando a proporção de 73,4% de homens nos anos de 1831-35. Na média de todo o período, a população escrava masculina sempre ficou próxima dos 70% ou uma razão de masculinidade de 256 – havia 256 pessoas do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino. Já entre a população escrava adulta, a porcentagem de homens era ainda maior, resultado, é claro, dos altos índices de africanos na população das fazendas. Os dados mostram que, no período de 1806-1810 do século XIX, a porcentagem de homens era 65%; já no intervalo de 1831-1835, esse índice estava perto de atingir a casa de 80%.

Na tabela abaixo, podemos perceber que essas altas taxas de masculinidade entre os escravos era resultado principalmente das altas proporções de homens entre os africanos.

**Tabela 5**

<b>Distribuição dos africanos e crioulos por sexo e período – Campinas</b>							
<b>Inventários 1801 – 1835</b>							
	<u>1801-1805</u>	<u>1806-1810</u>	<u>1811-1815</u>	<u>1816-1820</u>	<u>1821-1825</u>	<u>1826-1830</u>	<u>1831-1835</u>
	%	%	%	%	%	%	%
<i><u>Africanos</u></i>							
Feminino	0	29,4	23,2	20,8	15,6	20,6	17,2
Masculino	0	70,6	76,8	79,2	84,4	79,4	82,8
<b>Total</b>	0	100,0	100	100,0	100,0	100,0	100,0
<i><u>Crioulos</u></i>							
Feminino	0	47,2	45,5	58,8	38,8	55,6	44,8
Masculino	0	52,8	54,5	41,2	61,3	44,4	55,2
<b>Total</b>	0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

\*Não identificamos inventários com 10 ou mais escravos.

Fonte: Inventários de Campinas – CMU<sup>12</sup>

Quando isolamos africanos e crioulos e comparamos separadamente as proporções de homens e mulheres em cada um desses dois grupos de escravos, podemos perceber que as

<sup>12</sup> Os números correspondentes às porcentagens da tabela 4 são os seguintes: africanos – mulher (0, 10, 29, 20, 24, 52, 76), homem (0, 24, 96, 76, 130, 201, 365); crioulos – mulher (0, 17, 35, 10, 31, 50, 74), homem (0, 19, 42, 7, 49,

porcentagens de homens na população africana sempre foram bastante superiores à de mulheres para os mesmos períodos. Nos dez primeiros anos de século XIX, os homens já alcançavam índices superiores a 70% da população escrava de africanos. Em 1831-35, data mais próxima do plano de revolta, esse número era de 82,8%. Ao mesmo tempo, as proporções de homens e mulheres entre os crioulos sempre foram bastante equilibradas. Apenas no período compreendido entre os anos de 1821-1825 a população masculina chegou a 60% entre os escravos crioulos, porém, nos demais períodos sempre se manteve melhor distribuída. Nos anos de 1831-35, as proporções eram de 45% de mulheres e 55% de homens.

Outro dado da população escrava de Campinas que foi possível captar com os inventários *post-mortem* refere-se as variações etárias dos escravos ao longo dessas três primeiras décadas do século XIX. Ao separarmos os escravos em seis faixas etárias, podemos avaliar mais detidamente essa característica da população cativa.

**Tabela 6**

Distribuição dos escravos por faixa etária e período – Campinas							
Inventários 1801– 1835							
	1801-1805*	1806-1810	1811-1815	1816-1820	1821-1825	1826-1830	1831-1835
	%	%	%	%	%	%	%
0-14	0	23,1	28	37,8	34,3	24,3	23,9
15-19	0	9,2	12,2	10,8	8,6	14,2	13,9
20-29	0	15,4	25,5	35,1	32,9	22,9	25
30-39	0	15,4	20,2	8,1	11,4	21,7	20,9
40-49	0	20,0	6,7	0,0	7,1	11,3	8,1
mais 50	0	16,9	7,4	8,1	5,7	5,6	8,3
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Não identificamos inventários com 10 ou mais escravos.

Fonte: Inventários de Campinas – CMU<sup>13</sup>

---

40, 91). Os números entre parênteses seguem os períodos 1801-05, 1806-10, 1811-15, 1816-20, 1821-25, 1826-30, 1831-35, respectivamente.

<sup>13</sup> Os números correspondentes às porcentagens da tabela 5 são os seguintes: 1801-1805 (0, 0, 0, 0, 0, 0, 0), 1806-1810 (15, 6, 10, 10, 13, 11), 1811-1815 (53, 23, 48, 38, 12, 14), 1816-1820 (14, 4, 13, 3, 0, 3), 1821-1825 (24, 6, 23, 8, 5, 4), 1826-1830 (65, 38, 61, 58, 30, 15), 1831-1835 (130, 76, 136, 114, 44, 45). Os números entre parênteses correspondem as faixas etárias 0-14 anos, 15-19, 20-29, 30-39, 40-49 50 ou mais, respectivamente.

Na tabela acima, podemos notar que a população escrava situada na faixa etária de 20-29 anos aumentou consideravelmente suas proporções ao longo das primeiras décadas do século XIX: saiu de 15,6% para 25%, representando, assim, um aumento dos cativos jovens nas fazendas da região. Quando somamos as faixas etárias de 15-19 com a faixa etária 20-29, ou seja, o período de maior força física e produtividade dos escravos, podemos ver de forma mais expressiva esse crescimento da população mais nova nas fazendas de Campinas. No período de 1806-1810 os cativos dentro dessas duas faixas etárias representavam por volta de 25% do total, já nos anos de 1831-35 esse índice estava perto de 40%. O tráfico atlântico de escravos também aí teve um papel importante, trazendo preferencialmente escravos ainda bastante jovens<sup>14</sup>. Antes, porém, de analisarmos esse ponto com mais cuidado, vejamos primeiro as variações de porcentagens na população escrava com 40 anos ou mais. Podemos notar que essa população mais velha (40 anos ou mais) representava quase 37% de todos os cativos das propriedades no período de 1806-10, depois disso viu seus índices despencarem (em decorrência do aumento dos cativos mais jovens), chegando ao nível mais baixo entre os anos de 1816-20, 8,1%. Depois disso, seus índices voltaram a se recuperar lentamente até chegarem perto de 17% nos anos de 1831-35. Essa recuperação das porcentagens de escravos mais velhos pode ser atribuída ao fato de que a população escrava das fazendas, de uma maneira geral, foi envelhecendo – esses cativos com mais de 40 anos em 1831-35 possivelmente eram os africanos importados ainda no começo do século XIX.

---

<sup>14</sup> Florentino, Manolo, *Em costas negras*, p. 221, (apêndice 6).

Tabela 7

Distribuição dos africanos e crioulos por faixa etária e período – Campinas							
Inventários 1801 –1835							
	<u>1801-1805*</u>	<u>1806-1810</u>	<u>1811-1815</u>	<u>1816-1820</u>	<u>1821-1825</u>	<u>1826-1830</u>	<u>1831-1835</u>
	%	%	%	%	%	%	%
<u>Africanos</u>							
0-14	0	0	2,0	35,5	0,0	6,2	2,5
15-19	0	10	15,8	9,7	10,5	16,4	17,0
20-29	0	10	38,6	38,7	50,0	28,2	32,7
30-39	0	23	30,7	6,5	18,4	28,7	25,8
40-49	0	32	3,0	0,0	13,2	13,8	10,7
mais de 50	0	26	9,9	9,7	7,9	6,7	11,3
<u>Total</u>	0	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>Crioulos</u>							
0-14	0	45,5	70,8	50,0	81,5	82,5	81,8
15-19	0	9,1	2,8	16,7	7,4	6,3	8,4
20-29	0	21,2	8,3	16,7	7,4	4,8	3,5
30-39	0	9,1	6,9	16,7	3,7	1,6	2,8
40-49	0	9,1	8,3	0,0	0,0	1,6	2,1
mais de 50	0	6,1	2,8	0,0	0,0	3,2	1,4
<u>Total</u>	0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

\* Não identificamos inventários com 10 ou mais escravos.

Fonte: Inventários de Campinas - CMU<sup>15</sup>

A tabela acima permite fazer uma análise mais detalhada do impacto do tráfico no crescimento dos cativos mais jovens (aqueles situados entre as faixas etárias de 15-29 anos). No período de 1806-1810, podemos notar que os cativos com 15-29 anos representavam apenas 20% do total (a maior parte da população africana tinha 40 anos ou mais). Já no último período da nossa amostra, 1831-1835, os africanos mais jovens (15-29 anos) representavam quase 50% do total e aqueles com 40 anos ou mais atingiam níveis próximos dos 20%. Ao mesmo tempo, os crioulos viram suas porcentagens de cativos mais jovens (15-29) cair ao longo das primeiras décadas do século XIX: números saíram de próximo dos 30% entre os anos de 1806-1810 para

<sup>15</sup> Os números correspondentes às porcentagens da tabela 5 são os seguintes: africanos – 1801-1805 (0, 0, 0, 0, 0, 0), 1806-1810 (0, 3, 3, 7, 10, 8), 1811-1815 (2, 16, 39, 31, 3, 10), 1816-1820 (11, 3, 12, 2, 0, 3), 1821-1825 (0, 4, 19, 7, 5, 3), 1826-1830 (12, 32, 55, 56, 27, 13), 1831-1835 (9, 62, 119, 94, 39, 41); crioulos - 1801-1805 (0, 0, 0, 0, 0, 0), 1806-1810 (15, 3, 7, 3, 3, 2), 1811-1815 (51, 2, 6, 5, 6, 2), 1816-1820 (3, 1, 1, 1, 0, 0), 1821-1825 (22, 2, 2, 1, 0, 0),



14% em 1831-35, o que deixa clara, portanto, a importância do tráfico Atlântico no aumento da população escrava mais jovem.

Enfim, todos esses dados sobre a população escrava de Campinas revelam uma sociedade inserida em uma economia de plantation, com compras aceleradas de jovens africanos do sexo masculino, para alimentar uma produção em larga escala de cana-de-açúcar destinada à exportação. Os dados dos anos de 1831-1835, que englobam a data de descoberta do plano de revolta, revelam uma população de esmagadora maioria de africanos (representando mais de 90% entre os escravos adultos), do sexo masculino e com idades variando na maior parte dos casos entre 15-29 anos. Os períodos de 1811 até 1830 apresentam características bastante parecidas com os anos de 1831-1835, com algumas poucas variações em certos dados. As maiores diferenças estão guardadas, mesmo, para os dez primeiros anos do século XIX – em todas as variáveis analisadas, a primeira década do século XIX apresentou proporções menores que as outras décadas, seja em número de africanos ou taxa de masculinidade e cativos com idades entre 15 a 30 anos. Isso é resultado do fato de Campinas, ainda na primeira década do século XIX, abrigar fazendas com características mais próximas do século XVIII, antes do surto do açúcar, quando a produção era voltada para o consumo interno e a população escrava não era constantemente alimentada pelo tráfico atlântico. Podemos mesmo dizer que, na primeira década do século XIX, Campinas vivia ainda uma transição entre uma economia de subsistência para uma economia de plantation, que se fez mais evidente a partir da segunda década do oitocentos.

---

1826-1830 (52, 4, 3, 1, 1, 2), 1831-1835 (117, 12, 5, 4, 3, 2). Os números entre parênteses seguem as faixas etárias 0-14 anos, 15-19, 20-29, 30-39, 40-49 50 ou mais, respectivamente.

### Capítulo III - O governo e o desgoverno dos escravos

O crescimento econômico de Campinas e o aumento da população cativa trouxeram importantes mudanças para a região. Um dos aspectos mais visíveis dessas mudanças foram os constantes temores de insurreições escravas. Ao longo das três primeiras décadas do século XIX, a preocupação dos senhores e dos homens livres de Campinas com rebeliões cativas cresceu fortemente. Os exemplos vindos de outras regiões vizinhas e os atos de insubordinação dos próprios escravos de Campinas tornaram o controle dessa população uma das principais preocupações da cidade. A partir da correspondência trocada entre as autoridades locais e o presidente da província de São Paulo para os trinta primeiros anos do século XIX, foi possível notar algumas medidas tomadas para tentar controlar essa população cativa. Serão, então, esses temas de que tratarei a partir de agora.

\* \* \*

No ano de 1810, cinco senhores de engenho fizeram subir à “real presença de sua alteza” uma carta pedindo o fim do recrutamento militar para a população da vila de Campinas. Argumentavam que o medo do recrutamento fazia um grande número de homens fugirem para os matos e que, por esta causa, a população de escravos passava a exceder a os livres. Diariamente temia-se a invasão e assalto da vila por seus próprios escravos e o não-atendimento do pedido de isenção poderia levar Campinas a uma total ruína<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> AESP, 1810, Correspondência dos capitães generais 1721-1822, Ordem 235, doc. 22, 07/01/1810.

Os ouvidos reais, porém, fizeram-se surdos aos apelos dos senhores e não foi daquela vez que a vila conseguiu a isenção do recrutamento militar. Não sei mesmo se veio algum dia a alcançar este tipo de reivindicação, pois, durante as três primeiras décadas do século XIX, encontrei outras cartas da câmara e de senhores de engenho fazendo o mesmo pedido às autoridades reais. Os documentos tomaram, com o passar dos anos, um tom cada vez mais dramático e começaram a ressaltar com maior ênfase o perigo de revoltas escravas.

Em carta de 1824, os vereadores de Campinas voltaram a reclamar do vazio em que ficava a vila depois do anúncio do recrutamento militar. O maior problema, continua o mesmo documento, não é o número de recrutas que se tira da cidade, mas o grande número de indivíduos que fogem espavoridos com medo do recrutamento militar e “qualquer diminuição de gente liberta desta vila pode ser perigosa pelo grande número de escravos, que já por duas vezes se tem experimentado convulsões de levantamento”<sup>2</sup>.

As autoridades de Campinas reclamavam que as notícias do recrutamento espalhavam-se rapidamente e ficava muito difícil conseguir o número desejado de recrutas. Jolumá Brito no livro *História de Campinas* conta que, em 1822, o capitão-mor encontrou uma solução bastante inusitada para este problema. Segundo esse autor, o capitão-mor chegou a anunciar publicamente que a vila havia ficado isenta do alistamento, fazendo com que a população local que estava escondida nos matos próximos fosse retornando à vila. Quando a cidade ficou cheia novamente, o capitão-mor agiu rapidamente e “pilhou” aqueles que estavam nas circunstâncias de servir<sup>3</sup>. A solução encontrada não parece ter surtido efeito (ou, pelo menos, não funcionou outras vezes), pois, em 1824, a câmara já

---

<sup>2</sup> AESP, 1824, Ofícios diversos de Campinas – 1822-1835, Ordem 849, Lata 55, Doc. 30, 22/02/1824.

apresentava nova medida ao presidente da província para tentar controlar a fuga da população durante os recrutamentos:

*É portanto que esta Câmara a bem da segurança pública implora a vossa Excelência se diga isenta esta vila do presente recrutamento e que o capitão-mor o não o faça, e sim no decurso de maior tempo vá recrutando os vadios e desnecessários que a perspicácia dos comandantes descobrir<sup>4</sup>.*

Mas isso de nada adiantou para convencer as autoridades da província. Mesmo depois dessas cartas, a região ainda não conseguira a isenção do recrutamento militar e também não havia encontrado solução para a fuga da população. Os argumentos para o pedido de isenção eram muito parecidos: relatava-se que o número de escravos era bastante alto e tornava-se ainda mais significativo com a fuga da população amedrontada pelo recrutamento militar. O documento de 1824 deixa transparecer ainda alguns indícios sobre quem seria essa população recrutada. Segundo a carta acima, o capitão-mor deveria arrematar para recrutar os “vadios e desnecessários”. A bibliografia tem mostrado que o recrutamento militar recaía principalmente sobre os indivíduos pobres (livres e libertos)<sup>5</sup>. Regina Célia Xavier analisa uma postura de 1833 em Campinas, segundo a qual fica um pouco mais claro quem seria essa população passível de ser recrutada; “todo cidadão brasileiro deste município que não tiver renda líquida de 100 mil réis e achando-se em

---

<sup>3</sup> Brito, Jolumá, *História da cidade de Campinas*, Campinas: Editora Saraiva, 1956-1969, 26 volumes, vol. 4, p.35.

<sup>4</sup> AESP, 1824, Ofícios diversos de Campinas – 1822-1835, Ordem 849, Lata 55, Doc. 30, 22/02/1824.

<sup>5</sup> McBeth, Michael, “The brazilian recruit during the first empire: slave or soldier?” in: Alden, Daril e Dean, Warren (orgs), *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*, Gainesville: University Presses of Florida, 1977. Kraay, Hendrik, “Repensando o recrutamento militar no Brasil”, *Revista Diálogos*, Maringá: Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Vol 3, No. 1.

estado de saúde será obrigado a fazer parte da força, com que o juiz de paz de seu distrito mandar explorar”<sup>6</sup>. A bibliografia tem mostrado ainda que o recrutamento era visto como uma maneira não apenas de formar um corpo de guardas militares, mas também como uma forma de controle das camadas sociais mais baixas. Os vadios e desnecessários deveriam ser enviados para o recrutamento para se endireitarem e se corrigirem.<sup>7</sup>

Mas a população pobre de Campinas não parecia disposta a fazer parte do recrutamento sem impor resistência. No ano de 1829, então, em tom ainda mais dramático que nas outras duas cartas, a câmara fez nova solicitação de isenção do alistamento militar. Pediu que a vila ficasse isenta durante oito anos:

*[...] este povo vive em contínuos temores vendo crescer diariamente o número de escravos, enquanto que a população livre não acompanha aquele acréscimo por várias razões, sendo a principal dentre elas os freqüentes recrutamentos, que ainda mesmo não extraindo para praça pessoa alguma, contudo aterroriza os povos e afugenta os moradores para os desertos ou vilas vizinhas vindo por isso a ficar abandonado este município e exposto aos terríveis efeitos de uma insurreição, rompida por um extraordinário número de homens quase brutos, ferozes e cheios de barbaridades e ressentimentos*<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Xavier, Regina Célia Lima, *Tito de Camargo Andrade Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*, Tese de doutorado em história, Unicamp, 2002, p. 29.

<sup>7</sup> Sobre a função do recrutamento como uma forma de corrigir os indivíduos viciosos, ver: Kraay, Hendrik, *Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial*, p. 4 e 5. Fraga Filho, Walter, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996. Para o fim do século XIX, ver: Nascimento, Álvaro Pereira do, *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na armada imperial*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

<sup>8</sup> AESP, 1829, Ofícios Diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 1, Doc. 29, 6/05/1829.

As cartas da câmara de Campinas ao longo das três primeiras décadas do século XIX foram tomando um caráter cada vez mais preocupante com possíveis projetos de insurreições escravas. O crescimento da população cativa nesse período e a concentração de homens escravos tornavam a situação bastante atemorizante para os senhores. Mas os insistentes pedidos de isenção do recrutamento militar talvez escondessem ainda outros interesses além do medo de insurreições e levantamentos de escravos. Hendrik Kraay estudando a província da Bahia no século XIX aponta para o fato de que o recrutamento militar era moldado por uma complexa rede de relações “patrono-cliente” entre o Estado, membros da classe senhorial e os indivíduos pobres (livres e libertos). Questões como a ocupação de terras e eleições dividiam as elites locais e também criavam fortes tensões entre as vilas o presidente da província. Os pedidos de isenção, portanto, poderiam esconder a tentativa dos senhores e autoridades locais de proteger seus próprios dependentes<sup>9</sup>. Para muitos senhores, não era interessante permitir que seus eleitores fossem recrutados ou então fugissem para os matos e não pudessem colaborar nas eleições locais. Também era prejudicial que essa população parasse de trabalhar em consequência dos recrutamentos. Na Bahia, o preço da farinha aumentava significativamente nesses períodos, pois os pequenos produtores deixavam de levar o produto ao mercado local<sup>10</sup>. Além disso, diminuía o fornecimento de cana-de-açúcar para ser moída nos engenhos, trazendo prejuízos tanto para os senhores como para os lavradores.

---

<sup>9</sup> Segundo o mesmo autor, “entre o Estado e a população sujeita ao recrutamento, encontravam-se os senhores de engenho e fazendeiros investidos de poder em virtude dos seus cargos oficiais; tais homens constituíam o segundo ponto da luta de tração. Encarregados do fornecimento de recrutas, comandantes das milícias e da Guarda Nacional, juizes de paz, delegados e sub-delegados de polícia e os agentes especiais encarregados dos recrutamentos tinham a difícil tarefa de satisfazer as exigências do Estado sem arriscar a dominação de classe, nem a mão de obra da qual dependia” Kraay, Hendrik, “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”, p. 5 e 6.

<sup>10</sup> Kraay, Hendrik, “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”.

Portanto, o recrutamento militar em Campinas nestas primeiras décadas do século XIX deve ser entendido frente às dissensões políticas vivenciadas na região. Por trás dos constantes pedidos de isenção ao presidente da província, estaria uma série de interesses das elites locais. É claro que o medo do rompimento de insurreições, como apresentavam as cartas dos senhores de engenho, tinha um peso importante nesses pedidos, porém, muitas vezes esse medo de revoltas e insurreições foi ampliado com o objetivo de alcançar outros interesses.

Além da questão do recrutamento militar, a documentação da câmara municipal desse período revela ainda uma grande preocupação com os “ajuntamentos” de cativos na vila nos domingos e dias santos. Um documento datado de 25 de fevereiro de 1819 relatava que desses encontros nasciam mil desordens e insultos; “ficando impunes tais delitos, ficam os escravos de mãos alçadas a fazerem maiores insultos a ponto de algum levante, que não será difícil onde o número dos escravos é igual a todo o mais povo”<sup>11</sup>.

Nos domingos e feriados santos a vila se enchia de gente. O viajante Saint-Hilaire comenta que nesses dias um grande número de pessoas se dirigia para a vila de Campinas para participar das celebrações religiosas<sup>12</sup>. Ao acompanharem seus senhores à vila ou mesmo serem levados por eles para serem casados e batizados na Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, os escravos faziam da vila um ponto de encontro. As autoridades, porém, não viam isso com bom olhos. Estava tornando-se cada vez mais perigoso permitir o encontro de cativos de diferentes engenhos na vila em momentos de descontração dos senhores. Tanto que, em 1819, a câmara pediu o envio de “oito soldados armados de

---

<sup>11</sup> AESP, 1819, Correspondência capitães gerais 1721-1822, Ordem 235, doc. 31, 25/02/1819.

<sup>12</sup> Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p.111.

pólvora e chumbo para que em cada domingo e dia santo rondem a cidade, não consentindo barulhos de negros, ajuntamentos e danças”<sup>13</sup>.

Não conseguimos saber se a vila conseguiu o envio desses homens, mas descobrimos que essa medida era resultado direto de um incidente ocorrido em um domingo, 21 de fevereiro. Conta um documento da câmara municipal endereçado ao presidente da província que naquela data o alcaide da vila de Campinas prendeu um escravo do brigadeiro Luís Antônio de Souza, pertencente ao engenho Monjolinho (este é um dos engenhos que teve cativos envolvidos no plano de revolta de 1832), por carregar uma faca;

*[...]a isto acudiram todos os mais negros do mesmo engenho, que passam de 50, e não só tiraram o prezo do poder do alcaide, como o feriram e o maltrataram de porradas que quase o mataram e porque acudiram alguns capitães do mato correram os negros todos a casa de seu senhor, onde se reuniram de paus e armados investiram a todos que lhe fizeram frente gritando ‘mata-mata’, passando a excesso de atropelarem aos que procuravam alguma casa para se acoitarem, bem como aconteceu a um ordenança que procurando a casa do reverendo vigário chegaram os negros a porta do mesmo, que se não fossem embaraçados pelo reverendo Luís Antônio Lobo de Saldanha que aí se achava e dois escravos, decerto dentro da casa matariam o dito ordenança, tudo acontecido em ocasião que o povo se achava na Igreja fazendo preces de onde foi chamado duas vezes o cônego Melchior para fazer rebater aquele insulto; apenas começou o povo a sair da Igreja, entraram os escravos todos a casa de seu senhor, desarmando-se e saíram unidos com o feitor Gregório Domingues de marcha para o engenho, cantando e*

---

<sup>13</sup> AESP, 1819, Correspondência capitães gerais 1721-1822, Ordem 235, doc. 31, 25/02/1819.



*gritando que chegassem lá outras massas próprias de semelhantes gente e na mesma noite mandou o juiz ordinário 26 pessoas de ordenanças e milicianos dados pelo comando militar [?] ao engenho Monjolinho a prender os delinqüentes resistidores da justiça e acharam já os negros armados de foices e porretes e fazendo resistência se viu obrigado a retirar-se a gente que foi mandada, tirando feridos três e um bem perigo de vida e se não se retirassem morreriam todos[...]<sup>14</sup>*

A correspondência narra com vários detalhes este levante de escravos em Campinas, durante uma missa de domingo. O relato mostra que o incidente começou na vila e foi terminar no engenho Monjolinho, onde os milicianos tentaram inutilmente prender os culpados. A incapacidade das autoridades de reprimir tal desordem ficou evidente nesta situação – não conseguiram controlar os cativos na vila (o alcaide, o ordenança e os capitães-do-mato tiveram que fugir), nem no engenho, onde sofreram forte resistência e tiveram que recuar, senão poderiam morrer.

Vários dias depois dessa carta ter sido enviada ao governador da capitania, o brigadeiro Luís Antônio de Souza (senhor dos escravos que se rebelaram) enviou outro documento às autoridades de São Paulo, narrando novamente o ocorrido naquele domingo, 21 de fevereiro. A carta de Luís Antônio tentou minimizar um pouco a situação, comentando que não eram todos os escravos da fazenda que estavam envolvidos no incidente e que a resistência que seus escravos impuseram às autoridades, quando estas chegaram ao engenho Monjolinho, era conseqüência dos milicianos se excederem e entrarem na fazenda, durante a noite, dando tiros.

---

<sup>14</sup> AESP, 1819, Correspondência capitães gerais 1721-1822, Ordem 235, doc. 31, 25/02/1819.

*No dia domingo, 21 do mês passado de fevereiro, aconteceu virem oito dos escravos da mesma fazenda à vila de São Carlos em cujo distrito ela é situada e sendo prezo um deles por um preto capitão do mato por se lhe achar uma faca (da qual Vossa Excelência sabe usam nas roças todos eles) os sete companheiros o tiraram ao dito capitão do mato e o feitor da fazenda, Gregório Domingues, em vez de entregar a justiça como deveria, não só não cumpriu com este seu dever, mas até desobedeceu ao honrado juiz ordinário Antônio Teixeira de Camargo, que o mandou chamar, e levou os escravos para fazenda e então o juiz mandou prendê-los pela justiça auxiliado por milicianos e ordenanças, a qual excedendo certamente às ordens que levava entraram na fazenda de noite dando tiros; com que logo chumbaram um escravo, que encontraram, então, o feitor dito, passando de extremo a extremo, em vez de sujeitar-se e entregar o preso e os outros 7 escravos, que haviam tirado da prisão o seu parceiro, se fez forte, mandou armar a escravatura, que por ser quase toda de negros novos e boçais obedeceu e resistiu a justiça, resultando deste excesso vários ferimentos que termitantes tanto da parte dos escravos, como dos que auxiliaram a justiça[...] sejam presos os oito escravos do suplicante que deram causa aquele atentado sendo todos os oito castigados severamente para exemplo dos demais<sup>15</sup>*

Além de tentar minimizar a situação, o brigadeiro Luís Antônio colocou grande parte da culpa no feitor Gregório Domingues, dizendo que este passou de “extremo a extremo” e armou os cativos da fazenda. É difícil saber qual foi a real participação do feitor neste conflito. Por um lado, podemos pensar que o feitor considerasse injusta a prisão de

---

<sup>15</sup> AESP, 1819, Correspondência capitães gerais 1721-1822, Ordem C00235, doc. 34, sem data.

um escravo, efetuada por um “preto capitão do mato”, por portar uma faca (como relatou o próprio Luís Antônio, andar com uma faca era prática muito comum entre seus cativos). Assim, resolveu não apenas não entregar os escravos ao juiz de paz, como também permitiu que a escravaria se armasse quando os milicianos e ordenanças chegaram ao engenho. Por outro lado, o brigadeiro Luís Antônio poderia estar responsabilizando o feitor pelo incidente, para evitar grandes prejuízos com uma condenação em massa de seus novos escravos. Afinal, deveria estar pensando em recuperar o mais rápido possível o investimento com esses escravos recém-comprados.

De qualquer maneira, o episódio ilustra mais uma vez os conflitos e interesses que permeavam o controle da população escrava. Enquanto a primeira carta enviada ao presidente da província a câmara de Campinas narrava o levante dos cativos em tons assustadores e dramáticos com o claro interesse de conseguir a vinda das tropas da capital, Luís Antônio, o proprietário dos revoltosos, apresentou a situação em termos mais brandos, tentando evitar uma condenação maciça de seus escravos e, portanto, um grande prejuízo para seus investimentos. Em 1830, um novo plano de revolta aparece na região trazendo à tona todas essas questões.

Em reunião ordinária da Câmara municipal de Campinas de 22 de abril de 1830, o padre da vila, Joaquim José Gomes, apresentou uma “terrível denúncia”. Relatou que os escravos estavam munindo-se de “armas de chumbos, zagaias, foices e algumas espingardas”, para a realização de uma revolta coletiva. Em carta do juiz de paz da vila ao presidente da província (escrita ainda naquele 22 de abril) ficamos sabendo um pouco do clima que se criou em Campinas e das medidas adotadas pelas autoridades locais.

*A escuridade do ofício do reverendo vigário é nascida de escrúpulos religiosos, porque tendo sabido da confissão não quer dar mais esclarecimentos do que os que contam do seu ofício, por isso, nem sei em que Engenho esta o foco do mal; em vista disto eu me acho na precisão de cingir minhas operações unicamente a medidas, as quais muitas vezes são infrutuosas e mesmo provocadoras de rompimento. Eu vou [alertar] apenas um respeitável corpo de guardas que sejam capazes de impor e repelir qualquer agressão, eu vou comunicar-me com todos os senhores de grandes escravaturas e finalmente desenvolver todos os meios legais com maior energia. Porém é de maior necessidade a vinda de trinta homens de primeira linha, comandados por um oficial, a fim de que as diligências se façam com o todo o necessário material de guerra<sup>16</sup>.*

Por escrúpulos religiosos, o dedicado vigário não pôde dar mais detalhes do plano que tomara conhecimento por meio de uma confissão<sup>17</sup>. O medo, então, de uma revolução escrava parecia ampliar-se diante de tal situação. Sabiam as autoridades locais que haveria uma revolta, mas não sabiam quem eram os envolvidos, onde se concentravam, em que dia iriam se levantar e outras informações que ajudariam na repressão ao movimento. E se, de repente, os escravos já estivessem bastante avançados na estruturação da revolta? Aproveitar-se-iam, então, daquele momento de pânico e desorganização da repressão para iniciarem a luta na cidade? Questões desse tipo certamente surgiam no pensamento das autoridades locais. Como relatou o próprio juiz de paz, era possível que todas as medidas

---

<sup>16</sup> AESP, 1830, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 1, doc. 79, 22/04/1830.

<sup>17</sup> Regina Xavier mostra a atuação do padre Joaquim José dos Santos mediando conflitos entre senhores e escravos. Xavier, Regina Célia Lima, *Tito de Camargo Andrade*, p. 37.

tomadas até aquele momento acabassem levando (mesmo a contragosto) ao rompimento da rebelião.

Mas, para a sorte dos senhores e homens livres de Campinas, a forte repressão que se abateu sobre a escravatura acabou inibindo o início da revolta. Ficamos sabendo por outros documentos do juiz de paz, enviados à presidência da província nos dias 26 e 27 de Abril, que vários suspeitos já estavam presos, incluindo os libertos João Barbeiro e Ignácio Domingues, acusados de serem os cabeças do levante, e os focos da rebelião, identificados – eram as fazendas Monjolinho, do nosso conhecido brigadeiro Luís Antônio de Souza e Tapera, do doutor José da Costa Carvalho<sup>18</sup>. Os mesmos documentos revelaram ainda o forte esquema militar que se montou na vila para evitar qualquer tipo de surpresa.

*Tenho uma guarda grande na cadeia, muitas patrulhas no meu distrito e um corpo de observador para se dirigir rapidamente a qualquer ponto. Tenho participado aos juizes de paz de Itú, Porto Feliz e Piracicaba o que aqui tem ocorrido, a fim de haver unidade de ação em caso de haver-se ramificado. Todo o povo se têm prestado para guardas e patrulhas, entrando nelas os homens mais distintos e finalmente posso assegurar a Vossa Excelência que está removido o perigo e extirpado o mal, acho, porém, necessário a vinda da tropa para que os pretos se convençam que em qualquer ocasião que se queiram revoltar terão que lutar com a tropa da capital que correrá a qualquer ponto em que eles se mostrem inobedientes<sup>19</sup>.*

---

<sup>18</sup> AESP, 1830, Ofícios Diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 1, doc. 84 e 85, 26 e 27 de abril de 1830.

<sup>19</sup> AESP, 1830, Ofícios Diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 1, doc. 84 e 85, 26 e 27 de abril de 1830.

O documento apresenta uma preocupação com a ampliação do movimento para fora de Campinas, englobando vilas como Porto Feliz, Itu e Piracicaba. Essas áreas também eram grandes produtoras de açúcar, com enorme concentração de escravos. Depois de Campinas, eram as maiores exportadoras de açúcar da província<sup>20</sup>. A colaboração dos escravos de todas essas cidades em um plano de revolta certamente tornaria bastante difícil a supressão de um levante escravo.

O relato comenta também a participação do povo na repressão do projeto de insurreição. Documentos da câmara municipal mostram que, desde o dia da denúncia do plano de revolta (22 de abril), a população local ajudou em patrulhas pela cidade e guardas em frente à precária cadeia, onde estavam presos os suspeitos de envolvimento com a trama<sup>21</sup>. A ausência de um grupamento militar suficiente para reprimir revoltas escravas e a necessária ajuda da população local nesses momentos de crise nos fazem pensar se a eclosão da revolta escrava não estava programada para ocorrer em data próxima ao anúncio do alistamento militar. Como vimos anteriormente, pelas cartas da câmara municipal, nessas datas parte da população livre acabava fugindo para os matos com medo de ser recrutada. É bem possível, portanto, que os escravos tenham escolhido uma data como esta para iniciarem a rebelião, com o objetivo de enfrentarem menos resistência. A bibliografia nos tem mostrado que em praticamente toda a América escravista, os dias preferidos para a eclosão de revoltas escravas eram aqueles em que a vigilância e controle senhoriais eram

---

<sup>20</sup> Petrone, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, São Paulo: Difel, 1968, p. 166.

<sup>21</sup> AESP, 1830, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 1, Doc. 90, 29/04/1830.

menores, principalmente feriados santos e fins de semana<sup>22</sup>. Os poucos indícios que nos sobraram sobre esse plano de 1830 em Campinas não nos permitem afirmar com certeza que os cativos programaram o início da revolta perto de um anúncio de recrutamento militar. Mas, certamente, isso não passou despercebido pelos escravos e estes escolheram com muito cuidado o dia de início da insurreição, buscando enfrentar menos resistência das autoridades locais.

Os apelos da câmara municipal, enfim, foram atendidos pelo presidente da província e os trinta homens da capital foram enviados para Campinas. O movimento de revolta escrava sofreu forte repressão e acabou sendo sufocado. Ao menos, as ameaças de revolução não chegaram a se efetivar. Os dois libertos acusados de serem os comandantes do levante foram enviados para a cadeia de São Paulo. Segundo a documentação da câmara municipal, a permanência de João Barbeiro e Ignácio Domingues em Campinas foi julgada perigosa para a tranqüilidade da cidade<sup>23</sup>. Quanto às armas que os escravos supostamente estariam juntando para a revolta, nada foi encontrado pelas autoridades. Depois de várias buscas pelas fazendas da região, as únicas coisas apreendidas foram um pouco de dinheiro enterrado na casa de Ignácio Domingues e um travesseiro, que segundo o relato de um escravo, seria o sofá de João Barbeiro, quando tomasse posse de seu estado<sup>24</sup>.

A repressão desta tentativa insurrecional de 1830 não parou nesse episódio. Novas medidas de controle da circulação e encontros de escravos foram tomadas. No ano de 1831, um documento do presidente da província enviado à câmara de Campinas “ordenava” que

---

<sup>22</sup> Reis, João José, “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP: dossiê povo negro - 300 anos*, n. 28, ano 1995-1996, p.31.

<sup>23</sup> AESP, 1830, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 1, doc. 94, 01/07/1830.

<sup>24</sup> AESP, 1830, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 1, doc. 94, 01/07/1930.

posturas municipais fossem adotadas para reafirmar a proibição do porte de armas e o ajuntamento de escravos.

*Ordeno a Vossos Meritíssimos passem a fazer com urgência posturas declarando na forma do código, quais são as armas proibidas, não esquecendo que os paus hoje são as armas favoritas. É mister que façam recair a pena da lei sobre os fiscais que forem negligentes, que lhes recomendem muito particularmente o cuidado acerca dos taberneiros que consentem ajuntamentos de mulatos e negros nas tabernas.*<sup>25</sup>

Pouco menos de um mês depois deste documento do presidente da província chegar em Campinas, já se publicava, em 8 de julho de 1831, um edital da câmara declarando a proibição do uso de armas, “excetuando-se: 1) Espingardas aos caçadores, quando entrarem ao serviço da vila; 2) Pistolas aos viajantes na forma do artigo primeiro; 3) Facas aos tropeiros e carreiros, quando se empregarem em tais exercícios”<sup>26</sup>. Estas armas seriam concedidas pelo juiz de paz e só poderiam ser utilizadas com licença municipal. Em 20 de julho, mais oito posturas municipais foram aprovadas pela câmara. Seus artigos são ainda mais duros quanto ao porte de armas e ajuntamentos de escravos dentro da vila de Campinas.

*1) Proibindo a toda pessoa vender armas ofensivas de pólvora e chumbo, sem licença do juiz de paz, com penas de 4 dias de prisão e multa de 10 mil reis; 2)*

<sup>25</sup> ACMC, 1831, Documentos avulsos, caixa 2, sem número, 22/06/1831.

<sup>26</sup> ACMC, 1831, Correspondência e registros, Livro 3, página 15v, 08/07/1831.



*Proibindo a venda dos mesmos gêneros a escravos ou pessoas suspeitas e desconhecidas, com pena de 10 dias de prisão e multa de 20 mil reis; 3) Não poderão os cativos administrar e menos fazerem obras da dita, o que sem autorização de seu senhor, com pena de 8 dias de prisão; 4) Proibindo os ajuntamentos de escravos de 6 pelas ruas, sendo advertidos que se espalhem, não obedecendo serão presos e levarão 100 açoites em duas surras; 5) Os escravos que derem indícios de insurreição levarão 200 açoites e o senhor o trará em ferros por 6 meses; 6) Proibindo os artistas o fabrico de armas ofensivas para escravos ou pessoas suspeitas e desconhecidas, sendo livre terão prisão de 8 dias e multa de 10 mil reis, sendo cativo, o castigo na forma do artigo 4<sup>a</sup>.; 7) Para que todos os desconhecidos e suspeitos que aparecer sem passaporte, será conduzido presente o juiz de paz que o multará em 6 mil reis e 2 dias de prisão; entrando em discussão foram aprovados e esta última com a emenda do senhor presidente para que quando o indivíduo não possa pagar a multa, seja conservado na prisão por 8 dias<sup>27</sup>.*

Tudo isso, porém, não foi suficiente para controlar a população escrava e evitar a formação de novos planos de revoltas. Como veremos a seguir, os cativos não desistiram de seus projetos de rebelião e liberdade.

---

<sup>27</sup> APMC, 1831, Correspondência e registros, Livro 3, Página 73v, 20/07/1831.

## **Parte II**

## Capítulo IV – O plano de revolta de 1832

Alguns meses depois da publicação das novas posturas públicas que tentavam dificultar a circulação e os ajuntamentos de escravos, um novo plano de revolta foi descoberto em Campinas. Dessa vez quinze grandes fazendas da região estavam envolvidas e a trama tinha ainda ramificações na cidade de São Paulo. Novamente vinham à tona todas as lembranças do movimento de 1830. Isto porque a distância que separava os dois projetos de insurreição não era muito grande e o acusado de ser a principal liderança do movimento de 1832 era o já conhecido João Barbeiro. Além disso, algumas fazendas que tiveram escravos envolvidos no plano de 1830 apareceram citadas nas primeiras investigações das autoridades de Campinas. A vila se alarmava mais uma vez com a possibilidade de uma insurreição cativa.

Em carta de três de fevereiro de 1832, enviada ao juiz de paz da cidade, o sargento-mor Antonio Francisco de Andrade relatou como havia descoberto esse novo plano de revolta escrava. Comentou que, desde o final do mês de janeiro daquele ano, andava desconfiado do comportamento pouco comum de seus escravos que desobedeciam às suas ordens, mesmo depois de serem castigados, e abandonavam a fazenda durante a noite para se reunirem com outros cativos. Depois de conversar com seus irmãos José Francisco de Andrade e Theodoro Francisco de Andrade e também com outros vizinhos de seu engenho, descobriu que os escravos da região estavam com um comportamento muito parecido.

*“[...] sabendo nós tudo isso, depois de um ajuntamento noturno que eles fizeram no engenho de Dona Ana Francisca na noite do dia sábado, vinte e oito, do mês de janeiro, próximo passado, assentados nós de comum acordo de em um mesmo dia*

*chamarmos alguns dos nossos escravos, aqueles que nos pareciam mais hábeis e capazes de alguma empresa e obrigá-los a que por via de promessas a alguns e castigos a outros nos declarassem a que se destinavam suas viagens noturnas e quais eram os fins dos semelhantes ajuntamentos. Postos pois em perguntas no mesmo dia e seguintes em três engenhos e depois de algum castigo confessaram alguns de meus escravos e outros de Theodoro Francisco de Andrade”.*<sup>1</sup>

A estratégia dos irmãos Andrade de interrogar simultaneamente seus cativos certamente seria uma tentativa de evitar que a notícia da desconfiança dos senhores se espalhasse tão rapidamente entre os escravos e possíveis provas (como, armas e outros objetos) fossem escondidas. Antônio Francisco de Andrade em seu depoimento ao processo-crime instaurado após a denúncia de três de fevereiro apresentou ainda outras informações de como conseguiu uma confissão bastante detalhada de um de seus cativos. Relatou que depois de castigar o escravo José Congo, que sempre foi de muita confiança, chamou-o por “meio da amizade” e prometeu-lhe o perdão se fizesse uma “verdadeira confissão”. Este cativo descreveu, então, certos aspectos da trama e apontou o nome de alguns escravos envolvidos. No julgamento que encerrou o processo-crime de 1832, porém, o escravo José foi condenado, sendo traído por seu senhor<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver denúncia de 3 de fevereiro anexada ao processo-crime: AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 3/02/1832. Nessa denúncia, Antônio Francisco de Andrade escreve que os escravos fizeram um ajuntamento nas terras da propriedade de Dona Ana Francisca. Todos os depoimentos dos cativos no processo-crime, entretanto, revelam que os encontros dos revoltosos ocorriam nas terras da fazenda Ponte Alta, pertencente a Dona Ana de Campos Paes. Portanto, não sabemos ao certo se Antônio Francisco de Andrade errou ao escrever que os encontros ocorriam na fazenda de Dona Ana Francisca ou se realmente este último ajuntamento dos cativos, antes da descoberta do plano de revolta, ocorreu nas terras dessa senhora.

<sup>2</sup> Ver depoimento de Antônio Francisco de Andrade no processo-crime: AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 3/02/1832.

Logo após a denúncia de três de fevereiro, as autoridades locais e provinciais começaram a ser avisadas. Primeiro foi o presidente da província, que pediu a mais enérgica atuação neste delicado caso de revolta. Depois, foi a vez da Câmara municipal, que se prontificou a fazer tudo que estivesse a seu alcance. Também os grandes proprietários de escravos foram alertados para reprimir qualquer movimento incomum de suas escravaturas. Novamente, a preocupação era de que o plano tivesse início nesses primeiros momentos de investigação e que a eclosão do movimento em Campinas acabasse servindo de incentivo para a eclosão de revoltas nas localidades vizinhas. Como comentou o próprio juiz de paz em uma carta enviada ao presidente da província, não se deveria confiar na “inércia dos escravos da região”<sup>3</sup>.

No mesmo dia da entrega da denúncia ao juiz de paz, 3 de fevereiro, foram ouvidos como testemunhas de acusação o próprio denunciante, Antonio Francisco de Andrade, seus irmãos, Theodoro Francisco de Andrade e José Francisco de Andrade, e o pardo, carpinteiro, Manoel José do Amaral. Os depoimentos dos escravos e das outras testemunhas começaram no dia 11 de fevereiro e se estenderam até 23 de fevereiro. Durante esse período, foram ouvidas 14 testemunhas e 40 escravos. Os interrogatórios ocorreram na casa do juiz de paz da vila de Campinas, José da Cunha Paes Leme. Casado com uma das filhas do falecido capitão-mor João Francisco de Andrade, o juiz de paz também teve seus escravos envolvidos nessa conspiração. Acompanharam os depoimentos o promotor Joaquim José Soares de Carvalho e o advogado João Maria do Couto e também os senhores dos escravos acusados de envolvimento com a trama<sup>4</sup>. Na maior parte dos casos, os

---

<sup>3</sup> Sobre a correspondência trocada entre o juiz de paz, câmara de Campinas e o presidente da província, ver: AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 49, 59, 60, 61 e 62, 03/02/1832 até 27/02/1832.

<sup>4</sup> AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 03/02/1832.

depoimentos dos cativos foram realizados individualmente; em média, quatro escravos eram interrogados a cada dia. Apenas em duas ocasiões encontramos depoimentos coletivos de cativos, em 17 e 18 de fevereiro, quando foram ouvidos os escravos de Dona Ana de Campos Paes e Floriano de Camargo Penteadó, os dois proprietários que tiveram o maior número de escravos envolvidos nesse projeto de rebelião. Nessas ocasiões, foram interrogados de cinco a seis cativos de uma só vez.

As falas dos escravos não revelaram aspectos muito diferentes do que a carta denúncia de Antonio Francisco de Andrade já havia indicado em 3 de fevereiro. Os depoimentos eram bastante enxutos e acabavam confirmando aquilo que as autoridades esperavam ouvir. Em um dos interrogatórios, o escrivão transcreveu ainda que foi necessário aplicar no réu os açoites da lei, pois o cativo demonstrava todos os indícios de maldade para encobrir a verdade.

Por tudo isso, não podemos dizer que estamos diante de um documento “limpo”, que revela por inteiro a trama de insurreição de 1832. O processo-crime apresenta aquilo que os senhores conseguiram arrancar dos escravos e também o que consideravam importante registrar em um documento oficial. Mesmo assim, este é um das raras fontes em que podemos flagrar a fala dos cativos. A abundância de uma série de detalhes surpreendentes em vários depoimentos permite dimensionar do projeto de insurreição de 1832.

\* \* \*

O plano de revolta de 1832 era muito bem organizado em termos de comando e divisão de tarefas. No momento em que foi descoberta pelos senhores de engenho, a trama já tinha ramificações em quinze grandes fazendas da cidade, localizadas principalmente no

bairro conhecido como Ponte Alta – das quinze propriedades apenas quatro não se encontravam nesse bairro de Campinas. As investigações das autoridades locais revelaram que em cada uma dessas propriedades existia um escravo “capitão”, que tinha a função de convidar outros parceiros para a revolta e também a de arrecadar dinheiro. Nas palavras do escravo João Congo, “em diferentes sítios existia um que se intitulava capitão e era o caixa do dinheiro”<sup>5</sup>. Os encontros dos conspiradores ocorriam principalmente durante a noite nas terras do engenho Ponte Alta, pertencente a Dona Ana de Campos Paes. Nesses encontros, apareciam escravos de diversas fazendas, alguns inclusive que não sabiam do plano de revolta. Os conspiradores “comiam e bebiam” com todos os cativos que estavam nos ajuntamentos e só se apartavam dos demais no momento de discutir o projeto de rebelião<sup>6</sup>.

O deslocamento dos escravos dos diferentes engenhos para a propriedade de Dona Ana de Campos Paes era feito a pé ou com os animais pertencentes às fazendas em que os cativos moravam. O engenho Ponte Alta não era muito distante das outras propriedades que tiveram escravos relacionados com o plano de revolta. Como vimos no primeiro capítulo, essas fazendas eram em alguns casos até mesmo vizinhas. O parentesco existente entre os senhores dessas propriedades também ajudava na circulação dos cativos entre uma localidade e outra sem causar grande desconfiança.

O plano de revolta possuía ainda uma liderança principal para toda a vila de Campinas. Este escravo era conhecido pelos demais como “pai” Diogo, pertencente ao senhor de engenho Joaquim José dos Santos. O pai Diogo, segundo o depoimento de vários escravos, era o responsável por presidir todas as reuniões dos revoltosos e também exercia a função de caixa principal do dinheiro arrecadado pelos capitães. Tudo o que os demais

---

<sup>5</sup> Ver depoimento de José Congo. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 11/02/1832.

escravos conseguiram juntar era entregue a Diogo. O cativo Miguel disse que viu uma caixa em que Diogo guardava o dinheiro que lhe era entregue e que não era pouco dinheiro, mas não sabia precisar quanto era o total<sup>7</sup>.

O pai Diogo tinha ainda outras funções na organização do plano de revolta escrava. Era o responsável por elaborar as chamadas mezinhas, a partir de um combinado de raízes. As mezinhas eram vendidas pelos capitães do movimento em troca de dinheiro, armas e outros objetos. O cativo Américo disse que entregou cinco patacas para conseguir as mezinhas. Já o escravo Joaquim Congo confessou ter entregue algumas calças e alguns lenços que custavam, respectivamente, quatro patacas e um cruzado. Outros escravos ainda, como Bento, dizem ter entregue “três lenços, uma carapuça, uma faca e duas patacas em dinheiro<sup>8</sup>”.

As mezinhas, segundo os cativos, teriam a função de fechar o corpo dos escravos durante a revolta e tornar mais lenta a reação senhorial. O depoimento de Tristão Cabinda nos revela com bastante detalhe o significado desse preparado de raízes:

*(...) que deu dez patacas ao Miguel, agente das cobranças, e este entregava o dinheiro seu e dos outros ao Diogo (...) e que, com efeito, faziam ajuntamentos de noite, oculto dos brancos, e que por esse dinheiro iam recebendo mezinhas para casar aos brancos e amansá-los, para não ofenderem a eles pretos com suas armas*

---

<sup>6</sup> AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 03/02/1832.

<sup>7</sup> Sobre a liderança de Diogo Rebelo, ver depoimentos de Marcelino tropeiro e de todos os escravos pertencentes a Dona Ana de Campos Paes e Floriano de Camargo Penteado. Sobre o dinheiro arrecadado, ver depoimento de Miguel Monjolo, AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc 80, Data: 14, 17, 18 de fevereiro de 1832.

<sup>8</sup> Ver depoimentos de Américo, Joaquim Congo e Bento. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, Data: 17 e 18 de fevereiro de 1832.



*e chumbo e depois eles pretos se levantarem [e] matarem aos brancos afoitamente, e ficarem libertos*<sup>9</sup>.

Outros escravos, quando interrogados sobre a função das mezinhas, respondiam de maneira muito semelhante. Benedito ferreiro disse que “era para animar, livrar de chumbo e facas dos brancos”. Bento Cassuada repete as mesmas coisas, voltando apenas a afirmar que as mezinhas ajudariam a amansar os brancos. Já Felizardo crioulo complementa a fala de Bento dizendo que, após amansarem os brancos com as mezinhas, eles, pretos, se levantariam afoitamente, matariam os brancos e ficariam todos forros<sup>10</sup>. Assim, as mezinhas eram uma peça fundamental da revolta. O seu poder de deixar os brancos mansos, ou seja, lentos para responderem aos ataques dos escravos e também de tornar os cativos imunes às armas dos brancos, dava uma imensa vantagem aos revoltosos.

O dinheiro conseguido com a venda das mezinhas, segundo revelaram as investigações, era enviado ao liberto João Barbeiro em São Paulo. Os contatos entre as duas localidades eram feitos por um cativo tropeiro de nome Marcelino, morador da mesma fazenda de Diogo. Segundo os escravos, Marcelino levava o dinheiro arrecadado em Campinas e trazia informações do João Barbeiro aos escravos da região. Os contatos do liberto com os escravos de Campinas, na verdade, nunca cessaram, desde que João fora enviado para São Paulo. Conta uma das testemunhas que depôs no processo-crime de 1832 que antes mesmo da descoberta desse plano de revolta, encontrou dois de seus escravos

---

<sup>9</sup> Ver depoimento de Tristão. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 17 de fevereiro de 1832.

<sup>10</sup> Sobre a função das mezinhas, ver depoimentos dos escravos de Dona Ana de Campos Paes e Floriano de Camargo Penteado. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 17 e 18 de fevereiro de 1832 .

fugidos na casa de João Barbeiro, na região do Bexiga, em São Paulo<sup>11</sup>. Segundo o depoente, durante o dia os escravos fugidos trabalhavam no quintal do liberto e, à noite, saíam para vender capim<sup>12</sup>.

O destino que João Barbeiro dava ao dinheiro que lhe era entregue não fica muito claro nos depoimentos dos escravos. Ao que parece, era utilizado na compra de armas e munições para a revolta. De acordo com o depoimento do escravo José Congo, que participou do plano de revolta de 1830, naquela época o tal João Barbeiro pedia a todos que contribuíssem com dinheiro para “mandar fazer zagaias e comprar pólvora” e que “influía a todos para fazerem guerra contra os brancos”. Mas agora, nesse plano de 1832, não estava envolvido e, portanto, nada sabia da organização, senão por ouvir dizer<sup>13</sup>. Se José estava sendo sincero ao afirmar que não tinha envolvimento com o plano de 1832 ou se estava apenas tentando salvar sua pele, nunca saberemos. O que importa nesse momento, porém, é a informação que este cativo nos dá sobre a aplicação do dinheiro. Em 1830, João Barbeiro aplicava as quantias arrecadadas na compra de pólvora e “zagaias” para a revolta. Em 1832, é muito provável que o dinheiro tivesse o mesmo destino.

As investigações revelaram ainda que a obtenção de armamentos para a revolta não era uma exclusividade do liberto João Barbeiro. Em Campinas, os conspiradores articularam com alguns escravos ferreiros a fabricação de armas para a insurreição. O cativo Benedito ferreiro, morador da fazenda Duas Pontes, pertencente a Floriano de Camargo Penteado, disse que o escravo Miguel lhe entregou uma “alabarda com farpa de

---

<sup>11</sup> Ver depoimentos de Miguel Monjolo, Diogo Rebolo e os dois depoimentos de Marcelino. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, data: 14 e 21 de fevereiro de 1832.

<sup>12</sup> Ver depoimentos de José Leonardo Pereira e João José da Cunha. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 14/02/1832.

<sup>13</sup> Ver depoimento de José, escravo de Francisco Ignácio. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 16/02/1832. Segundo dicionário *Novo Aurélio*, zagaia ou azagaia é uma lança

engonço de sair e entrar” para que várias outras fossem fabricadas para a revolta<sup>14</sup>. Além disso, segundo o escravo José, todos os escravos envolvidos no plano de insurreição já possuíam sua azagaia pronta para ser usada, esperando apenas a ordem das lideranças.

As investigações das autoridades mostraram também que João Barbeiro estava convidando outros escravos moradores da cidade de São Paulo para se juntarem ao levante. Segundo o relato de Marcelino tropeiro, João Barbeiro viria de São Paulo para Campinas trazendo novos cativos para a insurreição. O trajeto entre as duas cidades seria percorrido durante a noite para não despertar a desconfiança das autoridades. Chegando em Campinas, João Barbeiro e os escravos da capital se reuniram com os demais “em um capão de mato entre os engenhos Santo Antonio e Monjolinho”<sup>15</sup>.

A data prevista para a eclosão do movimento era o feriado da Páscoa daquele ano de 1832. Segundo o depoimento do escravo José Congo, o dia do levante não era conhecido de todos os cativos envolvidos na trama de ressurreição. Os líderes do plano de revolta escondiam esta informação dos demais escravos numa tentativa de evitar que a notícia se espalhasse muito rapidamente e pudesse chegar aos ouvidos senhoriais<sup>16</sup>. A escolha da data foi uma das atribuições do liberto João Barbeiro. Segundo revelaram as investigações,

---

de arremesso; Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa – século XXI*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>14</sup> Alabarda – espécie de lança cuja ponta é atravessada por uma peça de ferro cortante, em forma de meia-lua. Farpa de engonço – ponta metálica com dobradiça, móvel. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa – século XXI*.

<sup>15</sup> Ver o segundo depoimento de Marcelino tropeiro. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 21/02/1832.

<sup>16</sup> O plano de revolta de 1830, segundo consta da correspondência trocada entre as autoridades campineiras, foi denunciado ao padre da cidade em data próxima da prevista para a eclosão do movimento. A bibliografia sobre revoltas também tem mostrado que diversas denúncias surgiram na véspera de eclosão de vários planos de insurreições escravas, como foi o caso da revolta dos malês em Salvador, em uma conspiração haussá na Bahia em 1814 e na conspiração dos escravos de Demerara, Guiana. Reis, João José, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003; Schwartz, Stuart B., “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814”, in: Reis, João José. e Gomes, Flávio Santos, *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras,

existiam certas decisões que eram tomadas unicamente pelo liberto, como a data de eclosão do movimento e também a maneira de como se desencadearia a revolta.

Apesar de todos esses cuidados das lideranças para evitar que o plano fosse descoberto antes do tempo, os senhores acabaram desconfiando do comportamento dos cativos e interromperam mais uma vez os projetos dos revoltosos. No dia 11 de maio de 1832, saiu a sentença do processo-crime. O liberto João Barbeiro foi condenado “como cabeça principal da insurreição, duas vezes por ele premeditada”; além disso, mais nove escravos foram condenados como capitães do plano de revolta e mais vinte e três escravos por envolvimento<sup>17</sup>. O processo-crime, porém, não apresentou a punição que cada um dos conspiradores receberia no julgamento final.

Tomando por base, todavia, o código criminal de 1830 e também as sentenças apresentadas em outros projetos de insurreição escrava, podemos especular a respeito das punições que cada um dos revoltosos de 1832 acabou recebendo. O código criminal de 1830 definia o crime de insurreição, em seu artigo 113, capítulo IV, como sendo a reunião de vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força<sup>18</sup>. As penas eram definidas para dois tipos de situações diferentes, uma em que a revolta chegou a estourar e outra em que houve apenas uma “tentativa de insurreição”. Neste último caso, os líderes receberiam punições que iam desde galés perpétuas (pena máxima), passando por galés de 20 anos (pena média) até chegar a galés por 10 anos (pena mínima). Aos cúmplices da tentativa de insurreição, as punições eram de 20 anos (máxima), 13 anos e 4 meses (média)

---

1996; Costa, Emília Viotti da, *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>17</sup> Os nove escravos capitães eram: Bento Monjolo (Duas Pontes), Constantino Monjolo (Ponte Alta), Januário Cabinda (São Bento), Joaquim Congo (escravo de Dona Ana de Campos), Miguel Monjolo (Dona Ana Francisca), Diogo Rebolo (Joaquim José dos Santos), José Bixiga (Francisco Ignacio), João (Taquaral) e José Duro (Monjolinho). Com relação ao escravo Marcelino tropeiro não fica muito nítido se foi condenado como capitão. Esta escrito o seguinte: “que servia de correio da correspondência com o primeiro cabeça”.

e 6 anos e oito meses (mínima). O artigo seguinte, 114, previa ainda que se os líderes da insurreição fossem livres, incorreriam nas mesmas penas apresentadas no artigo 113.

Assim, seguindo à risca as sentenças estipuladas pelo código criminal de 1830, concluiríamos que todos os escravos condenados pela processo-crime permaneceram longos anos na cadeia, recebendo possivelmente o liberto João Barbeiro a pena mais alta de todas, galés perpétuas. Mas, analisando as punições estipuladas aos revoltosos de Carrancas, Minas Gerais, em 1833, e também aos escravos e libertos da rebelião dos malês, na Bahia, em 1835, e ainda o caso de Vassouras, Rio de Janeiro, em 1838, perceberemos que provavelmente as punições foram bem diferentes<sup>19</sup>.

Nos três casos acima, as condenações dos escravos se dividiram em penas de morte e prisão aos líderes e punição com centenas de açoites aos demais envolvidos. Devemos observar inicialmente que em todos essas circunstâncias houve um embate direto entre os rebeldes e as forças repressivas, diferentemente do projeto de insurreição de Campinas, que foi descoberto antes de estourar. Em todo caso, observa João José Reis, sempre que houve apelação de sentença manteve-se um padrão muito claro (pelo menos no caso da Bahia): açoites para escravos e deportação para os libertos. De onze escravos que pediram apelação para suas penas (4 inicialmente condenados à gales perpetuas e 7 com penas de morte), dez conseguiram transformar seus castigos em açoites e um acabou sendo vendido para fora da Bahia. A quantidade de açoites aplicadas aos escravos revoltosos da Bahia, na maior parte dos casos foi de 500 açoites por escravos, em Carrancas, a média foi de 400 a 600 açoites e, em Vassouras, a média foi de 650 açoites por escravos. Portanto, no caso de Campinas,

---

<sup>18</sup> Josino Nascimento Silva, *Código Criminal do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1859, p.48-9.

<sup>19</sup> Andrade, Marcos Ferreira, *Rebeldia e resistência: as revoltas na província de Minas Gerais, 1831-1840*, Dissertação de Mestrado, UFMG, 1996, p.193. Reis, João José, *Rebelião escrava no Brasil*, p.453. Gomes,

mesmo que os cativos tenham recebido penas por galés, é bem possível que seus senhores tenham recorrido das sentenças, conseguindo transformar suas punições em açoites, assim como aconteceu na Bahia. Para os senhores, esse tipo de condenação era muito mais vantajosa, pois ao mesmo tempo em que servia de exemplo aos demais (normalmente, os açoites eram aplicados em lugares públicos da vila), também não ficavam privados dos trabalhos desses escravos. O difícil é saber, na verdade, quantos açoites foram destinados a cada um dos escravos de Campinas. Se nas três revoltas citadas acima, nas quais houve um embate direto entre autoridades e escravos, foram aplicados uma média de 500 açoites a cada conspirador, os escravos de 1832 possivelmente tiveram uma punição menor.

Quanto ao liberto João Barbeiro, é difícil acreditar que as autoridades aceitassem uma possível comutação de sua pena de galés para açoites, caso fosse requerida; o mais importante era justamente impedir sua circulação e o contato com outros escravos. De qualquer forma, podemos especular ainda que sua pena pode ter sido alterada para uma punição que o afastasse da região, como a expulsão da província de São Paulo ou mesmo do Império. Como vimos no caso da Bahia, a maioria dos libertos recebeu a pena de degredo. O código criminal de 1830 não previa esse tipo de condenação para os envolvidos em uma insurreição, mas as ligações entre cativos e libertos tornavam a situação perigosa demais para as autoridades e senhores; assim, não podendo prescindir dos cativos, o melhor mesmo seria dificultar os contatos entre estes e os libertos<sup>20</sup>. No caso do João Barbeiro, encontramos uma carta de um senhor de engenho de Campinas de 1834 pedindo ao

---

Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.221 e 222.

<sup>20</sup> João José Reis analisa a repressão que caiu em cima dos libertos na Bahia após o levante de 1835. Reis, João José, *Rebelião escrava no Brasil*, parte IV. Também Carlos Líbano Soares e Flávio Gomes desenvolvem a mesma temática da repressão aos libertos na década de 1830 e 1840 no Rio de Janeiro. Soares, Carlos Eugênio Líbano e Gomes, Flávio dos Santos, “Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”, in: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n.2, 2001, p.1-44.

presidente da província que ele fosse mandado a bordo de alguma embarcação de guerra, “combinando- se desta sorte o bem do serviço público com a segurança da vila [Campinas] do referido João, bem conhecido como um refinado vadio e embusteiro”<sup>21</sup>. Não é possível, porém, saber se o João Barbeiro foi navegar em outros mares ou se ficou cumprindo a pena de galés, ou ainda se chegou mesmo a ser preso pelas autoridades, pois não mais o encontrei na documentação. De qualquer forma, a carta mostra a preocupação em afastá-lo da região e do contato com os escravos.

\* \* \*

As investigações do plano de revolta revelaram que o principal objetivo dos escravos no ano de 1832 era conseguir suas liberdades. O escravo Felizardo crioulo foi muito direto, quando lhe perguntaram sobre a finalidade dos ajuntamentos noturnos que faziam escondidos dos brancos, “levantar afoitamente com os mesmo brancos, matá-los e ficarem eles pretos todos forros”. O escravo Tristão, indagado sobre a mesma questão, respondeu de maneira muito semelhante, fazer uma revolta contra os brancos para ficarem libertos<sup>22</sup>. A organização do plano de revolta não deixa dúvidas sobre as intenções dos escravos. Buscaram armamentos para a batalha, articularam diferentes fazendas de Campinas, conseguiram estabelecer ramificações em outras cidades, escolheram uma data em que pudessem surpreender os senhores e enfrentar menos resistência e invocaram ainda forças espirituais para a rebelião. Tudo estava sendo preparado com muito cuidado para conseguir suas alforrias.

---

<sup>21</sup> AESP, 1834, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Doc. 56-4-48, 20/03/1834.

O momento político certamente colaborou para que os cativos acreditassem mais firmemente nas suas possibilidades de vitória. O império passava, naquelas primeiras décadas do século XIX, por um período bastante agitado de sua história. Os trinta primeiros anos do oitocentos presenciaram a independência do Brasil, os motins anti-lusos, a abolição do tráfico atlântico de escravos, as constantes discussões a respeito da política do primeiro reinado e a abdicação de Dom Pedro I, com pouco menos de dez anos de governo. Era um momento de fortes disputas ideológicas e de divisões na classe dirigente brasileira<sup>23</sup>.

Tudo isso, é claro, não passava despercebido pelos escravos. O cativo Francisco crioulo contou em seu depoimento ao processo-crime de 1832 que, voltando uma vez da vila de Campinas para a fazenda de seu senhor, encontrou Joaquim ferreiro, escravo de Joaquim Teixeira, e passou a discutir, “ora tio Joaquim, o Imperador [decretou que] os negros já não vêm para o Brasil, não seria justo que nos dessem também a liberdade? Ao que respondera o Joaquim que alguma coisa disso iria acontecer”<sup>24</sup>.

Os escravos Francisco crioulo e Joaquim ferreiro foram inocentados de envolvimento com o plano de revolta de 1832, mas seus depoimentos no processo-crime demonstram que o fim do tráfico atlântico provocou questionamentos e indagações a respeito da continuidade da própria escravidão. Por que continuar na escravidão, se os africanos já não vêm mais para o Brasil? As discussões a respeito da lei do fim do tráfico vinham se prolongando desde, pelo menos, a chegada da família real em 1808. No começo

---

<sup>22</sup> Ver depoimentos dos cativos de Dona Ana de Campos Paes. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 17/02/1832.

<sup>23</sup> A respeito dos acontecimentos políticos que agitaram as primeiras décadas do século XIX, ver: Carvalho, José Murilo, *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro: Campus, 1980. Grinberg, Keila, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Ribeiro, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no primeiro reinado*, Tese de doutorado, IFCH-Unicamp, 1997.

<sup>24</sup> Ver depoimento de Francisco crioulo. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 16/02/1832, 17/02/1832.



da década de 1830, os debates se tornaram ainda mais agitados, multiplicaram-se as discussões e até mesmo propostas que previam a abolição gradual da escravidão começaram a aparecer com maior força. Segundo Jaime Rodrigues, no livro *Infame comércio*, em 16 de junho de 1831, nada menos do que três projetos foram lidos na câmara dos deputados, todos tratando da abolição gradual da escravidão no Brasil. Um deles, por exemplo, previa a libertação dos escravos em cinquenta anos. No primeiro ano, libertar-se-ia o cinquentavo, no ano seguinte o quarentavo e assim por adiante<sup>25</sup>. Enfim, o momento político era de fortes tensões e disputas na própria classe senhorial, abrindo margem para os cativos questionarem a escravidão e conquistarem suas alforrias.

Os escravos envolvidos no plano de insurreição de 1832 também citaram importantes acontecimentos que os levaram a se revoltar contra seus senhores. O cativo Marcelino tropeiro no segundo interrogatório que prestou às autoridades locais, comentou que em um de seus encontros com João Barbeiro ficou sabendo que “no Rio de Janeiro os escravos já estavam libertos, em São Paulo já se tinha dado baixa aos vermelhos e que iam assentar praça nos pretos, ficando todos libertos”<sup>26</sup>.

Não sabemos ao certo a qual acontecimento o liberto João Barbeiro estava se referindo quando comentou que, no Rio de Janeiro, os escravos já haviam sido libertados. Talvez fosse uma estratégia para conseguir maior mobilização dos escravos em Campinas, mas pode ser também consequência de como as notícias sobre os debates políticos e as transformações que agitaram a Corte no começo da década de 1830 chegaram a São Paulo. O encontro do Marcelino tropeiro e João Barbeiro ocorreu em dezembro de 1831. O Rio de

---

<sup>25</sup> Rodrigues, Jaime, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2000, p. 87.

<sup>26</sup> Ver segundo depoimento de Marcelino tropeiro. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 17/02/1832.

Janeiro nesse ano, em especial, presenciou importantes mudanças políticas, como a queda do imperador Dom Pedro I, o estabelecimento de uma regência provisória, movimentos insurrecionais de militares e as acaloradas discussões sobre a lei do tráfico atlântico de escravos<sup>27</sup>. Pode ser, portanto, que as notícias de todas essas mudanças na Corte tenham chegado aos ouvidos do João Barbeiro em São Paulo como sendo a libertação dos escravos. A própria lei de sete de novembro de 1831, que proibiu o tráfico atlântico de escravos, “declara livre todos os escravos vindos de fora do império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos” – pode ter sido interpretada por cativos e libertos, em dezembro de 1831, distantes a vários quilômetros da Corte, como sendo o fim da escravidão<sup>28</sup>.

Não temos como saber exatamente a que fatos João Barbeiro estava se referindo, quando comentou que os escravos do Rio de Janeiro já eram livres. De qualquer forma, o importante a ressaltar é que o liberto acreditava realmente que a escravidão já havia terminado em uma parte do império e que os escravos em São Paulo permaneciam injustamente em cativeiro. A interpretação de certas notícias e acontecimentos políticos pelos escravos, em um sentido completamente diverso do que as autoridades imperiais pretendiam, inicialmente levaram, não em poucos casos, a uma forte agitação social. Maria Thereza Petrone no livro *A lavoura canavieira em São Paulo* apresenta dois projetos de insurreição escrava, um na vila de Porto Feliz e outro em Itu, planejados no ano de 1821, em que os cativos pretendiam se rebelar contra seus senhores, embalados pelas discussões a respeito da independência do Brasil<sup>29</sup>. Os escravos, comenta Petrone, acreditavam que a

---

<sup>27</sup> Sobre os acontecimentos políticos que movimentaram a corte em 1831, ver: Holanda, Sérgio Buarque de (org.), *História geral da civilização brasileira*, 5ª edição, tomo II, volume II, São Paulo: Difel, 1985.

<sup>28</sup> A respeito das discussões da lei do tráfico Atlântico de escravos, ver: Rodrigues, Jaime, *O infame comércio*, principalmente cap. 2 e cap. 3.

<sup>29</sup> Sobre o plano de revolta de 1821, na cidade de Porto Feliz, Petrone apresenta uma interessante carta de um senhor de engenho, em que este alertava para o cuidado que os proprietários de escravos deveriam ter ao discutir assuntos como a independência do Brasil e ideais de liberdade e igualdade. “*Os princípios liberais*

escravidão havia sido abolida, mas seus senhores estavam ocultando esse acontecimento. Também na Bahia, durante o processo de independência, João José Reis mostra como os escravos se agitaram com a possibilidade de alcançar a liberdade naquele momento de luta e divisões entre os homens brancos. Reis cita o fato de que os escravos crioulos e os pardos fizeram requerimentos às Cortes em Lisboa, em 1823, pedindo a alforria. Também comenta que os africanos se animaram com a fermentação política do período e tentaram conquistar suas liberdades, por meio de algumas tentativas focalizadas de revolta<sup>30</sup>. Eugene Genovese apresenta uma situação bastante parecida para o distante sul dos Estados Unidos. Este autor relata que, durante a campanha eleitoral de 1856, os escravos ouvindo falar tanto em Fremont, começaram a pensar que, caso ele fosse eleito, todos ficariam livres<sup>31</sup>. Assim, a maneira como certas notícias chegaram aos ouvidos dos escravos e as interpretações que eles fizeram destas notícias foram importantes motores para a elaboração de insurreições.

Já a expressão “baixa aos vermelhos”, que também aparece na fala de Marcelino tropeiro, remete a um acontecimento mais fácil de identificar. O termo “baixa aos vermelhos” se referia à abolição da escravidão indígena em São Paulo, promulgada em 27

---

*têm produzido uma salutar fermentação: o direito natural e a política fazem o objeto das nossas conversações e o desejo de gozarmos uma constituição verdadeiramente social é por toda parte proclamada pela doce palavra, mas tantas vezes fatal, de liberdade [...] Porém senhores, esta fermentação dos espíritos, estas máximas de liberdade, mal entendidas e alteradas, se tem infelizmente difundido pela classe desgraçada, mas formidável de nossos escravos que espiam o momento de se tornarem livres. Eles conversam quotidianamente na dureza de sua sorte, gaguejam direitos naturais, protestam de cepear-nos e afirmam uns aos outros que já o Rei os libertou e somos nós que os temos na escravidão”. Petrone, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, São Paulo: Difel, 1968, p.120. Também em Carrancas, Minas Gerais, no ano de 1831, os escravos ensaiaram uma tentativa de sublevação movidos pela idéia de que o ex-Imperador os havia libertado. Andrade, Marcos Ferreira, *Rebelião e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais*, Dissertação de Mestrado UFMG, 1996, p.142.*

<sup>30</sup> Reis, João José, “O jogo duro do Dois de Julho: o ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”, in: Reis, João José e Silva, Eduardo (orgs.), *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.79 a 98.

<sup>31</sup> Genovese, Eugene, *Da rebelião à revolução*, São Paulo: Editora Global, 1983, p. 121. No artigo Quilombos e revoltas escravas no Brasil, João José Reis cita ainda uma série de tentativas de revoltas agitadas por acontecimentos políticos. Reis, João José, “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP – Dossiê povo negro, 300 anos*, n.28, dez/jan./fev. 1995-1996, p.28 e 29.

de outubro de 1831. A escravidão dos índios na província paulista havia sido retomada, no começo do século XIX, por uma carta régia de Dom João VI<sup>32</sup>. Esse documento imperial mandou proceder “guerra justa” contra os índios Botocudos e permitiu que todos os índios prisioneiros dessa guerra pudessem ser escravizados:

*Que não há meio algum de civilizar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns anos os force a deixar e esquecer-se da sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade [...] que todo miliciano ou qualquer morador que segurar algum destes índios, poderá considerá-los por quinze anos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier<sup>33</sup>.*

Assim, em 1831, quando novamente foi abolida a escravidão, os indígenas tiveram sua situação equiparada a de órfãos, ficando os juizes paz de cada uma das vilas responsáveis por vigiar os abusos cometidos contra suas liberdades. A lei previa ainda que, em caso de necessidade, os índios seriam socorridos pelo tesouro até que conseguissem algum ofício e tivessem salários<sup>34</sup>. Em Campinas, encontrei uma carta do juiz de órfãos, datada de vinte de janeiro de 1832, destinada ao presidente da província, na qual prestava conta das atuações realizadas para libertar todos os índios em cativeiro. “Em observância da circular de vossa excelência datada de 15 de dezembro de 1831, passei a dar providências

---

<sup>32</sup> No século XVIII o diretório Pombalino havia libertado todos os indígenas do Brasil, ver: Cunha, Manuela Carneiro da, “Política indigenista no século XIX”, in: Cunha, Manuela Carneiro da (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo/Fapesp, 1992, p.146.

<sup>33</sup> Apud Malheiro, Perdigão, *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, volume I, Petrópolis: Editora Vozes, 1976, p.227. Sobre a carta régia de 1808, ver: Cunha, Manuela Carneiro da, “Política indigenista no século XIX”, p. 147.

<sup>34</sup> Apud Malheiro, Perdigão, *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, volume I, Petrópolis: Editora Vozes, 1976, p.236.

da mesma ordenada, e ao primeiro quesito fiquei ciente para por em liberdade os índios em que for tendo notícias”<sup>35</sup>. Não é difícil imaginar o impacto na população escrava ao ver o juiz de órfãos libertando os indígenas e dando ordens aos senhores para que os mesmos índios recebessem pagamentos por seus serviços. É claro que a notícia deve ter corrido rapidamente entre a população de africanos e crioulos e muitos se animaram com a possibilidade de o cativo estar chegando ao fim.

Por último ainda, o depoimento de Marcelino tropeiro faz referências ao fato de que “iriam assentar praça nos pretos e todos ficariam libertos”. Novamente é difícil saber o que levou o liberto João Barbeiro comentar com o Marcelino que iriam “assentar praça” nos escravos. Essa expressão no século XIX era normalmente utilizada para se referir aos recrutamentos militares e formações de guardas civis. Para o começo da década de 1830, não encontrei nenhuma referência de que negros escravos seriam convocados para participar de ajuntamentos militares. Na verdade, era muito improvável que as autoridades imperiais tomassem a iniciativa de armar a população escrava e ainda lhes dessem a alforria por serviços prestados.

É possível mesmo que a idéia de que se assentariam praça aos negros fosse consequência dos alistamentos realizados para formar a Guarda Nacional. Em outubro de 1831, começaram a ser feitas, em São Paulo, as primeiras listas de indivíduos que comporiam os grupamentos da guarda nacional – só poderiam ser alistados os cidadãos que tinham direito a voto, ou seja, com altos rendimentos anuais<sup>36</sup>. Porém, é possível que a notícia tenha chegado ao conhecimento do liberto como se a convocação fosse também de

---

<sup>35</sup> AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Doc. 41, 20/01/1832.

<sup>36</sup> Sobre a Guarda Nacional, ver: Holanda, Sérgio Buarque de (org.), *História geral da civilização brasileira*, 5ª edição, tomo II, volume II, São Paulo: Difel, 1985. No ano de 1832 continuaram as discussões sobre quem poderia participar da Guarda Nacional, ver: Grinberg, Keila, *O fiador do Brasil*, capítulo III.

escravos para a Guarda. O que importa nesse caso, porém, é que o liberto João Barbeiro e os escravos em Campinas estavam agitados com a possibilidade de conseguir suas alforrias. A formação de uma revolta seria uma maneira, portanto, de precipitar os fatos e colocar um fim definitivo em seus cativos.

Os depoimentos no processo-crime de 1832 demonstraram que os escravos estavam atentos às agitações e mudanças políticas que marcaram as primeiras décadas do século XIX. Embalados por essas transformações, buscaram conquistar suas alforrias, declarando guerra a seus senhores. O momento parecia propício para a precipitação de uma revolta. Para os escravos, já não havia mais escravidão em uma parte do império, o tráfico atlântico fora abolido pelo imperador, os indígenas haviam conquistado suas liberdades e os negros seriam convocados para assentar praça nas guardas militares. Era necessário, então, aproveitar o momento de fortes transformações para fazer valer seus projetos políticos.

\* \* \*

Por último, resta-nos questionar ainda um aspecto fundamental que envolveu a descoberta e repressão do plano de revolta de 1832, a abertura do processo-crime. Vimos anteriormente que o plano de revolta escrava foi descoberto inicialmente pelos irmãos Antônio, Theodoro e José Francisco de Andrade. Ao desconfiarem do comportamento de seus cativos, passaram a interrogá-los em busca de informações do que poderia estar acontecendo. Antônio Francisco de Andrade relata que as investigações se iniciaram no dia seguinte a um ajuntamento noturno de escravos, ocorrido em 28 de janeiro. Durante praticamente cinco dias, interrogaram escravos, fizeram buscas pelas fazendas, identificaram os nomes dos principais envolvidos, as propriedades relacionadas e a

estrutura do movimento. Apenas em 3 de fevereiro, então, é que Antônio Francisco de Andrade comunicou oficialmente o juiz de paz da vila de Campinas<sup>37</sup>. Depois dessa comunicação oficial, os irmãos Francisco Andrade continuaram suas investigações até que em 7 de fevereiro, Antônio Francisco de Andrade elaborou uma relação de 32 nomes de escravos e do liberto João Barbeiro como os principais envolvidos na trama.

Portanto, podemos dizer que os senhores investigaram, reprimiram e decidiram quem seriam os principais envolvidos no plano de revolta escrava de 1832 antes mesmo da abertura formal do processo-crime. Como comentamos acima, os depoimentos dos cativos nesse documento foram apresentados de forma enxuta e reproduziram em grande parte o que Antonio Francisco de Andrade já havia descrito na carta de 3 de fevereiro. Nos resta indagar, então, por que os senhores decidiram promover a abertura do processo-crime. Por que arriscaram levar prejuízos com uma possível prisão de seus escravos, sendo que já haviam identificado os principais envolvidos e descoberto as características gerais do plano e podendo, dessa forma, castigar os revoltosos ou mesmo vendê-los sem interferência das autoridades? Por que a rápida comunicação com o presidente da província?

É difícil responder a todas essas perguntas, porém, podemos ensaiar algumas respostas. Em primeiro lugar, lembremos que o plano de revolta de 1832 tinha ramificações na cidade de São Paulo. Os depoimentos revelam que o João Barbeiro estava arregimentando mais escravos naquela localidade para serem trazidos à vila de Campinas. Tal contexto dificultava a repressão do movimento pelos senhores da região, sem um comunicado às autoridades provinciais. Se em Campinas os proprietários tinham

---

<sup>37</sup> É muito difícil, porém, acreditar que o juiz de paz, Jose da Cunha Paes Leme, não soubesse da descoberta do plano de revolta e das investigações que os irmãos Francisco de Andrade vinham desenvolvendo na região. José da Cunha Paes Leme era casado com uma das irmãs dos Francisco Andrade. Além disso, tinha sua propriedade próxima dos engenhos de Antonio, Theodoro e Jose Francisco de Andrade e também descobriu

possibilidades de debelar a tentativa de insurreição organizada por seus próprios escravos, sem precisar necessariamente da intervenção das autoridades, com relação aos cativos da capital da província, os senhores não poderiam fazer o mesmo. Portanto, era preciso uma comunicação oficial dos acontecimentos para que a repressão pudesse chegar até os revoltosos moradores da imperial cidade de São Paulo.

Em segundo lugar, a produção de um documento formal, como o processo-crime, com suas dezenas de testemunhos e depoimentos de escravos, poderia servir como uma prova bastante substancial de que os temores de insurreições escravas não eram simples retórica dos senhores e autoridades campineiras. Como vimos no capítulo anterior, foram constantes as disputas com o presidente da província para o fim dos recrutamentos militares e também pela vinda das tropas da capital, tudo baseado no argumento de que o número de escravos era muito grande e a vila convivia com constantes ameaças de revoltas. A existência, portanto, de um processo-crime, descrevendo a união de escravos e libertos, a ligação da insurreição com quinze grandes engenhos, a ramificação do plano em mais de uma vila e mesmo o uso de rituais africanos na elaboração da trama, seriam provas mais que concretas da ameaça de revolta escrava e poderiam ajudar na conquista dos interesses já descritos.

---

que seus cativos estavam envolvidos nesse plano de revolta. Portanto, é possível mesmo que o juiz de paz não só sabia da nova descoberta, como também ajudou nas investigações e interrogatórios dos cativos.



## Capítulo V – Os conspiradores do plano de revolta de 1832 - I

### *Procedências*

A maioria dos trinta e dois escravos condenados pelo processo-crime de 1832 chegou em Campinas no final da década de 1810. Apenas três haviam nascido nas fazendas de açúcar da região; todos os demais foram trazidos pelo tráfico atlântico de escravos. O local de origem desses cativos era principalmente o centro-oeste africano, mais especificamente o Congo norte<sup>1</sup>. Cerca de 80% dos africanos condenados eram provenientes dessa região, sendo que oito eram identificados como Congo, sete, Monjolo e cinco, Cabinda. Existiam ainda entre os escravos condenados aqueles que vieram da região africana conhecida como Angola, sendo um cativo proveniente de Rebolo (norte de Angola) e outro vindo do porto de Benguela (sul de Angola). Foram identificados também três escravos provenientes da distante costa oriental africana, da região conhecida como Moçambique. Havia ainda o liberto João Barbeiro, cuja procedência não foi possível identificar, mas segundo a correspondência entre o juiz de paz de Campinas e a cidade de São Paulo, João também era africano.

A predominância dos escravos vindos do Congo norte na elaboração do plano de revolta não passou despercebido pelas autoridades campineiras da época<sup>2</sup>. O próprio Antônio Francisco de Andrade já na carta de três de fevereiro de 1832, enviada ao juiz de

---

<sup>1</sup> Dos 32 escravos condenados pelo processo-crime, consegui identificar a origem de 28 cativos. Desses 28, 3 eram crioulos e 25 africanos. Dos 25 africanos com origem identificada, 22 (perto de 90%) vieram do Centro-oeste da África e apenas 3 vieram da África Oriental. Entre esses 25 africanos, 20 vieram do Congo Norte, 80%. As origens foram baseadas no processo-crime, ver: AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, Ordem 850, Lata 56, Pasta 2, Doc. 80, 03/02/1832.

<sup>2</sup> A participação dos escravos do Congo norte nessa revolta é notável mesmo se imaginarmos que os 4 escravos condenados, cuja origem não foi possível identificar, sejam africanos de regiões diferentes do Congo norte. Nesse caso os africanos do Congo norte representariam 70% do total (20 indivíduos) e os africanos de outras regiões representariam 30% (9 pessoas).

paz da cidade, relatou que nem todos os escravos eram sabedores da trama e que os de “nação Monjolo e Congo eram os mais influentes”. Isso fica nítido também quando identificamos as procedências das principais lideranças do plano de rebelião. Como apresentamos acima, foram condenados nove escravos como os principais capitães do plano. Além disso, podemos contar também como um dos líderes do movimento, o escravo Marcelino tropeiro, fazia o importante papel de comunicação entre Campinas e São Paulo. Assim, desses 10 líderes escravos conseguimos identificar a procedência de 8, sendo 5 Monjolo, 1 Cabinda, 1 Congo e 1 Rebolo. Agrupando as várias origens dos africanos por grandes regiões de importação do tráfico de escravo, percebemos que entre as lideranças, cerca de 90 % eram provenientes do Congo norte.

O Congo norte abrangia uma extensa região de comércio de escravos na África, no século XIX. Essa área ia desde o Cabo Lopez até a foz do rio Zaire (Congo) e diferentes povos eram encontrados na região, como os Nsundi e os Tio<sup>3</sup>. As origens dos cativos apresentadas no processo-crime de 1832, porém, revelam muito pouco sobre os grupos étnicos a que estavam ligados. Os vários termos utilizados pelos senhores e autoridades campineiras para identificar as procedências dos escravos apresentam, na maior parte dos casos, os nomes dos portos africanos de embarque desses cativos ou ainda os nomes de cidades e regiões africanas. Cabinda, por exemplo, era um dos principais portos de comércio de escravos da região do Congo norte. Assim, dentro da identificação Cabinda poderiam estar agrupados diferentes povos africanos, muitas vezes com diferentes línguas e culturas. A designação Congo também não significava um único povo africano. Como

---

<sup>3</sup> A divisão da África em várias áreas de comércio de escravos foi baseada em: Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p 50.

relata Mary Karasch, é muito difícil identificar um Congo<sup>4</sup>. Frequentemente os bacongos do norte de Angola e sul do Zaire eram designados como Congo pelos traficantes de escravos e autoridades imperiais, mas muitos outros povos capturados na vasta bacia do rio Zaire e seus tributários também eram intitulados dessa maneira. A designação Monjolo também suscita questão similar. Por essa “nação”, estavam identificados os indivíduos pertencentes ao reino do Monsol (conhecidos como tios ou tekes) e também os escravos vendidos pelos próprios tios, como os bobangis<sup>5</sup>.

Situação semelhante ocorria com as outras nações citadas no plano de revolta. A designação Rebolo identificava, na verdade, os povos comercializados na região logo abaixo do rio Cuanza, podendo conter indivíduos do povo Libolo ou quaisquer outros povos daquela região. Já a nação Benguela agrupava vários povos do sul de Angola. Todo escravo embarcado pelo porto de Benguela na África, passava a ser designado como Benguela na América. Por último, ainda, havia a nação identificada como Moçambique, sob cuja designação estavam agrupados os escravos vindos principalmente da ilha de Moçambique e também os grupos capturados na região um pouco mais ao norte dessa ilha<sup>6</sup>. Portanto, todos esses nomes ao invés de identificarem a origem (ou as etnias) dos escravos trazidos ao Brasil, mostravam, na verdade, as identidades atribuídas aos africanos pelos traficantes e autoridades brasileiras. Como relata a pesquisadora Mariza Soares, “em nenhum deles é possível afirmar com certeza, que a nação corresponde a um grupo étnico”<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p 54.

<sup>5</sup> Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p 53.

<sup>6</sup> Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p 57, 58.

<sup>7</sup> Soares, Mariza de Carvalho, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 109.

De qualquer forma, podemos pensar que a nação, mesmo sendo atribuída pelos agentes colonizadores e agrupando indistintamente diferentes grupos étnicos, acabou sendo incorporada pelos seus portadores. Ainda segundo Mariza Soares “a procedência é uma forma de identificação atribuída, que o próprio grupo internaliza, passando então a se organizar segundo seu formato”<sup>8</sup>. Assim sendo, interessa conhecer os significados que os escravos atribuíam ao fato de pertencerem a uma determinada nação, em uma determinada época e local. Importante ainda é notar as relações estabelecidas entre as diversas nações. O que significaria ser um escravo Monojolo, por exemplo, em Campinas, no começo do oitocentos? Para tentar entender, então, um pouco melhor todos essas questões, detalharei as procedências dos africanos trazidos para Campinas ao longo das três primeiras décadas do século XIX.

A partir da análise de 21 inventários *post-mortem* abertos em Campinas entre 1800 e 1835 (divididos em sete períodos 1801-1805, 1806-1810, 1811-1815, 1816-1820, 1821-1825, 1826-1830, 1831-1835) e também do levantamento populacional de 1801, consegui identificar importantes mudanças nos grupos de africanos trazidos para essas terras<sup>9</sup>. Analisando a tabela abaixo, podemos tirar três grandes conclusões.

---

<sup>8</sup> Soares, Mariza de Carvalho, *Devotos da cor*, p.117.

<sup>9</sup> Para a análise das origens dos africanos nos inventários *post-mortem* de Campinas, utilizei o seguinte critério: em primeiro lugar, separei entre todos os inventários abertos em Campinas, entre os anos de 1801 – 1835, aqueles que tinham 10 ou mais escravos. Em segundo lugar, isolei, entre os inventários com 10 ou mais cativos, aqueles que faziam uma distinção sistemática das origens dos africanos, ou seja, trabalhei com os inventários que identificavam a origem para 90% dos africanos apresentados nas listas de avaliações. CMU, 1801-1835, TJC, Inventários *post-mortem*: inventários selecionados; 1832, 1<sup>a</sup> Ofício, Caixa 73, Processo 1494; 1835, 3a. Ofício - Cx 262 - Proc 6676; 1807, 1a. Ofício - Cx 4 - Proc 99; 1807, 1a. Ofício - Cx 4 - Proc 100; 1808, 1a. Ofício - Cx 5 - Proc 120; 1816, 1a. Ofício - Cx 15 - Proc 431; 1808, 1a. Ofício - Cx 5 - Proc 122; 1833, 3a. Ofício - Cx 260 - Proc 6661; 1815, 1a. Ofício - Cx 12 - Proc 386; 1811, 1a. Ofício - Cx 8 - Proc 247; 1812, 1a. Ofício - Cx 9 - Proc 280; 1811, 1a. Ofício - Cx 8 - Proc 249; 1815, 1a. Ofício - Cx 13 - Proc 391; 1826, 1a. Ofício - Cx 35 - Proc 948; 1824, 1a. Ofício - Cx 30 - Proc 824; 1822, 1a. Ofício - Cx 26 - Proc 719; 1826, 1a. Ofício - Cx 37 - Proc 1009; 1826, 1a. Ofício - Cx 37 - Proc 1011; 1824, 1a. Ofício - Cx 31 - Proc 829; 1812, 1a. Ofício - Cx 9 - Proc 274; 1812, 1a. Ofício - Cx 9 - Proc 280. Identifiquei ainda uma cópia em microfilme do inventário de um proprietário absentéista, aberto em 1831 (o original esta no Arquivo do Estado de São Paulo). Trabalhei com a cópia: AEL, 1830, FPE, Inventário de Francisco Ignácio de Souza

Tabela 8

	Procedências dos africanos em Campinas 1801 - 1835							
	<u>Censo</u> <u>1801</u> %	<u>1801-</u> <u>1805*</u> %	<u>1806-1810</u> %	<u>1811-1815</u> %	<u>1816-1820</u> %	<u>1821-1825</u> %	<u>1826-1830</u> %	<u>1831-1835</u> %
<b>África Ocidental</b>	2,4	0,0	8,8	7,3	0,0	4,2	4,5	7,9
<b>Centro-Oeste Africano</b>	96,9	0,0	91,2	88,6	96,7	87,5	87,5	70,7
<i>Congo Norte</i>	6,6	0,0	23,5	8,1	6,7	60,4	44,3	45,2
<i>Norte Angola</i>	17,8	0,0	35,3	22,0	0,0	10,4	12,5	15,3
<i>Sul Angola</i>	72,5	0,0	32,4	58,5	90,0	16,7	30,7	10,2
<b>África Oriental</b>	0,0	0,0	0,0	4,1	3,3	2,1	5,7	7,9
<b>Desconhecido</b>	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	2,3	13,6

\* Não identifiquei inventários com 10 ou mais escravos.

Fonte: Censo populacional de 1801 e Inventários de Campinas

Em primeiro lugar, a tabela nos mostra que os escravos vindos do centro-oeste da África sempre foram hegemônicos em Campinas, para todo o período. Até o começo dos anos de 1830, os escravos provenientes dessa região representavam por volta de 90% dos africanos. No período de 1831-1835, a porcentagem caiu para 70,7%, mas ainda assim se manteve bastante superior a de qualquer uma das outras regiões africanas de comércio de escravos. O centro-oeste africano apresentou alterações no volume de escravos importados em cada uma das sub-regiões. Apesar das variações das porcentagens, podemos perceber que os escravos embarcados ao sul de Angola (principalmente no porto de Benguela) tiveram seus números diminuindo significativamente ao longo do tempo. Em contrapartida, os cativos embarcados no norte do Congo tiveram suas participações aumentando fortemente e passaram a representar nos anos de 1831-1835, 45% do total. Já os africanos provenientes da região conhecida como norte de Angola mantiveram suas proporções

---

Queiroz, 1831 (microfilme). Com relação ao censo populacional, utilizei a seguinte metodologia de pesquisa: separei inicialmente todos os proprietários com 10 ou mais escravos e realizei a cópia das informações. Ao

praticamente estáveis ao longo do período, variando de 17,8%, segundo o censo de 1801, para 15%, no último período<sup>10</sup>.

Em segundo lugar, aumentou o número de cativos provenientes da região conhecida como África Oriental ao longo das três primeiras décadas do século XIX. Com nenhum representante entre os períodos de 1801-1805 e 1806-1810, os escravos dessa região passaram a significar 4,1% dos africanos entre 1811-1815 e foi variando até alcançar 7,9% entre os anos de 1831-1835. Não chega a ser um número muito alto, principalmente quando comparado ao do centro-oeste, mas, de qualquer forma, passou a ser uma importante área de comércio de africanos. Mary Karasch explica que esse aumento do comércio de escravos com a costa oriental africana resultou da proibição do tráfico de escravos na África Ocidental (e uma maior fiscalização do comércio ilegal nessa área) e também da melhoria tecnológica dos navios, o que permitiu fazer a viagem da costa oriental africana para a América em menos tempo<sup>11</sup>.

Finalmente, a região conhecida como África Ocidental, que ao longo do período nunca ultrapassou a casa dos 10% entre os africanos residentes em Campinas (em outras regiões do Brasil, como na Bahia, os indivíduos vindos da África Ocidental eram maioria entre os cativos), teve seus números variando consideravelmente ao longo do período. Os

---

total foram identificadas 36 propriedades com 10 ou mais escravos, que possuíam juntas 756 escravos. AEL, 1801, FPE, Levantamento populacional da vila de São Carlos (Campinas), Rolo 2.3, 1801.

<sup>10</sup> As maiores discrepâncias de dados apresentados na tabela estão na comparação entre o censo de 1801 e os inventários para o período de 1800-1810. Por ser praticamente o mesmo período, os dados deveriam ser bastante semelhantes. Mas, ao contrário disso, podemos notar que os inventários mostram uma divisão mais igualitária entre as três sub-regiões que compõem o centro-oeste africano, enquanto que o censo apresenta uma alta porcentagem de africanos provenientes de Benguela (sul de Angola). A explicação para essa diferença de dados está assentada em basicamente dois fatores; primeiro, temos uma pequena amostra de inventários para a primeira década do século XIX e, em segundo, lugar temos que levar em consideração o fato de que os inventários tendem a registrar (em média) uma população escrava mais antiga, fazendo com que a grande maioria dos africanos citados nos inventários tenham sido comprados ainda final do século XVIII, o que ajudaria explicar a pequena porcentagem de escravos vindos da África Ocidental, pois nessa época o tráfico com África Ocidental era mais intenso.

<sup>11</sup> Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 59.

africanos provenientes dessa região passaram de uma tendência de queda até aos anos de 1830 para um pequeno crescimento entre 1831-1835. A maior parte desses escravos encontrados nos anos de 1830, porém, não eram recém chegados do tráfico, mas cativos comprados no começo do século XIX, já que desde 1815 era proibido o comércio de escravos nessa região da África<sup>12</sup>. Uma análise da idade de todos os africanos provenientes da África ocidental, para o período de 1831-1835, mostrou que todos tinham mais de 40 anos, portanto, possivelmente eram cativos que foram adquiridos em décadas anteriores.

As principais tendências apontadas pela tabela acima – diminuição dos escravos do sul de Angola e um aumento dos cativos do Congo norte e também da África Oriental – podem ser explicadas por um vazio deixado pelas nações européias nas áreas ao norte do Rio Congo e também na costa oriental africana, nas primeiras décadas do século XIX<sup>13</sup>. Segundo Herbert Klein, a “maior mudança nos padrões de comércio entre o século XVIII e XIX foi a expansão do comércio brasileiro de escravos em direção ao norte e a leste [da África], preenchendo os vazios deixados pelo desaparecimento dos comerciantes de outras

---

<sup>12</sup> Rodrigues, Jaime, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, Campinas: Editora da Unicamp-Cecult, 2000, p.98. Manolo Florentino mostra no livro *Em costas Negras* que nos anos anteriores a abolição do comércio de escravos acima da linha do Equador o volume do tráfico entre a África Ocidental e o Rio de Janeiro cresceu fortemente, ver: Florentino, Manolo, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII-XIX)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.80.

<sup>13</sup> Herbert Klein no livro *The middle passage* chega a conclusões bastante parecidas sobre as porcentagens das nações africanas trazidas para o Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Trabalhando com registros de desembarques de africanos no porto do Rio de Janeiro para os períodos de 1795-1811 e 1825-1830, Klein também percebe uma diminuição dos cativos vindos de Angola, em detrimento principalmente daqueles provenientes do Congo Norte e África Oriental. Seus dados são os seguintes: para a região de Angola como um todo (norte e sul em conjunto), 92% no primeiro período, 1795-1811, e 44% no segundo período, 1825-1830; para a região conhecida como Congo Norte, 3,7% no primeiro período, e 28,1% no segundo período; África Oriental, 2,5% no primeiro período e 26,8% no segundo período. Klein, Herbert S., *The middle passage: comparative studies in the atlantic slave trade*, Princeton: Princeton University Press, 1978, p. 56-77. Mary Karasch também chega a conclusões parecidas sobre as porcentagens das nações africanas vivendo no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, ver: Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p.52, tabela 1.6. Ver também: Klein, Herbert S., “A demografia do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil”, in: *Estudos Econômicos*, Vol. 17, Maio-Agosto, 1987, no. 2, p. 138. Klein, Herbert S., “O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830”, in: *Anais de História (Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis)*, Ano V, 1973, p.89.

nações européias”<sup>14</sup>. Manolo Florentino, em seu estudo do tráfico de escravos para o Brasil, relata que “a guerra de independência dos Estados Unidos e aquelas derivadas da revolução francesa requereram a concentração, no hemisfério norte, dos recursos humanos e materiais das principais potências européias [...] além disso, os abolicionistas viram crescer sua força política nos principais centros europeus. Todo esse movimento convergiu para a progressiva retirada de traficantes de outras nações européias da África Central Atlântica, com o que, já no início do século XIX, ganharam terreno os interesses luso-brasileiros ligados ao tráfico no litoral de Estados como Angoi, Congo, Cacongo e Loango”<sup>15</sup>.

Enfim, todas essas mudanças no cenário internacional entre o final do século XVIII e o começo do século XIX provocaram importantes transformações nos grupos de africanos que foram trazidos para Campinas. Tudo isso teve implicações na conformação do plano de revolta de 1832. Para tentar entender um pouco mais dessas implicações, faremos uma comparação entre as procedências dos cativos envolvidos no plano de revolta de 1832 e as procedências dos escravos registradas nas listas de avaliações dos inventários post-mortem de 1831-1835.

Em primeiro lugar, fica nítido que o plano de revolta estava sendo preparado por uma maioria de africanos provenientes do Congo norte, conhecidos pelas autoridades imperiais e senhores de escravos como Congo, Monjolo e Cabinda. Sabemos também que os escravos provenientes dessa região africana começaram a chegar em maior número em Campinas no final da década de 1810 e tornaram-se maioria na década de 1830. Apesar disso, os cativos provenientes do norte de Angola (Luanda) representavam ainda nos anos de 1831-1835 perto de 15% (ver tabela acima) da população africana, o que os colocava

---

<sup>14</sup> Klein, Herbert S. *The middle passage*, p. 77,78,79.

<sup>15</sup> Florentino, Manolo, *Em costas negras*, p. 82.



como o segundo maior grupo de escravos residentes em Campinas, superado apenas pelos cativos do Congo norte.

Na estruturação do plano de revolta, porém, os cativos provenientes dessa região de Angola acabaram não contribuindo com o mesmo peso que tinham na população escrava de Campinas. Apenas um, entre todos os escravos condenados por envolvimento na insurreição, vinha dessa área da África (o cativo identificado como Diogo Rebolo), o que significa dizer que este cativo representava apenas 3,5% dos africanos condenados. Analisando as origens dos escravos das três fazendas do capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, que foi o senhor que teve o maior número de escravos condenados no plano de revolta de 1832, chegamos a conclusões bastante parecidas. Em seu inventário *post-mortem*, aberto em 1838, os escravos africanos estavam divididos da seguinte forma: 48% de escravos do Congo Norte, 13% norte de Angola, 14% sul de Angola e 17% e Moçambique e 8% de origem desconhecida. Quando analisamos, então, a origem dos nove escravos do Floriano de Camargo condenados no processo-crime de 1832, percebemos mais uma vez que os escravos vindos do norte de Angola não participaram da elaboração do plano de revolta. Dos nove escravos do capitão-mor condenados, consegui a origem para oito cativos, sendo que seis eram provenientes do Congo norte, um era Moçambique e um crioulo. Assim, mesmo perfazendo um número considerável da população africana das fazendas do capitão-mor, nenhum escravo dessa região foi condenado no processo-crime.

Podemos concluir idéia semelhante a respeito da participação dos cativos provenientes do sul de Angola. Assim como os escravos do norte de Angola, aqueles provenientes da região de Benguela tiveram apenas um escravo condenado no processo-crime (3,5% do total). Porém, nos inventários abertos entre 1831-1835, os cativos vindos dessa região representavam 6,2% e nas fazendas de Floriano de Camargo, descritas acima,

14% do total de africanos. Apesar da discrepância entre as duas porcentagens, podemos dizer que os cativos provenientes do sul de Angola tiveram uma participação no plano de revolta abaixo de seu peso na população escrava. É claro que se comparamos unicamente as proporções de cativos do sul de Angola encontrada nos inventários abertos entre 1831-1835 com as proporções desse mesmo grupo de escravos entre os condenados em 1832, as diferenças não são muito significativas. De qualquer forma, porém, a porcentagem de cativos do sul de Angola no processo-crime está abaixo dos dois dados que temos sobre a população escrava em Campinas.

Importante ainda notar a participação dos escravos Moçambique na estruturação desse plano de revolta. Apesar de a maioria dos envolvidos na trama ter sua origem no Congo norte, a porcentagem de escravos Moçambique não foi desprezível. Entre os condenados no processo-crime, 12% eram originários da distante costa oriental da África. Na população africana de Campinas, segundo os inventários abertos entre 1831-1835, os Moçambique compunham perto de 8% do total. Nas fazendas do capitão-mor Floriano, a porcentagem de cativos Moçambique era bem maior, chegava perto de 17%. Mesmo com essas variações de porcentagens, é possível notar que a atuação dos Moçambiques no plano não fora tão pequena. Podemos dizer que os Moçambiques colaboraram na trama com, aproximadamente, o mesmo peso que tinham na população escrava de Campinas.

Por último ainda, mas não menos importante, o plano de revolta contou com a participação também dos crioulos. Dos trinta e dois escravos condenados no processo-crime, três haviam nascidos nas fazendas da região, ou seja, perto de 10% eram crioulos. Significativo perceber que todos esses crioulos condenados eram homens e adultos (com mais de 15 anos). Quando analisamos, então, a população crioula de Campinas no começo dos anos de 1830, notamos que os homens adultos compunham um número muito pequeno

do total. Os inventários *post-mortem*, para os anos de 1831-1835, mostram que os cativos crioulos adultos eram aproximadamente 6%. Ao encontrar, portanto, quase 10% de crioulos citados entre os condenados significa que um número consideravelmente alto de escravos nascidos na região estava se envolvendo em um plano de revolta, juntamente com africanos do Congo norte e de Moçambique.

Assim, comparando as procedências dos conspiradores da revolta com as da população africana de Campinas entre os anos de 1831-1835 e também com o inventário de Floriano de Camargo Penteado aberto em 1838, podemos dizer que o plano foi organizado por uma maioria de cativos do Congo norte, mas que contou também com a colaboração de escravos provenientes de outras regiões. É claro que alguns grupos, como os cativos do norte e também do sul de Angola, tiveram uma participação no plano de revolta escrava abaixo de seu peso na população local<sup>16</sup>. Porém, isso não significa dizer que foram completamente excluídos do projeto de insurreição. O fato do único cativo proveniente do norte de Angola, Diogo Rebolo, ser a principal liderança dos escravos em Campinas vêm matizar a questão. Como vimos no capítulo anterior, Diogo era dotado de uma série de habilidades espirituais, como livrar feitiço, fazer mezinhas para fechar o corpo, prever o futuro, que eram compartilhadas e respeitadas pelos demais escravos. Apesar das diferentes procedências, ao que parece, os cativos em Campinas comungavam uma série de características culturais. Portanto, a relação dos cativos de Angola com os demais precisa

---

<sup>16</sup> Como relatei acima, consegui identificar a origem de 28 dos 32 escravos condenados no processo-crime, ou seja, de 88% do total. Se pensarmos, então, que os 4 escravos com origem não identificada sejam provenientes do norte de Angola, a porcentagem desses cativos no plano de revolta subiria, então, para 15,6%, um número próximo do encontrado nos inventários de 1831-1835. Podemos fazer o mesmo raciocínio em relação aos cativos do sul de Angola. Se os quatro com procedência não-identificada possuem suas origens nessa região, então, suas porcentagens no plano de revolta subiriam para 15,6%, um número bem superior ao encontrado nos inventários entre 1831-1835. Mesmo assim, acredito que os 4 escravos condenados, de origem não identificada, não sejam todos eles provenientes do norte de Angola ou do sul de Angola. Os indícios que temos apontam para um plano organizado principalmente por Congo e Monjolo.

ser melhor investigada antes de chegarmos a conclusões mais definitivas. Passaremos, então, a analisar outras informações dos revoltosos.

### *A chegada dos africanos e o nascimento dos crioulos*

A grande maioria dos condenados no processo-crime em 1832 morava em Campinas há mais de dez anos. Percorrendo as listas do censo populacional da cidade ao longo das primeiras décadas do século XIX, foi possível identificar o ano de chegada de dezenove escravos africanos, sendo que um chegou em 1811, outro, em 1816, quinze chegaram nas fazendas de Campinas entre os anos de 1819-1822 e dois, em 1825. Também consegui localizar os registros de batismo dos três crioulos condenados; Fabiano crioulo, nascido em 1804, filho de José e Catharina, escravos de Floriano de Camargo Penteado; Felizardo crioulo, nascido em 1809, e Américo crioulo, nascido em 1812, ambos filhos de João e Maria, todos escravos de Dona Ana de Campos Paes. Com relação aos escravos apontados como os comandantes do plano de revolta, os dados não registram diferenças muito significativas. A maioria das lideranças também chegou nas fazendas de Campinas no final da década de 1810 e começo da década seguinte. Dos dez líderes, foi possível identificar para seis escravos o ano em que apareceram pela primeira vez no censo populacional da cidade. Assim, um chegou nessas terras em 1811, outro, em 1816 e quatro, entre os anos de 1819-1822<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> A localização dos escravos revoltosos de 1832 no levantamento populacional de Campinas exigiu inicialmente a localização de seus respectivos senhores dentro dessa documentação. Para identificação exata de cada um dos proprietários nos censos da cidade, desde o ano que se tornaram chefe de propriedade até 1836, ver apêndice 1. Os nomes dos 32 escravos condenados e seus respectivos senhores: Floriano de Camargo Penteado (Bento, Benedito, João, Constantino, Elias, Antônio, Fabiano, Januário, Antônio); Dona Ana Campos Paes (Joaquim, Tristão, Américo, Felizardo, Jacinto, Malaquias); Antônio Francisco de Andrade (Francisco, Francisco, José); Theodoro Francisco de Andrade (Miguel); Dona Ana Francisca Cardoza

A identificação das datas de chegada dos revoltosos é importante para matizar a imagem de que os escravos mais propensos às revoltas eram aqueles recém-chegados, desenraizados<sup>18</sup>. Segundo identificamos, todos os cativos estavam há pelo menos sete anos em Campinas, sendo que a maioria já morava nessas terras há mais de dez anos. Isto é notável na própria estrutura e organização do plano de revolta. Podemos citar, em primeiro lugar, que os revoltosos conheciam a língua de seus senhores, pelo menos, não é indicado que precisaram de tradutores durante os interrogatórios. A percepção das várias mudanças políticas que marcaram o país em 1831, certamente foi facilitada pela capacidade dos cativos de conseguirem entender a língua portuguesa. Também esses escravos dominavam e conheciam muito bem o cenário local. Souberam esconder de seus senhores as armas e o dinheiro arrecadado. Segundo os depoimentos, vários cativos possuíam suas zagaias e alguns tinham ainda espingardas, porém, as autoridades não conseguiram encontrá-las, com exceção apenas de uma zagaia. A escolha da data da revolta também demonstra o conhecimento de vários aspectos do controle senhorial. Os cativos escolheram a data da eclosão da rebelião para um momento em que enfrentariam menor resistência, em que seus senhores estariam menos vigilantes e em que seria, portanto, mais fácil tomá-los de surpresa.

---

(Miguel); Joaquim José dos Santos (Diogo, Marcelino); José da Cunha Paes Leme (José, Manoelzinho); Salvador Bueno da Silveira (Bento, Joaquim); Antônio Corrêa Barboza (Agostinho, Ignácio), Francisco Ignácio de Souza Queiroz (José); Luís Antônio de Souza (Francisco, João, José).

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, João José Reis que enxerga uma maior desmobilização dos escravos mais aculturados e com laços familiares estabelecidos: “tivesse paternalismo senhorial e família escrava estável prevalecido, a solidariedade étnica e de classe teriam sido provavelmente mais fraca entre os escravos. Estes pensariam duas vezes antes de colocar mulheres e filhos, e mesmo o senhor de sua família, na linha de fogo da rebelião”. Reis, João José, “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP*, n.28, ano 1995-1996, p.22. Ver também os argumentos de Manolo Florentino e José Roberto Góes de que os escravos mais idosos cumpriam um importante papel de pacificação das senzalas: “a preeminência dos mais velhos representava a cristalização de um poder político pacificador (um espécie de poder civil) forte entre os escravos”. Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.159.

Assim, podemos dizer que, apesar dos vários anos de vivência na escravidão em Campinas, do aprendizado da língua e também de vários aspectos da cultura senhorial, tais conhecimentos não foram suficientes para tornar esses cativos mais “aculturados”, mais próximos de seus senhores; ao contrário, todo esse domínio da cultura local serviu para os escravos preparem um bem elaborado plano de insurreição.

A identificação da data de chegada dos revoltosos em Campinas nos revela ainda alguns aspectos de como podem ter se formado as relações de companheirismo entre os escravos. Como vimos, dos dezenove revoltosos com a data de chegada identificada, quinze apareceram nas listas do censo populacional da cidade entre os anos de 1819-1822, ou seja, a grande maioria chegou nessas datas. Quando olhamos mais detidamente para cada uma das fazendas envolvidas na trama, este tipo de dado fica ainda mais nítido. Entre os nove escravos de Floriano de Camargo Penteado condenados pelo processo-crime, quatro chegaram nas fazendas entre os anos de 1819-1822, um era crioulo e três cativos, os quais não foi possível identificar. Na propriedade de Dona Ana de Campos, três escravos também chegaram em Campinas nesses mesmos anos, outros dois eram crioulos e um não foi localizado no censo. Na fazenda de Antonio Francisco de Andrade, dois dos três cativos condenados (todos africanos) entraram entre os anos de 1819-1822. Na propriedade de Theodoro Francisco de Andrade, o único cativo condenado também chegou em 1822. Na propriedade de Salvador Bueno da Silveira e de José da Cunha Paes Leme, todos os escravos envolvidos no plano apareceram no censo local pela primeira vez em 1822.

Assim, o fato de chegarem em datas próximas possivelmente os colocou em situações semelhantes nas fazendas de cana-de-açúcar da região. Os obstáculos enfrentados, por exemplo, no aprendizado da língua dos senhores, nas tarefas do campo, no ritmo de trabalho e na relação estabelecida com os demais escravos já habitantes das propriedades

podem ter colaborado para a identificação e aproximação desses cativos desde o primeiro momento em que aportaram em Campinas. Além disso, é possível que para alguns escravos os contatos tenham ocorrido antes mesmo da chegada na região. Dos quinze cativos que desembarcaram nessas terras no final da década de 1810 e começo da década seguinte, doze vieram do Congo norte, dois eram de Moçambique e um não-identificado. Assim, o encontro entre alguns desses escravos pode ter acontecido ainda na África, nos grandes galpões situados no litoral, aguardando a travessia do Atlântico – sendo a maioria proveniente do Congo norte, não é difícil que os contatos iniciais tenham surgido no porto de Cabinda. Podemos ainda sugerir que as relações entre esses cativos ocorreram nos navios negreiros, durante a viagem entre a África e a América, tornando alguns desses escravos *malungos*. Ou ainda, pode ser que os primeiros contatos tenham sido feitos na caminhada serra acima, saindo do litoral brasileiro até as fazendas de cana-de-açúcar.

Mas se em relação aos africanos envolvidos no plano de revolta podemos apenas sugerir um contato anterior a chegada a Campinas, sobre os crioulos condenados pelo processo-crime temos dados que nos mostram uma forte relação entre suas famílias. Vejamos, então, os casos dos crioulos Fabiano, Américo e Felizardo. Começemos com quem nasceu primeiro, Fabiano crioulo, batizado em 6 de maio de 1804. Fabiano nasceu e viveu boa parte de sua vida na fazenda Duas Pontes, de Floriano de Camargo Penteado, na região de Campinas. Seus pais eram os escravos José e Catharina, ambos africanos, provenientes do sul de Angola (Benguela)<sup>19</sup>. José chegou na propriedade de Floriano ainda no final do século XVIII, em 1795, com 13 anos de idade<sup>20</sup>. Nessa data, a fazenda ainda não tinha engenho para produzir açúcar e a população cativa era composta por oito homens

---

<sup>19</sup> Ver as principais relações de parentesco de Fabiano apresentadas nas figura 2 e 3, páginas 104 e 105.

<sup>20</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteado, 1795.

e cinco mulheres. Catharina aportou nessas terras três anos mais tarde, em 1798, com dezesseis anos de idade<sup>21</sup>. Veio junto com uma leva de escravos que Floriano comprou entre 1795 e 1798 para trabalhar em suas lavouras de cana e começar a produzir açúcar em seu próprio engenho – em 1798, Floriano tornou-se senhor de engenho com uma safra de 1500 arrobas de açúcar e vinte e quatro cativos.

A primeira vez que José e Catharina aparecem juntos em nossa documentação é no ano de 1801. Nessa data o censo populacional da cidade apresenta o estado civil de ambos como sendo casados<sup>22</sup>. Também nesse ano, encontrei o registro de casamento de José Benguela e Catharina Benguela na igreja matriz da Nossa Senhora da Conceição. Realizada no dia 10 de setembro, a união teve como testemunhas o forro Marcelino e o escravo Boaventura, pertencente a Antônio de Camargo Penteado, irmão e vizinho de Floriano de Camargo Penteado<sup>23</sup>.

José e Catharina permaneceram unidos por vários anos, é possível mesmo que estivessem vivos em 1832, quando Fabiano se envolveu no plano de revolta. Seguindo as listas do censo populacional, encontramos o casal sempre descrito junto até o ano de 1816, com o nome do José em cima e o de Catharina logo abaixo<sup>24</sup>. Depois desta data, Floriano de Camargo mudou a maneira de apresentar seus escravos nas listas do censo e tornou-se um pouco mais difícil acompanhá-las (depois dessa data, os casais não são mais descritos um embaixo do outro). De qualquer forma, após 1816 é possível encontrar sempre uma Catharina, casada, no censo da cidade. Em 1829, ela é descrita com 44 anos de idade e com

---

<sup>21</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteado, 1798.

<sup>22</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteado, 1801.

<sup>23</sup> AEL, 1801, FPE, Registro de casamento da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, Rolo 36, Livro 1, Folha 111, José e Catharina, 10/09/1801.

<sup>24</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteado, 1801 até 1816.



estado de civil de casada<sup>25</sup>. No inventário post-mortem da mulher de Floriano de Camargo, aberto em 1830, encontrei mais uma vez a cativa Catharina. Ela é apresentada com o mal de gota e avaliada em 150\$000 (um valor abaixo da média)<sup>26</sup>. Durante a partilha, Catharina foi entregue ao herdeiro Felipe Neri Camargo, porém, não foi obrigada a deixar a fazenda em que vivia há vários anos, pois Felipe Neri era solteiro e ainda morava com seu pai.

Com relação a José, fica bem mais difícil acompanhá-lo ao longo do tempo, principalmente depois de 1816, devido ao fato de seu nome ser muito comum. No ano de 1829, por exemplo, existem vários Josés com mais de quarenta anos, porém, nenhum deles com o estado civil de casado<sup>27</sup>. Até o ano de 1821, sabemos que José e Catharina ainda estavam juntos, já que batizaram a filha Gertrudes na igreja<sup>28</sup>. Mas, depois disso, o que teria acontecido a Jose? As opções de resposta a esta pergunta não são muito variadas, porém, é difícil ter certeza de alguma delas. Pode ser, em primeiro lugar, que José estivesse na lista de 1829, mas não conseguimos localizá-lo, pois seu nome é muito comum. Em segundo lugar, José pode ter morrido e o estado civil da Catharina não fora alterado da condição de casada para viúva (esta possibilidade me parece pouco provável, pois as listas do censo normalmente indicavam o estado civil de viúvo para os cônjuges que ficavam). Em terceiro lugar, José pode ter sido vendido - as possibilidades de que fora vendido por problemas financeiros de seu senhor parece também muito pouco provável, Floriano era bastante próspero e constantemente adquiria novos escravos. Resta a possibilidade ainda de ter sido vendido como uma punição por alguma desobediência. Em quarto lugar, José pode ter conseguido a alforria e estar morando ainda na própria fazenda de seu senhor ou em um

---

<sup>25</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Pentead, 1829.

<sup>26</sup> CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 1º ofício, cx. 51, n. 1322, Dona Paula Joaquina de Andrade.

<sup>27</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Pentead, 1829.

lugar próximo, isto explicaria porque Catharina continuou sendo indicada como casada. Mas não podemos ter muitas certezas esse escravo José. No inventário de 1830, encontramos um José Benguela avaliado por 150\$000 (valor abaixo da média, o que pode indicar que seja um cativo mais idoso) que talvez fosse o pai de Fabiano. Na partilha, este cativo permaneceu com Floriano de Camargo Penteado. Mas, de qualquer forma, é difícil saber se este é mesmo o pai do Fabiano. As possibilidades, porém, de que estivesse vivo, assim como Catharina, mãe de Fabiano, não são pequenas.

Antes de seguir em frente e falar dos filhos do casal José e Catharina, abrirei um breve parêntese para comentar como Floriano de Camargo Penteado apresentava seus escravos nas listas do censo populacional, pois isto acaba revelando um pouco da visão desse senhor sobre seus próprios cativos. Anualmente, os chefes de propriedade tinham que fazer uma listagem das pessoas que moravam em suas residências e enviar ao recenseador local. Essas listas tinham um certo padrão a ser seguido: no topo do documento deveria ser apontado o nome do senhor (ou chefe da propriedade), depois o nome de sua esposa, em seguida o dos filhos, logo abaixo o dos agregados e então começavam a ser lançados os nomes dos cativos. Com relação aos escravos, não parecia existir nenhuma norma específica de quem deveria ser descrito primeiro, quem viria em seguida, etc. No caso de Floriano de Camargo, podemos dividir a forma como seus escravos eram descritos em duas etapas, estabelecendo o ano de 1816 como marco divisor. Vejamos, então, o que teria acontecido. Até o ano de 1816, os casais escravos que existiam em sua propriedade, ou melhor, os casais que Floriano de Camargo reconhecia enquanto tais (freqüentemente eram os mesmo que tinham suas uniões registradas na igreja) eram descritos juntos (o nome do

---

<sup>28</sup> AEL, 1821, Fundo Peter Eisenberg, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, Rolo 18, Gertrudes, 13/05/1821.

homem primeiro e logo abaixo o nome de sua esposa) e em primeiro lugar da lista. Em seguida vinham os nomes dos escravos e das escravas solteiras e por último os cativos com pouca idade, normalmente os crioulos nascidos na propriedade. É possível perceber ainda que os escravos recém-comprados eram descritos dentro da ala dos solteiros, nos últimos lugares, antes das crianças. Assim, analisando a hierarquia estabelecida pelo próprio documento, podemos dizer que estar descrito entre os primeiros escravos da lista era como estar mais próximo de seu senhor. José e Catharina por serem casados, portanto, tinham seus nomes lançados sempre entre os primeiros cativos da lista e após o ano de 1812, em particular, são apresentados como o segundo casal da senzala, ou seja, faziam parte dos nomes mais próximos da casa-grande – o primeiro casal da lista era João e Quitéria, veremos mais a frente que uma das filhas deste casal era casada com Januário Cabinda, indiciado no plano de revolta de 1832. A família de João e Quitéria também era ligada à família de José e Catharina por laços de compadrio.

Depois de 1816, a forma de apresentação dos escravos de Floriano de Camargo na lista do censo mudou consideravelmente: primeiro, passaram a ser descritos os homens, com os cativos casados na frente e os solteiros logo abaixo, em seguida as mulheres, também com as casadas primeiro, e por último as crianças. Portanto, torna-se mais difícil perceber quem era casado com quem, as relações de parentesco entre os cativos e mais difícil ainda saber quem eram os novos escravos. Na verdade, é como se os cativos perdessem parte de suas individualidades (pelo menos, aos olhos senhoriais que fizeram a lista), todos são descritos juntos, primeiro os homens e depois as mulheres. É claro que casais como José e Catharina, João e Quitéria e os outros casados não foram esquecidos pelo seu senhor (ainda são apontados na frente dos escravos solteiros), mas a forma como foram compostas as listas do censo após 1816 pode estar refletindo uma mudança na

relação de Floriano de Camargo com sua própria escravaria. Entre os anos de 1816 e 1818, a população cativa desse senhor ultrapassou a casa da centena (em 1816 possuía 83 escravos, já em 1818 tinha 107 escravos, em 1822 passou para 163, em 1829 totalizava 136 escravos)<sup>29</sup>, além disso, um censo das propriedades rurais de Campinas de 1818 mostra que Floriano nessa data já tinha quatro propriedades, sendo que em 1830 esse número subira para sete<sup>30</sup>. Portanto, os contatos deste senhor com seus escravos certamente tornaram-se bem menos freqüentes do que eram no começo do século XIX e também sua visão sobre seus escravos tornara-se menos particular do que antes. Pode ser, portanto, que o crescimento econômico de Floriano de Camargo, amparado ao aumento do número de escravos e propriedades, estivesse favorecendo a formação de uma comunidade escrava mais autônoma, ou seja, com menos interferência senhorial. Fecho aqui parêntese aberto anteriormente.

José e Catharina tiveram um total de sete filhos batizados na igreja<sup>31</sup>. Fabiano era o segundo filho do casal, nascido depois de Emereciana. Os padrinhos de Fabiano foram Antônio, escravo solteiro, pertencente a José de Camargo (José de Camargo era o pai de Floriano de Camargo e que também chegara a Campinas no ano de 1792) e Margarida, casada com outro Antônio, estes escravos de Antônio de Camargo Penteadado. Sobre o padrinho de Fabiano não conseguimos outros dados, porém, sobre a Margarida, é possível

---

<sup>29</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteadado, 1816, 1818, 1822, 1829.

<sup>30</sup> AESP, 1818, Tombamento dos bens rústicos da vila de São Carlos (Campinas), Ordem 9869, p. 1, 28/10/1818.

<sup>31</sup> AEL, 1802, FPE, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, Rolo 25, Emereciana, 07/06/1802. AEL, 1804, FPE, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 25, Fabiano, 06/05/1804. AEL, 1807, FPE, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, folha 8, Hermenegildo, 15/03/1807. AEL, 1812, FPE, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Maria, 27/09/1812. AEL, 1816, FPE, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Apolinário, 22/12/1816. AEL, 1819, FPE, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, José, 05/09/1819. AEL, 1821,

levantar alguns aspectos de sua vida. Esta cativa chegou na fazenda de seu senhor ainda no final do século XVIII, foi descrita no censo de 1797 como tendo dezesseis anos e solteira – estranhamente o censo não indica sua origem, porém, é provável que tenha vindo da região sul de Angola, como quase todos os africanos que chegaram em Campinas nesse período<sup>32</sup>. No ano de 1798, teve a sua união registrada na igreja matriz da cidade com o cativo Antônio crioulo<sup>33</sup>. Antônio era filho dos escravos Sebastião e Marta e migrou junto com seu senhor para Campinas no ano de 1792. Seus pais nessa época já não são descritos entre os cativos de Antônio de Camargo Penteado e possivelmente não foram trazidos para a região<sup>34</sup>.

Antônio e Margarida tiveram apenas um filho batizado na igreja no ano de 1800<sup>35</sup>. Seus padrinhos foram outros escravos de Floriano de Camargo, reforçando, mais uma vez, os laços entre os cativos das duas propriedades. Acompanhando este casal ao longo do tempo, por meio do censo populacional, foi possível identificá-los juntos até o ano de 1824. Depois dessa data, encontrei apenas Margarida, sendo que, em 1829, ela foi descrita com 36 anos de idade e casada. Já Antônio, some das listas do censo populacional (diferentemente de Floriano de Camargo, Dona Ana de Campos nunca mudou a forma de apresentar seus escravos nas listas do censo, sempre registrou em primeiro lugar os casais escravos, depois os cativos solteiros e por último as crianças). O que teria acontecido, então, com Antônio? As respostas não são muito diferentes das que sugerimos em relação a José, pai de Fabiano; pode ter sido vendido, acabou morrendo (nesse caso, o senhor

---

FPE, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Gertrudes, 13/05/1821.

<sup>32</sup> Ver apêndice 1 – Antonio de Camargo Penteado, 1798.

<sup>33</sup> AEL, 1798, FPE, Registro de casamento de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 36, livro 1, folha 89v, 25/06/1798.

<sup>34</sup> Ver apêndice 1 – Antonio de Camargo Penteado, 1792

esqueceu de mudar o estado civil da Margarida) ou então conseguiu a alforria. O fato do nome Antônio ser bastante comum, torna complicado ter um pouco mais de certeza sobre alguma dessas possibilidades. De qualquer forma, com relação a Margarida é bem provável que estivesse viva em 1832 e viu seu afilhado Fabiano se envolver em um plano de revolta<sup>36</sup>.

Fabiano teve um total de seis irmãos registrados na igreja, apenas uma irmã mais velha e todos os outros mais novos<sup>37</sup>. Desses seis irmãos de Fabiano, um teve padrinhos livres em seu batismo, o crioulinho José, o sexto filho do casal José e Catharina. O nome dos padrinhos livres eram José Antônio Pereira e Mariana Vaz, sua esposa. Não consegui levantar muitas informações sobre essas duas pessoas, mas a julgar pelo sobrenome não eram parentes da família de Floriano de Camargo, como era comum em casos de padrinhos livres batizando escravos. Com relação aos padrinhos escravos, identifiquei que dois pertenciam ao próprio Floriano de Camargo, dois eram cativos de Antônio de Camargo e um casal de padrinhos pertencia a Antônio Francisco de Andrade. Com isso, já percebemos que o contato entre as fazendas interligadas pela trama não foi construído momentaneamente para a revolta; na verdade, existia desde há muito.

Descobrimos ainda que Emereciana, a irmã mais velha de Fabiano, casou-se na igreja em 1821 com José Cassange e o casal batizou a filha Luíza em 1829<sup>38</sup>. No inventário de 1830, Emereciana e sua pequena filha foram entregues à herdeira Dona Bárbara; José continuou com Floriano. Já os outros irmãos de Fabiano não chegaram a se casar, pelo

---

<sup>35</sup> AEL, 1800, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 25, Eleutério, 10/08/1800.

<sup>36</sup> Ver apêndice 1 – Antonio de Camargo Penteado, 1798 até 1829.

<sup>37</sup> Ver apêndice 1 – Antonio de Camargo Penteado, 1798.

<sup>38</sup> AEL, 1821, FPE, Registro de casamento de escravos na Igreja da Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 37, livro 3, folha 34, 07/01/1821. AEL, 1829, FPE, Registro de batismo de escravos na Igreja da Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Luiza, 20/12/1829.

menos não consegui identificar pistas que mostrassem esse tipo de informação. Hermenegildo, nascido em 1807, logo depois de Fabiano, ficara com o próprio Floriano de Camargo no inventário de 1830; Maria, nascida em 1812, acabara se perdendo entre tantas Marias encontradas na documentação – não conseguimos dados a respeito de seu paradeiro; Apolinário, nascido em 1816, fora entregue ao herdeiro Francisco José de Camargo; José, nascido em 1819, fora o único de todos que teve os padrinhos livres, mas assim como as Marias não conseguimos identificar notícias mais precisas a seu respeito; Gertrudes, a irmã mais nova de Fabiano, nascida em 1821, nunca chegou a ser registrada no censo e também não aparece no inventário de 1830, pode ser, então, que tenha tido um destino comum entre tantas outras crianças escravas, morrendo com pouco tempo de vida, mas também é possível que tenha conseguido a alforria, logo ao nascer<sup>39</sup>.

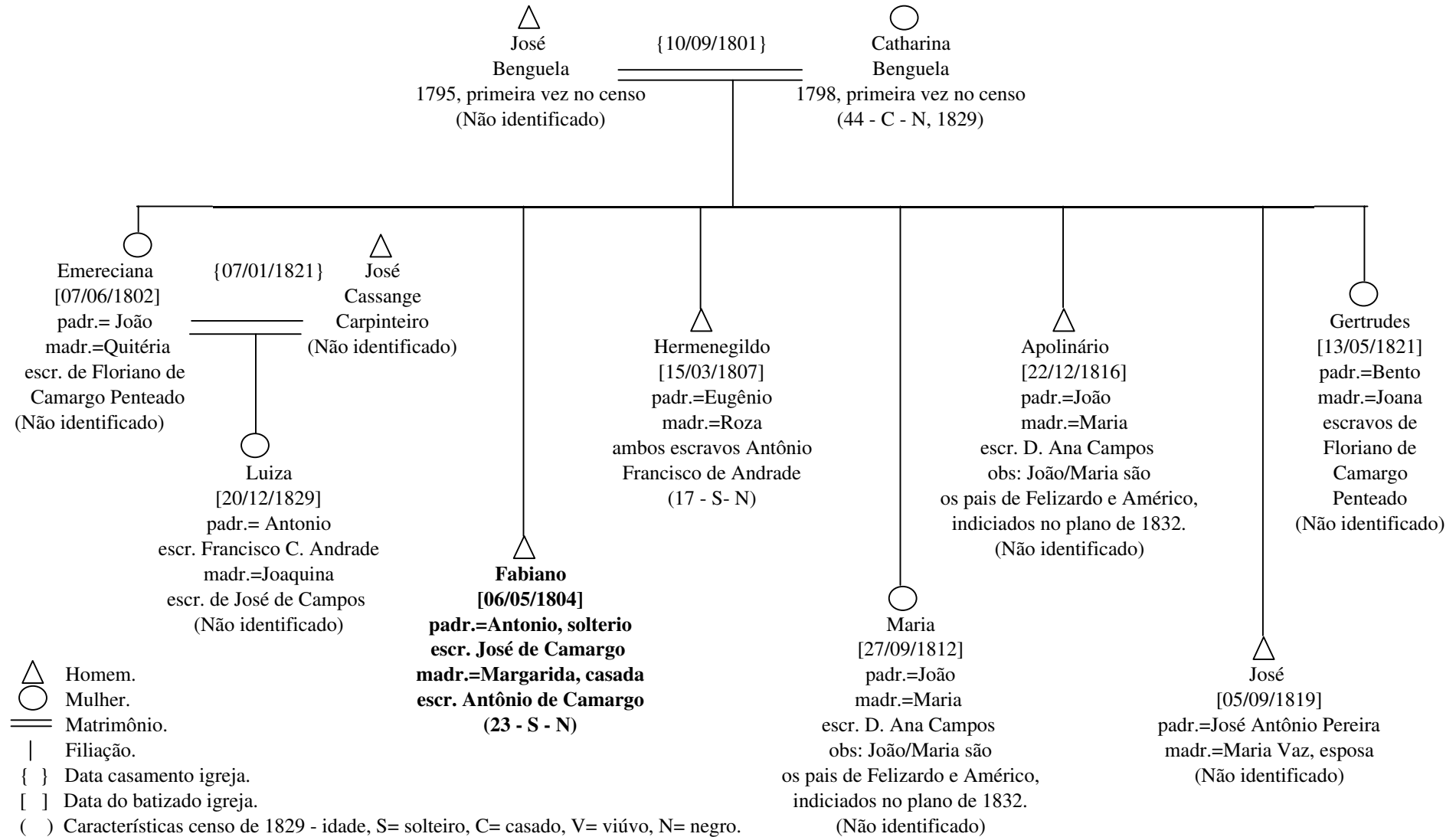
Enfim, estes são alguns dados que consegui levantar a respeito da vida de Fabiano. Seus pais, José e Catharina, como vimos, chegaram em Campinas ainda no final do século XVIII e foram dois dos primeiros cativos da grande escravaria que Floriano de Camargo veio a formar durante as três primeiras décadas do século XIX. O casal conseguiu constituir uma longa família e estabelecer complexas alianças de parentesco. No ano de 1832, quando Fabiano se envolveu com o plano de revolta, boa parte dessa longa parentela ainda estava viva, alguns morando nas próprias fazendas de Floriano e outros com os herdeiros deste, mas provavelmente não muito distantes.

Uma última informação sobre a família de Fabiano diz respeito aos afilhados de José e Catharina. Percorrendo os registros de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição, identifiquei que o casal batizou dois escravos: Efigênia, filha de João e Quitéria,

---

<sup>39</sup> CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 1<sup>a</sup> ofício, cx. 51, n. 1322, Dona Paula Joaquina de Andrade, 18/10/1830.

**Figura 2**  
**A família de Fabiano**

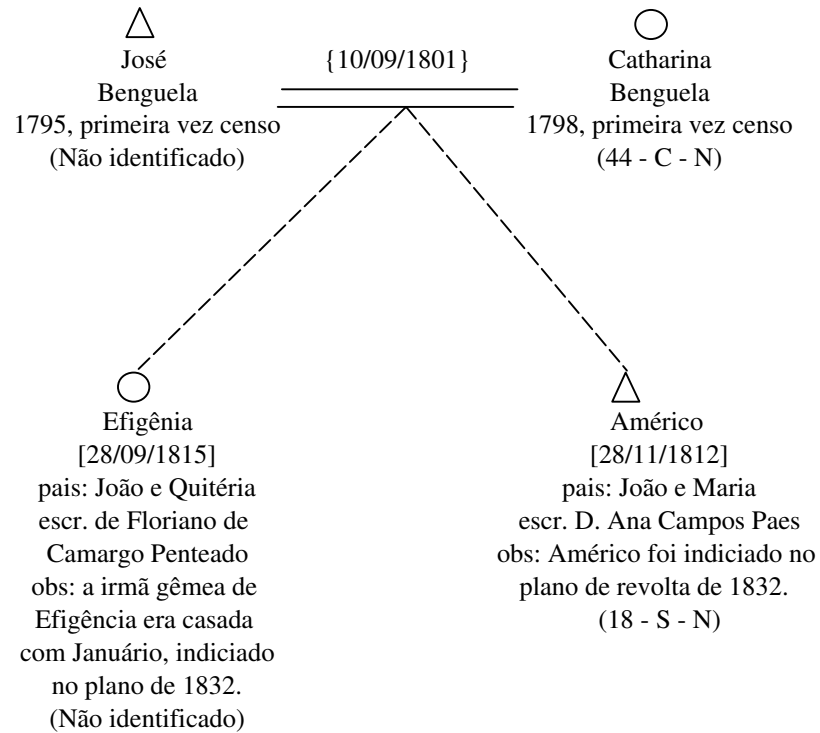


Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.



Figura 3

## Os afilhados de José e Catharina (pais de Fabiano)



△ Homem.  
○ Mulher.

== Matrimônio.

--- Compadrio.

{ } Data casamento igreja.

[ ] Data do batizado igreja.

( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

escravos do próprio Floriano (voltaremos a este caso mais adiante) e também Américo, em 28 de novembro de 1812, escravo de Dona Ana de Campos Paes (mulher do falecido Antônio de Camargo Penteado)<sup>40</sup>. Américo, juntamente com seu irmão Felizardo crioulo, foi condenado em 1832 por envolvimento no plano de insurreição. Vejamos, então, um pouco de sua história.

Américo era o segundo filho do casal de escravos João e Maria, pertencentes a Antônio de Camargo Penteado. Em 1812, quando este senhor morreu, toda a família de Américo ficou com a sua senhora, Dona Ana de Campos Paes<sup>41</sup>. João e Maria, assim como o casal José e Catharina, chegaram em Campinas entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. A primeira vez em que encontrei João no censo populacional é no ano de 1800, com dezesseis anos e solteiro. Já Maria chegou à fazenda de seu senhor, ao que parece, em 1804. Ela é descrita como tendo doze anos e solteira. João era proveniente do sul de Angola (Benguela) e Maria, mesmo não tendo sua origem identificada, provavelmente veio dessa região. O censo indica que João e Maria se casaram apenas no ano de 1811<sup>42</sup>, mas o certo é que antes disso já estavam juntos, pois em 1809 é registrado o batismo de Felizardo, o primeiro filho do casal levado à igreja matriz da cidade<sup>43</sup>.

João e Maria tiveram um total de quatro filhos registrados na igreja; Felizardo, nascido em 1809 e batizado em 26 de novembro desse mesmo ano; Américo, nascido em

---

<sup>40</sup> AEL, 1812, FPE, Registro de batizado de escravos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Américo, 28/11/1812. AEL, 1815, FPE, Registro de batizado de escravos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Américo, 28/09/1815.

<sup>41</sup> CMU, 1812, TJC, Inventários de Campinas, 1º ofício, cx.9, n. 280, Antonio de Camargo Penteado, 23/05/1812.

<sup>42</sup> Ver apêndice 1 – Antonio de Camargo Penteado, 1800, 1804, 1811.

<sup>43</sup> AEL, 1809, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Felizardo, 26/11/1809.

1812; Elizeu, em 1822 e Florência, em 1825<sup>44</sup>. Diferentemente da maioria dos cativos batizados na igreja, todos esses crioulos tiveram padrinhos livres, com exceção apenas de Américo que fora batizado por José e Catharina. Os padrinhos de Felizardo foram Estevão Gonçalves de Araújo e Maria Bueno (sua esposa); os padrinhos de Elizeu foram José Leite de Carvalho e Ana Maria da Maternidade (sua irmã) e os da crioula Florência foram Joaquim Venceslau de Oliveira e Ana Maria Araújo. Não consegui identificar se esses padrinhos livres eram parentes de Antônio de Camargo Penteado ou de sua esposa. Mas a julgar pelo sobrenome desses indivíduos, podemos sugerir que eram ligados entre si por relações familiares. O padrinho Estevão Gonçalves de Araújo não seria parente de Ana Maria de Araújo? É bem possível que sim. Podemos notar também que os padrinhos do crioulo Elizeu eram irmãos. Assim, acredito que a maior parte desses padrinhos pertenciam a uma mesma família e eram próximos de Antônio de Camargo Penteado e sua esposa e também de seus escravos.

O fato desses cativos terem padrinhos livres pode indicar, em primeiro lugar, que João e Maria possuíam contatos constantes com pessoas livres, o que era facilitado principalmente por escravos que desempenhavam alguma profissão especializada ou doméstica. No inventário de 1812 de Antônio de Camargo Penteado, o avaliador não teve o cuidado de especificar a tarefa desempenhada pelos cativos na propriedade. Olhando, porém, as listas do censo populacional, percebemos que a partir do ano de 1822, o casal João e Maria é apresentado em segundo lugar na lista, ou seja, faziam parte dos cativos

---

<sup>44</sup> AEL, 1812, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Américo, 28/11/1812. AEL, 1822, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Elizeu, 11/05/1822. AEL, 1825, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Florência, 30/03/1825.

mais próximos do nome senhorial – pode ser, portanto, que esta proximidade simbólica apresentada pelas listas refletissem também uma proximidade no cotidiano.

Além disso, os padrinhos de batismo eram aquelas pessoas que teoricamente deveriam colaborar na formação espiritual e também material de seus afilhados. Na ausência dos pais, os padrinhos eram as pessoas mais indicadas para substituí-los. A bibliografia sobre família escrava no Brasil tem apresentado alguns casos (apesar de poucos) bastante reveladores de como os padrinhos livres podiam ajudar seus afilhados escravos. Narrando a trajetória da família escrava de Francisco, Joana e seus filhos, também em Campinas, na segunda metade do século XIX, Robert Slenes, no artigo *Senhores e Subalternos no oeste paulista*, mostra como um dos padrinhos livres dos filhos deste casal de escravos colaborou não só com os afilhados, mas também com toda a família. No momento da morte do senhor desses cativos, Joana e seus filhos foram libertados, porém, pelo fato serem ainda menores (à exceção de Joana), nomeou-se um tutor. O indicado para tal função fora Feliciano Cavalheiro Leite, o padrinho da menor Cândida. Feliciano Leite aceitou a tarefa e na “linguagem da lei” prometeu “zelar das suas pessoas, tratar das suas demandas e negócios e requerer todo o seu direito e justiça para que não sofram prejuízo e lesão alguma”. Pouco tempo depois, Feliciano Leite ajudou novamente a família de Joana, concordando em representar Francisco (marido de Joana e pai das crianças) na justiça, quando este homem veio requerer a liberdade<sup>45</sup>. Enfim, esse caso pode ajudar a iluminar o que significava para os escravos ter padrinhos livres. No ano de 1832, quando Felizardo foi condenado por envolvimento no plano de revolta, teriam seus padrinhos intercedidos por

---

<sup>45</sup> Slenes, Robert W., “Senhores e subalternos no oeste paulista”, in: Alencastro, Luís Felipe de (org.), *História da vida privada no Brasil, vol II: Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 233-290.

ele junto a Dona Ana de Campos Paes? É provável que sim; é possível que essas ligações com o mundo dos livres possam ter colaborado até mesmo no abrandamento de Felizardo.

Anteriormente sugeri que João e Maria tinham uma certa proximidade com a casa senhorial e também com algumas pessoas livres. Mas é importante notar também que o casal tinha bastante consideração dentro da própria comunidade escrava. João e Maria foram convidados quatro vezes para batizar outros escravos. Um número bastante alto de batismo para um mesmo casal escravo. Na propriedade de Dona Ana de Campos, foram dos que mais tiveram afilhados. Revelador ainda é identificar os afilhados desse casal. A primeira crioula que João e Maria batizaram foi a cativa Maria, filha dos nossos já conhecidos, José e Catharina, pais de Fabiano (interessante notar que Maria é batizada em 27 de setembro de 1812, dois meses depois, em 28 de novembro de 1812, José e Catharina tornam-se padrinhos do Américo, segundo filho de João e Maria); o segundo afilhado do casal João e Maria é o crioulo Apolinário, também filho de José e Catharina, batizado em 1816; a terceira é Vitorina, filha de João e Quitéria, escravos de Floriano de Camargo (já citamos esse caso anteriormente, mas vale a pena lembrar que João e Quitéria tiveram uma filha casada com um dos capitães do plano de revolta de 1832) e Clara, filha de Antônio e Joana, escravos da própria Dona Ana de Campos<sup>46</sup>.

Esses dados nos mostram que as relações entre os escravos de Floriano de Camargo Penteado e os cativos de seu irmão Antônio de Camargo Penteado e sua esposa, Dona Ana de Campos, sempre foram muito próximas. Dos quatro afilhados de João e Maria, três eram moradores das propriedades de Floriano. Isto, porém, não era uma exceção. Analisando

---

<sup>46</sup> AEL, 1812, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Maria, 27/09/1812. AEL, 1815, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Clara, 01/01/1815. AEL, 1816, FPE, Registro de batismo escravo da igreja

todos os registros de batismo da propriedade de Antônio de Camargo Penteado entre 1792 e 1832, notamos que os escravos desse senhor, ao buscar padrinhos para seus filhos, procuravam escravos preferencialmente nas propriedades de Floriano de Camargo, em detrimento da própria fazenda em que moravam. Nas propriedades de Floriano, encontramos uma situação um pouco diferente, mas que de certa forma completa as informações acima. Ao definir padrinhos escravos para seus filhos, os cativos de Floriano escolhiam em primeiro lugar escravos da própria fazenda e em segundo lugar buscavam padrinhos na fazenda de Antônio de Camargo Penteado. Sem dúvida alguma, a concepção de comunidade escrava passava por cima da cerca das duas propriedades. Não é à toa que, em 1832, as fazendas de Floriano e também as de seu irmão tiveram cativos citados no plano. Se os escravos de ambas tinham forte contatos, estabeleciam importantes relações de parentesco, por que, então, no momento de confiar a um parceiro a elaboração de um plano de revolta as escolhas seriam diferentes? Não foram.

Importante notar ainda que no ano de 1829 é possível identificar no censo populacional da cidade toda a família de Felizardo e Américo, com exceção apenas da jovem Florência. Esta crioula que nascera em 1825 nunca foi encontrada em nossa documentação<sup>47</sup>. Assim, pode ter sofrido o mesmo destino de muitas crianças escravas da época que morriam com poucos anos de vida ou, então, quem sabe acabou conseguindo a alforria. De qualquer forma, podemos dizer que quase toda a família dos crioulos Felizardo e Américo estava viva no momento em que esses dois cativos foram indiciados por envolvimento com o plano de revolta de 1832.

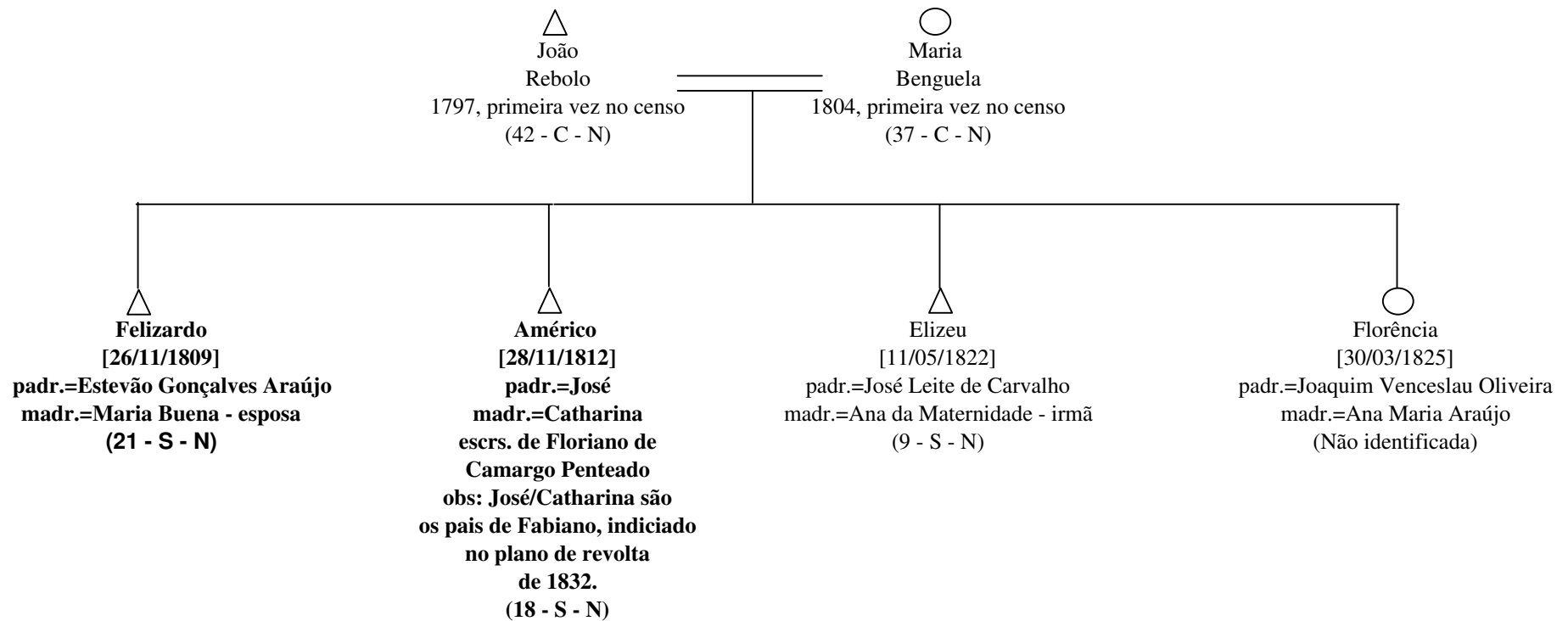
---

de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Apolinário, 22/12/1816. AEL, 1818, FPE, Registro de batismo escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, rolo 18, Vitorina, 07/06/1818.

<sup>47</sup> Ver apêndice 1 – Antonio de Camargo Penteado, 1829.

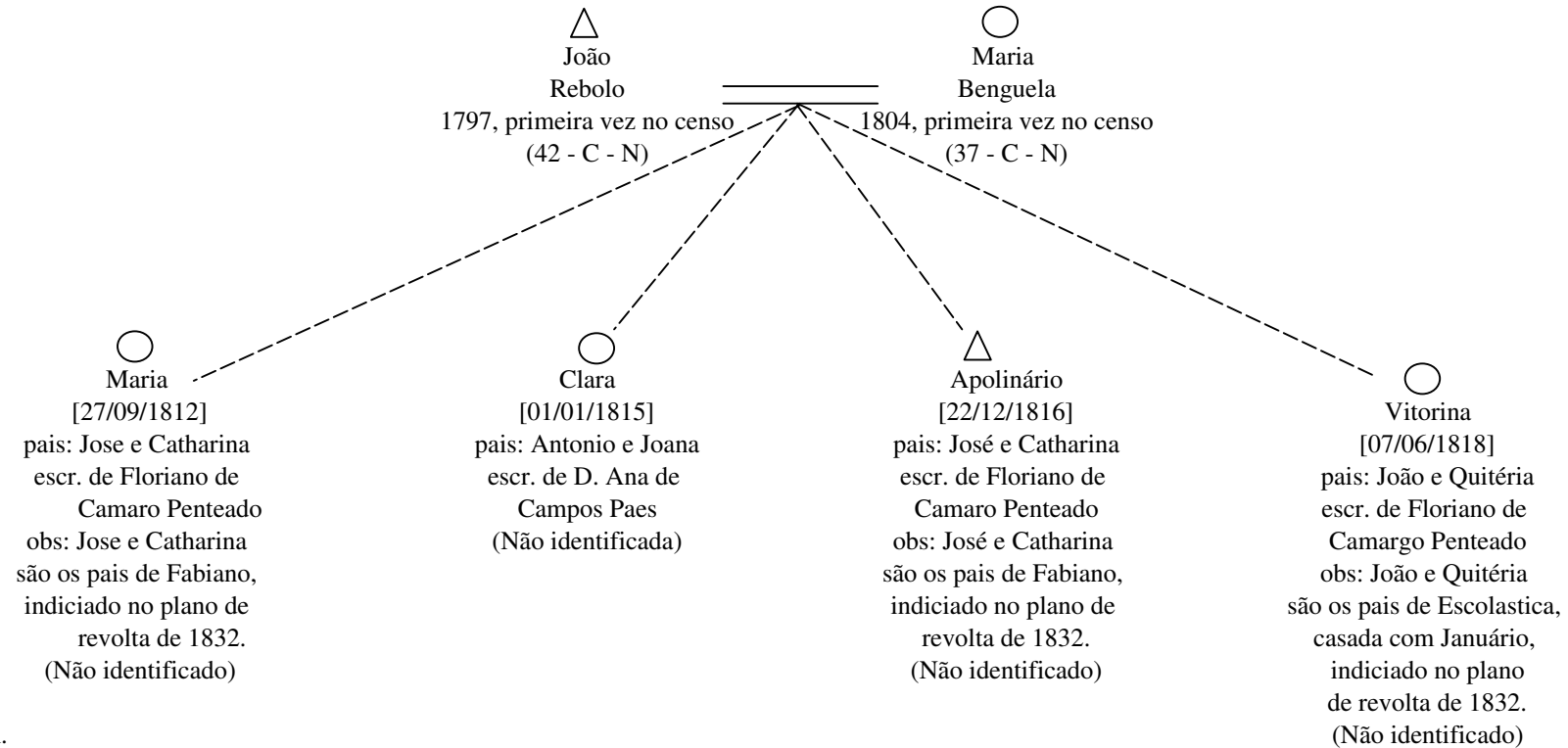
Figura 4

## A Família de Felizardo e Américo



- △ Homem.  
 ○ Mulher.  
 = Matrimônio.  
 | Filiação.  
 { } Data casamento igreja.  
 [ ] Data do batizado igreja.  
 ( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.  
 Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

**Figura 5**  
**Os afilhados de João e Maria (pais de Felizardo e Américo)**



- △ Homem.  
 ○ Mulher.  
 = Matrimônio.  
 --- Compadrio.  
 { } Data casamento igreja.  
 [ ] Data do batizado igreja.  
 ( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.
- Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.



Enfim, esses são alguns dados da trajetória de Felizardo e Américo em Campinas que ajudam a entender um pouco mais das relações que estes cativos teceram ao longo de suas vidas. Nasceram em datas próximas em uma área de plantation, pertenciam a uma das famílias mais antigas da propriedade e acabaram entrando juntos na elaboração de um plano de revolta em busca de suas liberdades.

### *Idade dos revoltosos*

Agora que já conseguimos identificar a data de chegada da maioria dos africanos envolvidos no plano de revolta de 1832 e também localizar os registros de nascimento dos crioulos, podemos nos aventurar, então, em meio às idades desses escravos. Ao total, foram localizadas as idades de vinte e dois cativos (os mesmo vinte e dois que tiveram suas datas de chegada identificadas), vejamos, então, o que descobrimos. Dividindo os condenados do plano de revolta em quatro faixas etárias (15-19 anos, 20-29 anos, 30-39, 40-49), notamos que no ano de 1832 apenas um escravo (4,5%) estava inserido na faixa dos 15-19 anos, quatorze escravos (63,6%) tinham entre 20-29 anos, cinco (22,7%) possuíam idades variando entre 30-39 anos e finalmente dois escravos (9%) estavam na faixa etária de 40-49 anos. Entre as lideranças, conseguimos identificar a idade de apenas seis escravos, sendo que quatro estavam na faixa etária de 20-29 anos e dois tinham entre 30-39 anos<sup>48</sup>.

A partir desses dados, podemos perceber que a maioria dos revoltosos estava inserida na faixa etária de 20-29 anos (63,6% do total), assim como a maioria da população cativa que habitava as grandes propriedades (com mais de 10 escravos) em Campinas no

---

<sup>48</sup> Ver apêndice 1 para localização nos levantamentos populacionais de Campinas de todos os senhores com escravos envolvidos no plano de revolta de 1832.

começo da década de 1830. De acordo com os dados apresentados no segundo capítulo dessa dissertação, esses escravos com 20-29 anos representavam perto 30% do total. Bastante significativa, porém, é a porcentagem de escravos mais velhos relacionados com a trama cativa. Somando a porcentagem dos revoltosos com 30-39 anos e também aqueles inseridos na faixa etária de 40-49 anos, encontramos o número de 31,6% do total. Na população cativa das fazendas de Campinas, a proporção de escravos com idade variando de 30-49 anos era de 29%, ou seja, um pouco abaixo ainda dos dados encontrados no processo-crime de 1832. É claro que é possível que os escravos com idade não-identificada estivessem todos eles alocados dentro da faixa etária de 20-29 anos, diminuindo, portanto, a proporção de escravos mais velhos envolvidos no projeto de insurreição (nesse caso, a porcentagem cairia para perto de 22%), mas ainda assim, poderíamos dizer que um número importante de cativos com uma idade mais avançada e mais tempo de vivência na escravidão estavam envolvidos com o plano de revolta escrava. Mas vejamos ainda outras informações sobre esses revoltosos antes de maiores conclusões.

## Capítulo VI – Os conspiradores do plano de revolta de 1832 - II

### *Trabalho nas fazendas*

A escravidão em Campinas durante a primeira metade do século XIX foi marcada pelos trabalhos nas lavouras de cana e pela produção do açúcar. Os africanos que aqui aportaram e também os crioulos que nasceram nas senzalas da região logo que possível eram inseridos nesse mundo do trabalho. A grande maioria era mandada para as roças, para plantar e cortar cana, cultivar alimentos, cortar madeira, capinar a terra e cuidar dos animais das fazendas. Um número menor adquiria um trabalho especializado ou doméstico, como o de ferreiro, sapateiro, tropeiro, cozinheiro e até mesmo de feitor. Entre os cativos envolvidos no plano de revolta, as coisas não foram diferentes. A maioria dos condenados no processo-crime de 1832 trabalhava dia após dia nas lavouras e roçados das fazendas da região, apenas um número menor tinha profissão especializada ou doméstica. O processo-crime indica que dos trinta e dois escravos condenados, cinco tinham uma ocupação mais específica (15%), sendo três tropeiros, um ferreiro e um cozinheiro. Além disso, o plano contava também com o liberto João Barbeiro. Entre as lideranças indicadas, duas possuíam um cargos especializados, Marcelino tropeiro e o próprio João Barbeiro<sup>1</sup>. Vejamos, então, alguns aspectos do trabalho desses escravos nas fazendas, deixando o caso do João Barbeiro para ser abordado mais à frente, em um capítulo separado.

Os dados acima nos mostram inicialmente que o plano de revolta conseguiu articular tanto escravos trabalhadores da roça, como escravos domésticos (cozinheiro) e também aqueles com profissão especializada (tropeiro e ferreiro). Analisando os

inventários post-mortem de Francisco Ignácio de Souza Queiroz, aberto em 1831, e o inventário de Floriano de Camargo Penteado, aberto em 1838, dois grandes produtores de açúcar e também ambos com escravos indiciados em 1832, podemos avaliar um pouco melhor essas informações. Nesses dois documentos, os cativos adultos dedicados às tarefas do campo representavam perto de três quartos do total. Já os escravos com profissão especializada e doméstica variavam de 21% (propriedades de Floriano de Camargo) a 24% (fazendas de Francisco Ignacio) dos escravos adultos<sup>2</sup>.

A partir desses dados podemos perceber que a atuação dos cativos especializados/domésticos no plano de revolta ficou um pouco abaixo do peso desse grupo nas fazendas de cana-de-açúcar da região. De qualquer forma, não deixa de ser bastante significativo que 15% dos principais articuladores e líderes da trama exercessem algum tipo de trabalho especializado ou doméstico. Essas tarefas freqüentemente possibilitavam uma maior autonomia e mobilidade dentro das próprias fazendas e, às vezes, dentro de uma grande região (como era o caso dos serviços dos tropeiros). Além disso, abriam maiores chances de acúmulo de pecúlio e criavam ainda boas possibilidades de trabalho em caso de conquista da alforria. Portanto, o fato de encontrarmos três cativos tropeiros, um cozinheiro e um ferreiro envolvidos na articulação e liderança do plano de revolta de 1832 nos parece um dado bastante significativo. Vejamos, porém, mais aspectos dos trabalhos nas fazendas produtoras de açúcar.

Os inventários post-mortem de Floriano de Camargo e Francisco Ignácio nos apresentam ainda outros dados a respeito dos cativos especializados/domésticos e nos

---

<sup>1</sup> AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, cx. 56, pasta 2, doc. 80, 03/02/1832.

<sup>2</sup> No inventário de Francisco Ignacio identifiquei 230 escravos (48 mulheres e 182 homens). Já no inventário de Floriano de Camargo Penteado foram identificados 126 escravos (23 mulheres e 103 homens). AEL, 1831, FPE, Inventário de Francisco Ignácio de Souza Queiroz, 1831 (cópia microfilme). CMU, 1838, Inventários de Campinas, 1<sup>a</sup> ofício, cx. 82, n.1941, Floriano de Camargo Penteado.

permitem entender um pouco mais dos caminhos percorridos na conquista de algumas dessas tarefas. Nos dois documentos, a maioria esmagadora dos cativos domésticos e com profissão especializada eram homens e africanos. No inventário de Francisco Ignácio, todos os cativos especializados e domésticos eram do sexo masculino e provenientes da África. Já na propriedade de Floriano de Camargo, encontramos apenas uma mulher com o serviço de costureira e dois crioulos (a escrava costureira e o administrador de uma das fazendas desse senhor)<sup>3</sup>.

Essa baixa proporção de mulheres ocupando cargos especializados/domésticos não era uma característica muito comum em grandes fazendas no século XIX. Os poucos estudos existentes a respeito desse tema mostram que as mulheres representavam uma parcela significativa entre os cativos especializado/domésticos, atingindo em alguns casos perto de 35% dos escravos nessas funções<sup>4</sup>. Os dados encontrados nos inventários de Francisco Ignácio e Floriano de Camargo nos levam, então, à elaboração de dois tipos de explicação; primeiro, a região de Campinas, no começo do século XIX, era um caso atípico em relação a outras localidades, com poucas mulheres alcançando cargos especializados/domésticos; segundo, a hipótese mais provável, a baixa proporção de mulheres estaria ligada ao fato desses dois documentos não registrarem sistematicamente os trabalhadores domésticos.

---

<sup>3</sup> AEL, 1831, FPE, Inventário de Francisco Ignácio de Souza Queiroz, 1831 (cópia microfilme). CMU, 1838, Inventários de Campinas, 1<sup>a</sup> ofício, cx. 82, n.1941, Floriano de Camargo Penteado.

<sup>4</sup> Stuart Schwartz analisando a distribuição de cargos especializados e domésticos entre os escravos, em inventários post-mortem, na Bahia, segunda metade do século XVIII, também em uma região produtora de açúcar, descobriu que 36% das mulheres com 14-45 anos tinham cargos especializados. Schwartz, Stuart B., *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 136. Também Robert Slenes apresenta dados a respeito da porcentagem de mulheres com profissão especializada/doméstica para a segunda metade do século XIX em Campinas. Trabalhando com as matrículas de escravos de 1873 e 1887, esse autor relata que em média 23,2% das mulheres tinham um trabalho especializado/doméstico. Slenes, Robert W., *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*, Tese de doutorado em história, Stanford: Stanford University, 1976, p. 533.

No inventário de Francisco Ignácio, os trabalhadores domésticos representam apenas 1,9% do total dos escravos adultos e no inventário de Floriano de Camargo essa porcentagem é 3%. Comparando esses números aos de outros estudos, percebemos que a porcentagem de cativos domésticos nesse dois documentos de Campinas são realmente pequenas. Manolo Florentino e José Roberto Góes analisando inventários post-mortem da região do Vale Paraíba fluminense, também uma zona produtora de açúcar, nas primeiras décadas do século XIX, encontraram porcentagens de escravos domésticos que variam de 6,8% a 10,4%. Stuart Schwartz analisando as mesmas variáveis, em uma região produtora de açúcar, no recôncavo da Bahia, na segunda metade do século XVIII, encontra índices de 24%. Schwartz mostra ainda que entre esses cativos domésticos, a grande maioria (80%) era formada por mulheres<sup>5</sup>. Portanto, o baixo número de escravas identificado nos dois inventários de Campinas, talvez, seja decorrência da baixa proporção de tarefas domésticas indicadas (ao que parece, os documentos se preocuparam em registrar apenas os cativos com profissão especializada).

Já a pequena porcentagem de crioulos com cargos domésticos/especializados pode ser explicada pelo fato da população crioula adulta ser ainda pouco numerosa nas primeiras décadas do século XIX. Na verdade, a proporção de crioulos adultos entre os especializados/domésticos seguiu em termos aproximados a proporção de crioulos adultos na população cativa dessas fazendas. No inventário de Francisco Ignácio, os crioulos não chegavam a 2% do total de cativos adultos e no inventário de Floriano de Camargo esse número era de 9,7% (no primeiro caso não encontramos crioulos especializados/domésticos e no segundo caso, identificamos dois crioulos, ou seja, 8% do total de escravos

---

<sup>5</sup> Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.109. Schwartz, Stuart B., *Segredos internos*, p.136.

especializados/domésticos). Além disso, o fato de um dos cargos de mais alta confiança dos senhores ser ocupado por um crioulo (no caso, a função de administrador), indica que os proprietários não viam impedimentos em colocar escravos crioulos em tarefas especializadas/domésticas.

Os inventários de Francisco Ignácio e Floriano de Camargo nos permitiram identificar ainda as procedências da maioria dos africanos com profissão especializada/doméstica. As análises nos mostram que africanos de diversas procedências desempenhavam essas funções. Na verdade, os números refletem as proporções quase que exatas dos diferentes grupos de africanos na população escrava das propriedades. Assim, nas fazendas de Floriano de Camargo, onde os dois principais grupos de africanos eram aqueles do Congo norte e Moçambique, na distribuição de tarefas esses também eram os dois principais grupos a ocupar trabalhos especializados/domésticos. Já nas fazendas de Francisco Ignácio, onde os africanos do Congo norte e também os do norte de Angola formavam os dois maiores grupos de procedência, nas ocupações dos trabalhos especializados/domésticos eram justamente esses dois grupos que tinham as maiores porcentagens. Os números, então, são os seguintes: nas fazendas de Floriano de Camargo Penteados 55% dos africanos com profissão especializada/doméstica eram provenientes do Congo norte, 20% eram de Moçambique, 15% do norte de Angola e 10% do sul de Angola (apenas para lembrar, as porcentagens dos diferentes grupos de africanos nas fazendas desse mesmo senhor em 1838 eram de: 48% do Congo norte, 17% de Moçambique, 13% norte de Angola, 14% sul de Angola e 8% desconhecido); já nas propriedades de Francisco Ignácio de Souza Queiroz os dados são: 48% dos africanos com profissão especializada/doméstica vinham do Congo norte, 15% eram do norte de Angola, 11% de Moçambiques, 7% de sul de Angola, 3,7% de Mina e 11% não-identificados (em suas

fazendas em 1831, a distribuição dos africanos era a seguinte: 42% do Congo norte, 22% norte Angola, 6% Moçambique, 6% de sul de Angola, 8% de Minas, 16% não identificados).

Tais números mostram que os senhores não privilegiavam grupos de determinada procedência em detrimento de outros ao distribuir os cativos pelas tarefas especializadas/domésticas. Ao contrário, faziam uma distribuição equivalente ao número de cada um dos grupos existentes nas senzalas<sup>6</sup>. Ao que parece, os senhores trabalhavam com a possibilidade de que todos os escravos, independente da origem, poderiam alcançar alguns desses cargos, ou seja, era um tipo de política de controle que a princípio não excluía nenhum escravo por conta de sua procedência, mas criava em todos a expectativa de vir alcançar algum cargo especializado/doméstico.

Mas se as procedências dos escravos nessas funções não registraram diferenças muito significativas em relação à população em geral dos escravos habitantes dessas fazendas, no que diz respeito às idades desses cativos foi possível notar algumas singularidades. Na tabela abaixo dividimos os escravos em quatro faixas etárias (15-19, 20-29, 30-39, 40 ou mais) e reorganizamos as funções especializadas em quatro categorias: escravos com funções administrativas (administradores e feitores), escravos trabalhadores nos engenhos (banqueiros e moedores), escravos envolvidos no transporte (carreiros e tropeiros) e escravos artesãos (ferreiros, marceneiros, pedreiros, etc). Além disso,

---

<sup>6</sup> Robert Slenes argumenta que na segunda metade do século XIX em Campinas os cargos especializados e domésticos eram ocupados preferencialmente por campineiros e cativos provenientes do centro-sul do Brasil (africanos e cativos vindos do norte e nordeste do Brasil tinham baixas porcentagens na ocupação desses cargos), Slenes, Robert W., *The demography and economics of brazilian slavery*, p. 536. Schwartz também identificou que na Bahia, segunda metade do século XVIII, a maior parte dos cargos especializados e domésticos era ocupado por pardos e crioulos. Schwartz, Stuart B., *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.137. Portanto, ao que parece em diferentes locais e períodos podemos notar diferentes formas de controle por meio da distribuição de cargos, especializados e domésticos nas fazendas.



mantivemos a variável escravos domésticos, apesar de seus números, como discutimos acima, serem bastante baixos<sup>7</sup>.

**Tabela 9**

<b>Distribuição dos escravos especializados e domésticos por faixa etária</b>					
<u>Faixa etária/Profissões</u>	<u>15-19</u>	<u>20-29</u>	<u>30-39</u>	<u>40 ou mais</u>	<u>Total</u>
No. De casos domésticos	1	2	0	0	3
% Domésticos	33,3	66,7	0,0	0,0	100
No. De casos transporte	0	8	10	1	19
% Transporte	0,0	42,1	52,6	5,3	100
No. De casos artesãos	4	7	4	3	18
% Artesãos	22,2	38,9	22,2	16,7	100
No. De casos engenho	0	6	6	10	22
% engenho	0,0	27,3	27,3	45,5	100
No. De casos administração	0	0	0	1	1
% Administração	0,0	0,0	0,0	100,0	100
Todas as profissões juntas	5	23	20	15	63
%	7,9	36,5	31,7	23,8	100

Fonte: Inventário post-mortem de Floriano de Camargo Penteado (1838) e de Francisco Ignácio de Souza Queiroz.

A partir da tabela podemos perceber que o tempo de permanência nas fazendas era um fator fundamental na conquista de determinados cargos, como os de administradores e os que envolviam diretamente a produção do açúcar, moedores e banqueiros. Apesar de nossa amostra ser pequena, nesses dois tipos de ocupações encontramos significativa porcentagem de escravos com 40 anos ou mais – na ocupação de administrador; o único escravo identificado tinha mais de 40 anos, e nos serviços do engenho, 45,5% estavam inseridos nesta faixa etária. Essas funções, todavia, possuíam certas particularidades que ajudam a explicar esses dados. O cargo de administrador estava ligado diretamente à produtividade e à disciplina de uma fazenda. Apenas os escravos que inspirassem grande

<sup>7</sup> Os casos de função especializada encontrados foram os seguintes: Administração (administrador); Trabalhadores engenho (banqueiro e moedor); Transporte (carreiros e tropeiros); Artesãos (carpinteiro,

confiança em seus senhores acabavam ocupando tais cargos. Nesse sentido, o tempo de vivência nas fazendas era fundamental para um escravo mostrar, ao longo de vários anos, lealdade ao seu senhor. Também os trabalhos nos engenhos, ao que parece, eram reservados aos cativos mais confiáveis aos olhos senhoriais. Era na casa do engenho que estava depositado boa parte do capital dos senhores. A sabotagem de uma das engrenagens das moenda poderia trazer grandes prejuízos no concerto desse maquinário, como também poderia causar perdas significativas na produção de uma safra de açúcar. Além disso, a produção do açúcar exigia uma série de habilidades que a grande maioria dos escravos só veio obter nas fazendas da região – diferentemente de outras profissões, pois alguns escravos poderiam ter adquirido conhecimentos prévios antes de serem mandados para o Brasil, como o trabalho de ferreiro. Portanto, não é de estranhar que a maior parte dos escravos que ocupavam essas funções tivessem mais de quarenta anos e um bom tempo de vivência na escravidão.

Com relação as demais ocupações, a tabela revela que os escravos se dividiam principalmente na faixa etária de 20-29 anos e também na faixa de 30-39 anos. A ocupação desses cargos, portanto, não tinha na variável ‘tempo de permanência nas fazendas’ um fator tão determinante, como no caso das funções administrativas e de engenho. De qualquer forma, esta variável não era totalmente desprezada. O fato dos mais jovens com ocupação especializada/doméstica possuírem 18 anos, revela que os escravos que mais rapidamente assumiam cargos específicos demoravam por volta de quatro ou cinco anos (considerando que chegavam no tráfico com 13 a 14 anos) de vivência na escravidão. Para a grande maioria, todavia, este tempo de espera deveria ser ainda maior. A ocupação de

---

ferreiro, pedreiro, sapateiro, alfaiate, cerreiro, lavrador de machado, feudaleiro, rebocedor); Doméstico (cozinheiro, pagem, costureira).

uma tarefa especializada/doméstica provavelmente acontecia apenas depois dos 20 anos de idade, tomando por base que as idades mais freqüentes entre os cativos com cargos especializados/doméstico eram de 25 e 30 anos – foram encontrados 16 casos de escravos com 25 anos e 13 casos de cativos com 30 anos.

Mas a ocupação desses cargos, ao que parece, estava ligada também a outros fatores além do tempo de cativo. É possível mesmo que os senhores aproveitassem do fato de alguns escravos terem conhecimentos prévios na realização de certos serviços para colocá-los em determinados cargos, como eram as tarefas de marceneiro, ferreiro, pedreiro, etc. Não deixa de ser significativo que todos os cativos inseridos na faixa etária de 15-19 anos ocupassem cargos ligados a habilidades artesanais, exceção apenas de um cozinheiro, pedreiro, aprendiz de carpinteiro e carpinteiro. Assim, a política de controle ligada a esses cativos que muito rapidamente assumiam um cargo especializado/doméstico provavelmente era a de que um mau comportamento poderia levar à perda dessa função, ou mesmo, à venda para outra propriedade, provocando o rompimento de uma série de laços de companheirismo e, quem sabe, até familiares já estabelecidos.

Comparando ainda esses dados com as informações dos escravos envolvidos no plano de revolta de 1832, podemos notar algumas semelhanças. O escravo ferreiro citado no processo-crime tinha por volta de 28 anos, ou seja, assim como a maioria dos cativos que exerciam a profissão de artesão estava inserido na faixa etária de 20-29 anos. Com relação ao cativo cozinheiro, envolvido no plano de revolta, não conseguimos ter muita precisão de sua idade, porém, estaria variando entre 39 anos e 42 anos, o que significa dizer que já era um cativo mais velho, com vários anos de vivência na escravidão. Em nossa amostra, como vimos acima, a proporção de escravos domésticos é bastante reduzida, dificultando uma análise mais apropriada. De qualquer forma, não é de estranhar a

identificação de um escravo mais velho ocupando o cargo de cozinheiro; a proximidade com a casa senhorial possivelmente exigisse escravos mais confiáveis aos olhos senhoriais. Por último, com relação os cativos tropeiros, consegui identificar a idade apenas de um deles, que tinha 17 anos (o escravo mais novo envolvido com o plano). Este número de certa forma destoa dos dados da nossa amostra, segundo a qual a maioria dos escravos envolvidos com o transporte tinha entre 30-39 anos. Mas não deixa de ser ilustrativo que era possível um escravo com poucos anos de vivência na escravidão conseguir ocupar algum desses cargos específicos.

Mas deixemos um pouco de lado esses dados estatísticos e vejamos como as tarefas desses tropeiros, ferreiros e cozinheiros podem ter colaborado com o plano de revolta de 1832. Os tropeiros, por definição, eram aqueles indivíduos responsáveis pelo transporte de mercadorias das fazendas. Toda a produção agrícola era transportada pelos tropeiros até os compradores. Da mesma forma, também as novas aquisições de produtos eram carregadas pelos tropeiros. O viajante Saint-Hilaire conta que, passando por Campinas em 1819, notou que alguns proprietários da região possuíam suas próprias tropas de burros destinadas a carregar suas produções de açúcar até o porto de Santos. Em média, comenta o viajante, as tropas levavam doze dias para fazer a viagem e cada burro carregava oito arrobas de açúcar, divididas em dois sacos. Os proprietários que não possuíam a suas próprias tropas tinham que pagar por este serviço que, segundo o próprio Saint-Hilaire, custava em torno de 340 a 400 réis por arroba de açúcar<sup>8</sup>.

Estes valores de certa forma ajudam a explicar por que os grandes proprietários possuíam suas próprias tropas de burro e também escravos especializados na ocupação de

---

<sup>8</sup> Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem à província de São Paulo*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p.111.

tropeiro. Floriano de Camargo Penteadado, por exemplo, que produzia milhares de arrobas de açúcar por ano, gastaria um valor muito alto no transporte de sua safra, caso não tivesse sua própria tropa especializada (em seu inventário de 1838, são identificados quatro escravos com a função de tropeiro). Apenas para efeito de comparação, no ano de 1819, este senhor produziu perto 2500 arrobas de açúcar, portanto, se tivesse que pagar 340 réis por arroba, gastaria por volta de 850\$000 réis, ou o valor médio de cinco escravos, homens, adultos, naquele ano<sup>9</sup>. Um custo bastante elevado, mesmo para o Floriano de Camargo que possuía nessa data 107 escravos<sup>10</sup>. Pode ser até mesmo que os valores do viajante estejam um pouco inflacionados, mas ilustram de qualquer forma os altos custos que os senhores tinham que arcar com o pagamento de terceiros no transporte de suas produções agrícolas.

Tudo isso, na verdade, revela outro aspecto do serviço desempenhado pelos tropeiros. Esses indivíduos possuíam, por conta de suas obrigações, uma grande mobilidade não só dentro das fazendas em que moravam, mas também em uma vasta região. Como vimos, eram enviados até Santos para vender a produção de açúcar de seus senhores, outras vezes iam até São Paulo (como relata o Marcelino tropeiro em seus depoimentos ao processo-crime) e também para as várias cidades da região, com as quais seus senhores realizavam comércio.

Se para seus senhores, essa grande mobilidade dos tropeiros dentro de uma vasta área, levando e buscando mercadorias significava uma importante economia de gastos ou quem sabe mesmo uma fonte de lucros, ao transportar as produções agrícolas de pequenos proprietários, para os escravos representava a possibilidade de ligação de um plano de

---

<sup>9</sup> CMU, 1819, TJC, Inventários de Campinas, 3a. Ofício - Cx 255 - Proc 6615, Ana Maria Gusmão. CMU, 1819, TJC, Inventários de Campinas, 1a. Ofício - Cx 20 - Proc 549, José Rodrigues Amaral. CMU, 1819, TJC, Inventários de Campinas, 1a. Ofício - Cx 20 - Proc 547, Leonardo Moreira Cunha. CMU, 1819, TJC, Inventários de Campinas, 1a. Ofício - Cx 20 - Proc 548, Rosa Maria Campos.

<sup>10</sup> Ver apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteadado, 1819.

revolta com diferentes fazendas e sítios da região e também com outras cidades. A ramificação da trama de 1832 até a cidade de São Paulo só foi feita graças às viagens do cativo Marcelino tropeiro. Também a articulação entre as quinze fazendas da beira do rio Atibaia certamente foi facilitada pelas atuações dos tropeiros envolvidos no plano. Os escravos sabiam que as chances de sucesso de uma revolta aumentariam proporcionalmente em relação ao número de escravos e fazendas que conseguissem articular. Não eram sem sentido as preocupações das autoridades locais de que um plano de revolta escrava tivesse ramificações em mais de uma cidade, obrigando, portanto, a divisão das forças repressivas.

As viagens dos tropeiros proporcionavam também um maior contato com pessoas pertencentes a vários grupos sociais. Em suas longas caminhadas pelas estradas da província, acabavam encontrando outros escravos, libertos e também gente livre, com quem trocavam idéias e se informavam das novidades. As informações que os cativos tinham sobre os acontecimentos políticos de 1831, por exemplo, foram trazidas por Marcelino tropeiro de seus encontros com o João Barbeiro, em São Paulo. Também o contato dos tropeiros com comerciantes do porto possivelmente rendia notícias de outras regiões do império ou até, provavelmente, de outros países. O retorno dos tropeiros às fazendas, portanto, não deveria ser aguardado com ansiedade apenas pelos senhores, interessados em saber os resultados dos negócios realizados, mas também por escravos, esperando notícias de outros mundos que ficaram e de outras pessoas que se foram.

O plano de revolta de 1832 contou também com a participação do escravo Francisco cozinheiro. O trabalho desse cativo era realizado na propriedade Figueira, onde moravam perto de quarenta e cinco escravos, oito agregados, além de seu senhor e sua senhora. A rotina de trabalho começava cedo, antes mesmo de todos os demais se levantarem. O

cozinheiro era responsável pela alimentação dos moradores da fazenda e chegava a preparar até três refeições por dia.

O trabalho do cozinheiro, assim como o dos tropeiros, todavia, facilitava o conhecimento de novas notícias. O contato mais freqüente com seu senhor e familiares facilitava a escuta das conversas na casa-grande. Como relata Flávio dos Santos Gomes, os escravos que desempenhavam tarefas domésticas poderiam ficar sabendo, antes dos demais, as intenções dos senhores de vender algum cativo, os rumos da partilha de um inventário, os dias que seus senhores estariam ausentes, enfim, uma série de assuntos que certamente interessavam aos escravos<sup>11</sup>. Os cativos domésticos também poderiam se informar a respeito de mudanças políticas maiores (como o fim do tráfico, abolição da escravidão indígena, etc), ao ouvirem seus senhores discutirem tais assuntos.

Além disso, os escravos cozinheiros tinham uma maior mobilidade dentro da fazenda, facilitando o contato tanto com outros escravos que desempenhavam funções especializadas, como também com outros cativos trabalhadores da roça. Importante notarmos ainda que os cativos, em seus depoimentos sobre o plano de revolta de 1832, relataram que as mezinhas, elaboradas por Diogo Rebolo, eram um preparado de raízes que ajudariam a fechar o corpo dos escravos e também deixariam a reação senhorial lenta aos ataques dos cativos. Estariam, então, os revoltosos colocando algumas dessas raízes na comida senhorial? Estaria o cativo Francisco cozinheiro desempenhando esse tipo de papel? É possível que sim.

O processo-crime indicou também a participação de Joaquim ferreiro na elaboração do plano de revolta. Em seu depoimento ao processo-crime, Joaquim ferreiro comenta que

---

<sup>11</sup> Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 225-226.

fora procurado por alguns capitães do plano de insurreição para produzir armas, porém, nega que tenha colaborado. É claro que não temos como saber se o cativo Joaquim ferreiro estava falando a verdade ou se estava apenas tentando minimizar uma possível condenação. Mas, de qualquer forma, a participação de um ferreiro na preparação de uma revolta, sem dúvida, cumpre um papel fundamental. Uma das poucas formas dos escravos conseguirem armamentos para uma insurreição, sem provocar grande desconfiança em seus senhores, era por meio das habilidades dos ferreiros. Em sua rotina de trabalho com a forja, o ferro e outros materiais que compõem os utensílios desse ofício, não seria difícil produzir zagaiais, flechas, facas ou qualquer outro tipo de armas.

Joaquim ferreiro habitava a fazenda Duas Pontes, pertencente ao capitão-mor Floriano de Camargo Penteado e, ao que parece, era bastante valorizado por seu senhor. No inventário de Dona Paula Joaquina, mulher de Floriano de Camargo, aberto em 1830, Joaquim ferreiro é o escravo mais bem avaliado da fazenda, atingindo o preço de 650\$000, sendo que em média o valor dos cativos (homens e adultos) dessa mesma fazenda era de 400\$000<sup>12</sup>. Também uma outra característica marcante desse escravo é que seu nome sempre vinha acompanhado de seu ofício, tanto no processo-crime, quanto no inventário de seu senhor. Enquanto todos os outros são João Congo tropeiro, Marcelino Monjolo tropeiro, ou então, não se informava a profissão, ficando apenas João Congo, Marcelino, Joaquim é o único que sempre é “Joaquim ferreiro”. Por isso mesmo, nunca conseguimos identificar sua procedência, mesmo no inventário de Floriano de Camargo, que apresenta sistematicamente a origem dos africanos; seu nome sempre é ligado ao ofício que desempenhava e nunca a alguma outra característica<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 1<sup>a</sup> ofício, cx. 9, n. 280, Dona Paula Joaquina de Andrade.

<sup>13</sup> Camila Augustine analisou a questão das identidades escravas que perpassavam as formas de apresentação de nomes de escravos, Augustine, Camila, ..



Assim, se para seu senhor, Joaquim ferreiro era valorizado por sua profissão e habilidades, representando a possibilidade de economia com uma série de materiais, para os escravos, certamente tinha outros significados. Como vimos, Joaquim ferreiro foi visto pelos capitães do plano de revolta como uma das formas de conseguir armamentos para a insurreição. Além disso, em várias sociedades centro-africanas, os ferreiros eram figuras bastante respeitadas, pois eram aqueles que proveriam seu povo tanto com as armas de guerra, como com as ferramentas de trabalho. Portanto, Joaquim ferreiro era uma figura respeitada e admirada, que poderia colaborar tanto na preparação de armas para o levante, como na congregação dos cativos para um plano de insurreição.

Assim, a ocupação de um cargo especializado ou doméstico por um escravo representava sempre uma posição bastante ambivalente. Ao mesmo tempo que essas tarefas significavam uma diferenciação em relação à grande maioria dos cativos que trabalhava na roça, a possibilidade de maior autonomia e mobilidade, maiores chances de acúmulo de algum pecúlio e também boas possibilidades de encontrar algum trabalho depois da alforria (Manolo Florentino e José Roberto Góes identificam ainda que os escravos especializados/domésticos tinham índices maiores de uniões legítimas, o que garantiria uma maior estabilidade conjugal, principalmente em momentos de partilhas de bens).<sup>14</sup> Os ofícios especializados/domésticos representavam também maior contato com outros escravos, com forros e gente livre, informações antecipadas a respeito de algumas decisões senhoriais (como a venda de algum cativo, os rumos de uma partilha de inventário, a ausência de senhores e feitores) e também o conhecimento antes de todos os demais cativos das fazendas de determinadas mudanças políticas. Portanto, eram escravos que tinham maiores possibilidades de se envolverem com idéias abolicionistas, maiores chances de

mobilizar diferentes fazendas para um plano de revolta e ainda por conta de suas habilidades manuais (como no caso de ferreiro) poderiam produzir até mesmo algum armamento.

Não é de estranhar, assim, a participação e liderança desses escravos em vários planos de revolta. Marcos Ferreira de Andrade, estudando a revolta de Carrancas em Minas Gerais no ano de 1833, identificou que cerca de 16% dos indiciados ocupavam cargos especializados. Já Flávio dos Santos Gomes, estudando um plano coletivo de revolta e formação de quilombo em 1838 em Vassouras, encontrou dados bastante surpreendentes. Entre os escravos indiciados, perto de 67% exerciam algum tipo de trabalho especializado ou doméstico<sup>15</sup>. Portanto, a preparação de um plano de insurreição, apesar dos riscos que envolvia, conseguia freqüentemente articular cativos com as mais diferentes ocupações nas fazendas. As possibilidades abertas aos escravos especializados/domésticos (maior autonomia, conhecimento prévio de certas informações) não raras vezes eram utilizadas em favor da liberdade da comunidade escrava da fazenda e não apenas do próprio cativo.

#### *Casados e solteiros entre os conspiradores*

Percorrendo as listas do último censo populacional de Campinas, elaborado antes da descoberta do plano de revolta de 1832, foi possível identificar o estado civil da maioria dos conspiradores. Dos trinta e três condenados, consegui dados do estado civil de vinte e

---

<sup>14</sup> Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas*, p.108.

<sup>15</sup> Andrade, Marcos ferreira de, *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*, Dissertação de mestrado, UFMG, 1996, p.193. Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas*, p.221 e 222. Também Emília Viotti da Costa encontrou a participação de escravos especializados/domésticos na revolta escrava de Demerara. Costa, Emília Viotti da, *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 235.

dois escravos, sendo que 14 estavam classificados como solteiros e 8 como casados. Transformando esses números em porcentagens veremos, então, que 63,4% dos condenados no plano de revolta, com o estado civil identificado, estavam na categoria de solteiros e 36,6% eram classificados como casados. Entre os capitães da trama cativa, os dados são ainda maiores. Das dez lideranças, conseguimos informações para seis escravos, sendo que 3 eram solteiros e 3 casados<sup>16</sup>.

A análise inicial desses dados impressiona pelo grande número de escravos casados entre os envolvidos no plano de revolta de 1832. A população escrava das quinze fazendas relacionadas à trama cativa, na década de 1830, era majoritariamente masculina. A porcentagem de homens entre os escravos adultos estava perto dos 75% (confirma), o que representava, entre outras coisas, poucas possibilidades de acesso a um casamento para a grande maioria dos homens. Segundo o censo populacional de Campinas do ano de 1829, essas mesmas propriedades envolvidas no plano de revolta tinham uma proporção de homens adultos casados de 23%, ou seja, uma porcentagem abaixo dos dados identificados entre os revoltosos de 1832 – mesmo na hipótese de que todos os escravos que não tiveram o estado civil identificado estejam na categoria de solteiros, os dados do plano de revolta revelariam ainda uma proporção superior de cativos casados do que a encontrada no censo populacional de 1829, seriam 24 solteiros (75%) e 8 casados (25%); seguindo o mesmo tipo de raciocínio para as lideranças, ficaríamos com 11 escravos solteiros (68,8%) e 5 casados (31,2%), um número ainda maior do que o encontrado para todo o plano de revolta<sup>17</sup>.

A historiografia sobre família escrava no Brasil tem se avolumado bastante nos últimos anos. Dos poucos estudos da década de 1970 que procuraram mostrar a partir de

---

<sup>16</sup> Para localização dos cativos nos levantamentos populacionais, ver apêndice 1.

<sup>17</sup> Para a localização das propriedades envolvidas no plano de revolta, na documentação do censo de 1829, ver apêndice 1.

dados demográficos a existência de relações familiares entre os escravos, contamos atualmente com uma série de trabalhos que analisam os significados do parentesco e a importância da família na conformação da comunidade escrava<sup>18</sup>. Os altos índices de casamento identificado entre os revoltosos nos levou a um contato maior com essa bibliografia e também a uma busca por mais dados sobre o casamento escravo nas propriedades envolvidas no plano de revolta de 1832. Vejamos, então, mais aspectos das relações familiares cativas.

Baseado no censo populacional de 1829, dividimos a população escrava adulta das propriedades envolvidas no plano de revolta de acordo com o estado civil e em cinco faixas etárias 0-14 anos, 15-19 anos, 20-29 anos, 30-39 anos, 40 anos ou mais<sup>19</sup>.

**Tabela 10**

	<b>Distribuição dos escravos casados e viúvos por faixas etárias</b>			
	Número total de escravos	% de casados e viúvos		
		Ambos os sexos	Homens	Mulheres
0-14 anos	140	2,1	0	5,2
15-19 anos	108	11,1	3,6	36
20-29 anos	190	31,1	20,9	73
30-39 anos	96	49	40,3	84,2

<sup>18</sup> Para os trabalhos da década de 1970 sobre família escrava, ver: Graham, Richard, "A família escrava no Brasil colonial", in: *Escravidão, reforma e imperialismo*, São Paulo: Perspectiva, 1979. Slenes, Robert W., *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Tese de doutorado, Stanford: Stanford University, 1976. Para estudos mais recentes sobre família escrava, ver: *População e família*, vol.1, n. 1, São Paulo, jan-jun, 1998 (número especial família escrava). Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Mattos, Hebe Maria, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Motta, José Flávio, *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, São Paulo: Fapesp, Annablume, 1999. Rocha, Cristiany Miranda, *Histórias de famílias escravas*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

<sup>19</sup> Dos onze senhores citados no plano de revolta de 1832, conseguimos localizar para 8 deles, as listas de seus escravos no censo populacional de 1829, ver apêndice 1.

40 ou mais anos	46	67,4	62,5	78,6
-----------------	----	------	------	------

Fonte: Levantamento populacional de 1829

Podemos perceber que a proporção de escravos casados e viúvos, tanto de homens como de mulheres, aumenta significativamente com o passar do tempo. Enquanto na primeira faixa etária praticamente não encontramos escravos casados/viúvos (apenas 3 escravas, uma com 13 anos e 2 com 14 anos), nas outras faixas de idade a proporção cresce até chegar ao topo de 62,5% no caso dos homens (40 anos ou mais) e 84,2% no caso das mulheres (30-39 anos). Ao que parece, quanto mais velho era o escravo, mais chances tinha de alcançar um casamento. Já para as mulheres podemos dizer que o mesmo era verdade até a idade de 39 anos. Importante notar, todavia, que mesmo com essa queda na porcentagem de mulheres casadas e viúvas na faixa etária de 40 anos ou mais, ainda seus números são significativamente superiores ao de homens casados. As altas taxas de masculinidade facilitavam o encontro de um parceiro<sup>20</sup>.

Esses dados são interessantes ainda para compararmos com as idades dos cativos envolvidos no plano de revolta de 1832. Como vimos, a grande maioria estava inserida na faixa etária de 20-29 anos (14 dos 22 escravos com a idade identificada, ou 63,6%). Entre esses escravos, descobrimos que 4 eram casados, ou seja, 28,5% dos revoltosos inseridos nessa faixa etária eram casados, sendo que na população escrava das fazendas apenas 20,9% dos homens escravos nessa faixa etária conquistavam um casamento. Já na faixa etária de 30-39 anos, identificamos 5 escravos revoltosos, sendo dois casados (40%). Na população cativa das fazendas, perto de 40,3% dos escravos nessa mesma faixa etária eram

---

<sup>20</sup> Robert Slenes argumenta que devido às altas taxas de masculinidade, as mulheres tinham maior poder de barganha no momento de escolher um parceiro escravo; “esta alta razão de masculinidade, junto com o maior tamanho do fogo/plantel, fazia com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior de potenciais maridos,

casados, ou seja, uma proporção de escravos casados no plano de revolta quase igual à porcentagem do censo populacional. Finalmente, na faixa que compreende os escravos com 40 anos ou mais, identificamos dois revoltosos, sendo os dois casados (100%). Na população cativa das fazendas, 53% eram casados. Assim, a proporção de cativos casados envolvidos no plano de revolta não é superior apenas à porcentagem geral dos homens casados, mas superior também em praticamente todas as faixas etárias.

Foi possível analisar ainda quanto tempo esses escravos demoraram para contrair matrimônio depois que chegaram à região. Dos oitos cativos casados, notamos que um apareceu pela primeira vez no censo populacional de Campinas no ano de 1811, seis apareceram em 1822 (o último censo anterior a 1822 é o censo de 1818, o que significa dizer que os escravos podem ter chegado nas fazendas da região entre 1819-1822) e um em 1825<sup>21</sup>. Assim como a maioria dos revoltosos, quase todos os escravos casados viviam na região há mais de dez anos, quando se envolveram na trama. A diferença significativa é que estes cativos conseguiram contrair matrimônio. O escravo que aportou nessas terras no ano de 1811, nosso conhecido Diogo Rebolo, conseguiu casar-se seis anos mais tarde, em 1817. Entre os que chegaram no período de 1819-1822, praticamente todos aparecem como casados pela primeira vez no censo populacional da cidade no ano de 1829, exceções apenas a dois escravos, um que foi registrado como sendo casado em 1825 e outro, em 1822. Por último, o que aparece no censo pela primeira vez em 1825, já nesse ano é indicado como sendo casado. Nesses dois últimos casos, podemos sugerir, então, que talvez não fossem escravos recém-chegados do tráfico atlântico. É possível que pertencessem a outras propriedades e tenham sido recebidos em herança ou comprados pelos seus novos

---

o que era conducente a maiores taxas de casamento (pela Igreja)". Slenes, Robert W., "A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura", in: *População e família*, Vol. 1, n. 1, São Paulo, jan-jun, 1998, p. 25.

senhores. Para a maioria dos outros escravos, porém, o tempo de espera na conquista de um casamento fora de seis ou sete anos – pelo menos, esse é o tempo indicado entre a data de chegada e a primeira vez que aparece no censo com o estado civil de casado, o que, na prática, pode significar que esses escravos já conheciam suas parceiras e talvez já estivessem convivendo com elas anteriormente.

A análise dos casamentos escravos nos permitiu revelar também mais dados da relação crioulo/africano. Como vimos anteriormente, a porcentagem de crioulos envolvidos no plano de revolta foi bastante significativa. Na verdade, seguiu uma proporção parecida com a porcentagem de crioulos adultos vivendo nas grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Sugerimos, então, que a relação entre esses dois grupos (crioulos e africanos) em Campinas, nas primeiras décadas do século XIX, não se deu de forma tão conflituosa como, por exemplo, na Bahia no mesmo período. A partir dos registros de casamento das quinze propriedades envolvidas no plano de revolta de 1832, conseguimos mais informações para o nosso argumento. Analisando um total de 150 registros, entre os anos de 1792 até 1832, identificamos que a maioria dos casamentos realizados na igreja uniu africanos e africanas, 80% (N = 120), número seguido das uniões mistas, 17,3% (N = 26), e por último, temos os casamentos de escravos crioulos com crioulas, 2,7% (N = 4)<sup>22</sup>.

O grande número de casamentos envolvendo africanos com africanas é explicado pela alta concentração desses escravos vivendo nas fazendas da região nas três primeiras décadas do século XIX. Como vimos anteriormente, os africanos sempre foram maioria entre os escravos, chegando a atingir níveis, já na década de 1820, superiores a 90% entre a

---

<sup>21</sup> Para localização dos cativos nos levantamentos populacionais desde o ano de 1811 até 1821, ver apêndice 1.

<sup>22</sup> Ao analisarmos esses 26 casamentos “mistos”, vemos que em 22 casos, as mulheres eram crioulas e os homens eram africanos e há 4 casos de homens crioulos e as mulheres africanas. AEL, 1792-1832, FPE, Registros de casamento de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolos 36 e 37.

população escrava adulta. Portanto, seria plausível supor que os africanos formassem a maioria dos casais. Mesmo assim, é bastante significativo o fato das uniões mistas serem bem mais numerosas que os casamentos de crioulos/crioulas. Podemos pensar que em uma situação de forte conflito entre os dois grupos, dificilmente os casamentos mistos seriam muito superiores às uniões de crioulos/crioulas.

Assim, todos esses dados nos levam a argumentar que a relação crioulo/africano nas primeiras décadas do século XIX em Campinas não era marcada por fortes tensões. O fato da população crioula adulta na década de 1830 ser descendente direta de africanos ajuda a explicar a questão. Além disso, a maioria dos cativos provenientes da África vinham de uma mesma região (centro-oeste africano), o que certamente facilitava a identificação cultural dos crioulos, normalmente filhos de Benguelas, com africanos trazidos de Luanda e Cabinda. De qualquer forma, estes resultados estão de acordo com outros trabalhos que analisaram padrões de casamentos escravos em Campinas e também com estudos que apresentam dados sobre a relação crioulo/africano no sudeste, no século XIX<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Robert Slenes, no livro *Na senzala, uma flor*, analisa o censo de 1801 e os registros de casamento escravo entre os anos de 1842-44 e chega a conclusões parecidas com nossa pesquisa. Para a população de Campinas, residente nas propriedades com mais de 20 cativos, o censo de 1801 apresenta pouco mais de 30% de casamentos mistos e 13% de casamentos entre crioulos e crioulas. Os registros de casamentos para os anos de 1842-44, ainda em Campinas, mostram 47% de matrimônios envolvendo crioulos(as)/africanos(as) e 12% de casamentos crioulos/crioulas. Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor*, p. 76 e 77. Também outros trabalhos que analisam a relação crioulo/africano por meio das uniões dos cativos chegam a conclusões parecidas, qual seja, um número expressivo de casamentos mistos e superior às uniões de crioulo/crioula; Iraci da Costa analisando o recenseamento de 1801 em Lorena, encontra 33% de casamentos mistos. Costa, Iraci "A família escrava em Lorena", in: *Estudos econômicos*, 17:2, mai/ago – 1987, p. 245-295. Uma exceção dentro disso tudo é o trabalho de Manolo Florentino e José Roberto Góes para o meio rural fluminense. Analisando inventários post-mortem, esses autores encontram uma forte queda nos casamentos mistos, saindo de 23% no período de 1790-1807, para 11% em 1826-1830. Já na freguesia de Jacarepaguá, os registros de casamento indicam uma queda nas uniões mistas mais forte ainda, 24% entre os anos de 1790-1807, para 8% em 1808-1830. Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas*, p. 148-148. Robert Slenes analisando esses dados comenta que a documentação sobre a capitania/província do Rio de Janeiro enfrenta um sério problema, pois os índices de casamento escravo caem significativamente. É possível portanto que os dados de Florentino e Góes, relata Slenes exagerem o "quadro real", provocando uma importante "distorção nos dados sobre endogamia/exogamia". Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor*, p.79 e 80.



A bibliografia nos permite ainda obter informações da relação crioulo/africano para a província de Minas Gerais e Rio de Janeiro, por meio da análise de dois planos de revolta escrava. Utilizando os trabalhos de Flávio dos Santos Gomes sobre uma rebelião em Vassouras, Rio de Janeiro, no ano de 1838 e também a dissertação de mestrado de Marcos Ferreira Andrade sobre a revolta escrava de Carrancas, Minas Gerais, 1833, podemos entrever a relação entre os dois grupos nesses momentos de rebeldia coletiva. A análise das procedências dos cativos condenados por envolvimento com os dois planos de rebelião mostra que a relação entre crioulos e africanos também não se apresentava de maneira tão conflituosa nessas regiões. Pelo menos, crioulos e africanos não tiveram grandes dificuldades em lutar lado a lado nesses planos de revolta. Dos trinta e um cativos indiciados no processo-crime instaurado em Carrancas no ano de 1833, nove eram nascidos no Brasil (crioulos), ou seja, 30% do total. Enquanto isso, na população escrava da freguesia de Carrancas (envolvendo os distritos de Carrancas e Espírito Santo de Carrancas), os crioulos representavam cerca de 40%, porém, se excluirmos dessa porcentagem as crianças, certamente o número cairia – Andrade não chega a apresentar a porcentagem de crioulos adultos, porém, podemos dizer que seria próximo do peso de participantes na revolta de 1833<sup>24</sup>. Já Flávio dos Santos Gomes, notou que dos 16 cativos indiciados, 11 eram africanos e 5 crioulos, ou seja, novamente quase 31% dos revoltosos eram crioulos. Nessa região, a porcentagem de crioulos na população escrava é pequena, muito próxima dos dados de Campinas para o começo do século XIX. Os números apresentados por Gomes são de 74% de africanos e 26% de crioulos, portanto, podemos

---

<sup>24</sup> Andrade, Marcos Ferreira, *Rebeldia e resistência*, as porcentagens de crioulos e africanos foram extraídas da tabela 5, p.140; já as porcentagens de crioulos indiciados no processo-crime foram calculadas a partir do quadro II, p.193.

dizer mais uma vez que a porcentagem de crioulos lutando junto com os africanos é bastante considerável<sup>25</sup>.

Retornando aos revoltosos casados de 1832 em Campinas, vejamos, então, outros aspectos de suas vidas, encobertos na análise demográfica. Dissemos que foi possível identificar um total de oito escravos participantes da trama que eram casados. Em cinco desses casos, porém, conseguimos fechar um pouco mais a nossa lente de análise e conhecer vários aspectos de suas trajetórias na região. Os cinco escravos eram: Januário Cabinda, capitão da fazenda São Bento, pertencente a Floriano de Camargo Penteadado; Francisco, escravo de Antonio Francisco de Andrade; Miguel Monjolo, de Theodoro Francisco de Andrade; Diogo Rebolo, líder máximo dos escravos em Campinas, pertencente a Joaquim José dos Santos; e Ignácio, pertencente a Antonio Corrêa Barboza. Começemos com o capitão da fazenda São Bento<sup>26</sup>.

Proveniente da região do Congo norte na África, Januário chegou à propriedade de seu senhor entre os anos de 1819-1822. Nessa época era ainda muito jovem, com 13 anos de idade e solteiro<sup>27</sup>. Fora mandado para a fazenda São Bento, uma das quatro propriedades que Floriano de Camargo possuía em Campinas. Com o tempo, conseguiu estabelecer laços de companheirismo e até mesmo um casamento com a escrava Escolástica, uma cativa nascida na própria fazenda, no ano de 1815<sup>28</sup>. Não encontramos o registro de matrimônio do casal na igreja, mas conseguimos identificá-los juntos batizando duas crianças escravas

---

<sup>25</sup> Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas*, as porcentagens de crioulos e africanos foram extraídas da tabela 4, p. 203; já as porcentagens de crioulos indiciados no processo-crime foram calculadas a partir do quadro 3, p. 221.

<sup>26</sup> Para os demais não foi possível identificar com quem casaram, se tiveram filhos, quem foram seus padrinhos, etc, não avançando muito do que já foi dito por meio dos dados estatísticos.

<sup>27</sup> Ver Apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteadado, 1818-1829.

<sup>28</sup> AEL, 1815, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, 28/09/1815.

no ano de 1830 e também descritos um após o outro, como era comum entre os escravos casados, no inventário da mulher de Floriano de Camargo<sup>29</sup>.

Os pais de Escolástica eram os cativos João e Quitéria, um dos casais mais antigos da fazenda. João aportou nessas terras ainda no final do século XVIII, proveniente de Benguela e foi um dos primeiros escravos que Floriano de Camargo comprou quando chegou em Campinas<sup>30</sup>. Quitéria era crioula, filha de Caetano e Josefa e migrara junto com seu senhor para a região no ano de 1792<sup>31</sup>. O casal aparece junto pela primeira vez no censo populacional de 1797<sup>32</sup>. Também nessa data identifiquei o registro de casamento de João e Quitéria na igreja; eles foram os primeiros escravos que o Floriano de Camargo levou à matriz da cidade para receber as bênçãos do pároco. As testemunhas da cerimônia foram os escravos Simão, pertencente ao próprio Floriano de Camargo, e Joaquim, cativo de Francisco Ignácio<sup>33</sup>. Anteriormente, havíamos falado a respeito de João e Quitéria, quando analisamos a hierarquia estabelecida por Floriano de Camargo ao lançar seus escravos no censo da cidade – desde o ano de 1810, este casal era descrito em primeiro lugar da lista. A antigüidade na fazenda e o fato de serem os primeiros a ter sua união registrada na igreja matriz de Campinas certamente ajudam a explicar este fato.

João e Quitéria formaram uma família bastante extensa, tiveram ao todo dez filhos batizados na igreja, três homens e sete mulheres, incluindo Escolástica<sup>34</sup>. O primeiro foi

---

<sup>29</sup> AEL, 1830, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, livro , folha 55v, 25/01/1830. AEL, 1830, Registro de batismo de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, 11/02/1830. CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 1<sup>o</sup> Ofício, Cx. 51, n. 1322, p. 10v, Dona Paula Joaquina de Andrade.

<sup>30</sup> Ver Apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteadado, 1797.

<sup>31</sup> Ver Apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteadado, 1792.

<sup>32</sup> Ver Apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteadado, 1797.

<sup>33</sup> AEL, 1797, Registro de casamento de escravos na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 36, Livro 1, folha 81, João e Quitéria, 23/07/1797.

<sup>34</sup> AEL, 1801, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, livro , folha 142v, Elesbão, 12/07/1801. AEL, 1805, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Francisca, 06/05/1805. AEL, 1808, Registro de batismo de

Elesbão, batizado em 1801, depois veio Francisca em 1805, Benedito em 1808, Maria em 1810, Eva em 1813, Escolástica e sua irmã gêmea, Efigênia, em 1815, Vitorina em 1818, Ludovina em 1819 e Clemente em 1826. Os padrinhos de batismo dessas crianças eram, na maioria, dos casos escravos pertencentes ao próprio Floriano de Camargo, (quatro eram do Floriano de Camargo, três escravos pertenciam a seu irmão Antônio de Camargo Penteado e um a Felipe Neri Teixeira). Apenas um dos batizados, o crioulinho Benedito, teve padrinho livre, José Antônio, e a madrinha escrava, Luiza. Também o último filho de João e Quitéria contou tanto com um padrinho livre, Álvaro Xavier, e com uma madrinha livre, Dona Brandina, ambos filhos de Floriano de Camargo Penteado. Isto nos mostra, portanto, que João e Quitéria acabaram estabelecendo por meio do compadrio laços horizontais de solidariedade, como também laços verticais.

É interessante destacar ainda que essas relações de compadrio acabavam ligando João e Quitéria a outros escravos envolvidos no plano de revolta. Os padrinhos da pequena Efigênia, nascida em 1815, foram os escravos José e Catharina, pais do Fabiano crioulo, citado na trama cativa de 1832. Também o casal de escravos João e Maria, pais de Américo crioulo e Felizardo crioulo indiciados na tentativa de revolta de 1832, batizaram Vitorina em 1818. Assim, podemos perceber como uma grande rede de parentesco acabava unindo vários dos revoltosos – pelo menos quatro escravos indiciados já podem ser ligados nesta rede, Américo Felizardo, Fabiano e Januário. As ligações entre os casais João e Quitéria,

---

escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Benedito, 28/03/1808. AEL, 1810, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Maria, 05/08/1810. AEL, 1813, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Eva, 24/06/1813. AEL, 1815, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Efigenia, 28/09/1815. AEL, 1815, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Escolástica, 28/09/1815. AEL, 1818, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Vitorina, 07/06/1818. AEL, 1819, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Ludovina, 05/09/1819. AEL, 1826, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Clemente, 06/01/1826.

José e Catharina, e João e Maria, todos com uma trajetória muito parecida, (chegaram às propriedades de seus senhores ainda no final do século XVIII e acabaram sendo fundadores das senzalas dessas fazendas) certamente foram fundamentais nos contatos estabelecidos entre seus filhos e afilhados. Em 1832, parte da parentela estava unida novamente, lutando por suas liberdades.

Retornando, então, ao casal Januário e Escolástica, pude identificar que não tiveram filhos registrados na igreja até o ano de 1832. Porém, foram padrinhos de duas crioulas, ambas chamadas Florência. A primeira Florência, batizada em 25 de janeiro de 1830, era filha de Benedito e Luiza (seria este Benedito, o mesmo Benedito ferreiro da revolta?), escravos de Floriano de Camargo Penteado. Já a segunda, batizada pouco menos de um mês depois, era filha de Marcelino e Liberata, pertencentes ao mesmo Floriano de Camargo<sup>35</sup>. Interessante notar nesse último caso que os pais de Escolástica também eram compadres de Marcelino e Liberata, já que haviam batizado o primeiro filho deste casal em 1826<sup>36</sup>. O fato de Januário e Escolástica batizarem duas crianças mostra os vários laços que esses escravos acabaram estabelecendo dentro da senzala e também o prestígio que possuíam entre os cativos.

No ano de 1829, é possível identificar boa parte da família de Januário e Escolástica ainda vivendo nas propriedades de Floriano de Camargo, apesar das dificuldades de acompanhar por muito tempo os nomes de alguns escravos. Os pais da Escolástica, João e Quitéria, ao que parece ainda estavam vivos nessa época – identifiquei no censo de 1829 dois cativos que podem ter sido seus pais, a julgar pelas idades e pelo estado civil; um deles chamava-se João, tinha 60 anos de idade e era casado, outra cativa era Quitéria, de 44 anos

---

<sup>35</sup> Para a localização das duas afilhadas de Januário e Escolástica na documentação, ver nota 28.

<sup>36</sup> AEL, 1826, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Ipolito, 06/01/1826.

e casada. Quanto aos irmãos de Escolástica, é possível dizer que quase todos ainda estavam vivendo na propriedade de Floriano de Camargo. Apenas não consegui informações, na verdade, a respeito dos escravos Francisca, Benedito, Eva e Vitorina, que podem estar na própria lista, perdidos entre tantos outros cativos com nomes semelhantes ou então terem tido o destino comum a vários outros escravos, como a venda ou o falecimento<sup>37</sup>. Quanto à partilha do inventário da mulher de Floriano de Camargo em 1830, as dificuldades de identificar o rumo tomado por cada um dos familiares de Januário e Escolástica são ainda maiores. Mas podemos dizer que acabaram não indo muito longe, já que vários continuaram com o próprio Floriano de Camargo e outros foram entregues a herdeiros

---

<sup>37</sup> Ver Apêndice 1 – Floriano de Camargo Penteadado, 1828.

**Figura 6**  
**A família de Januário Cabinda**

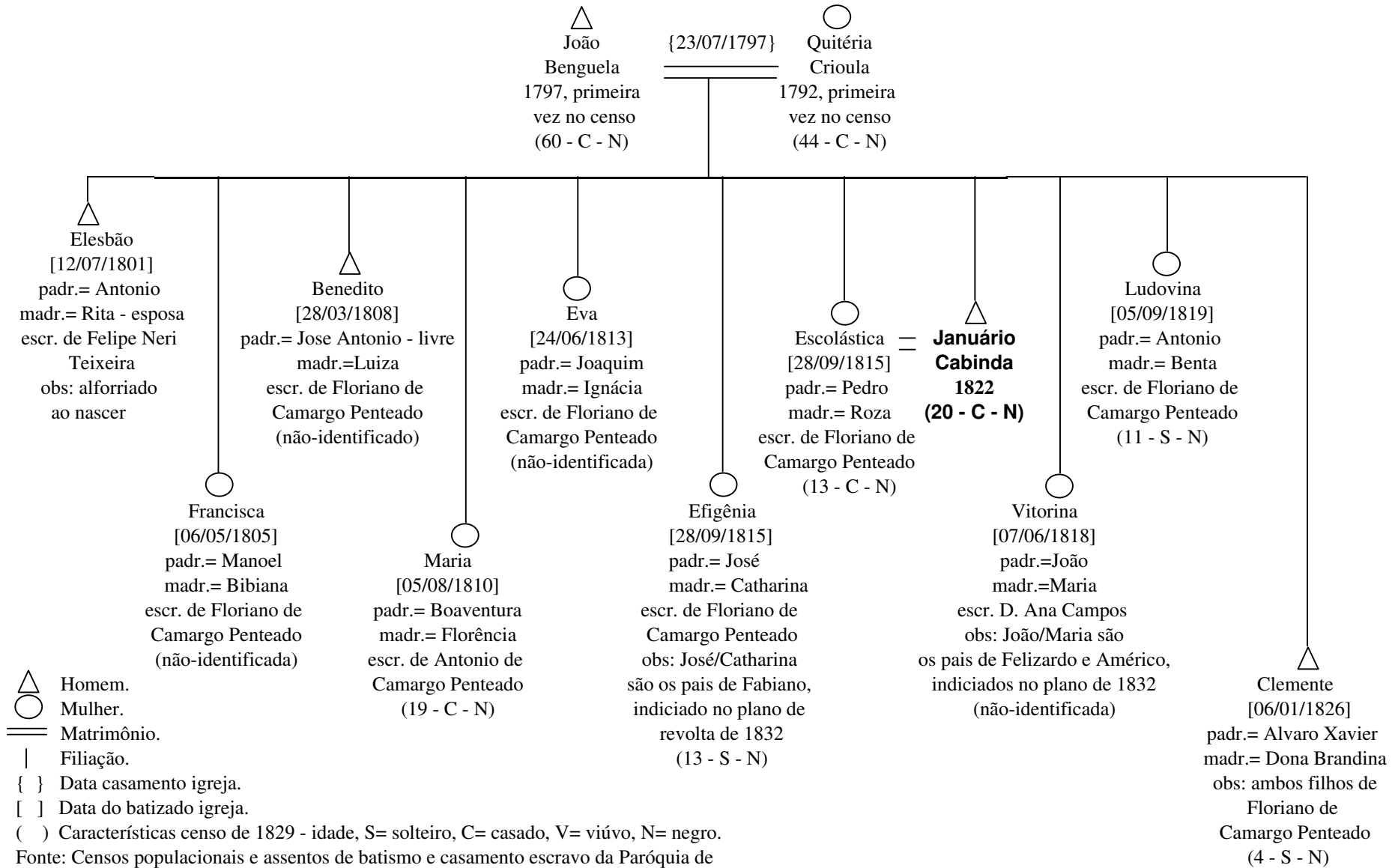
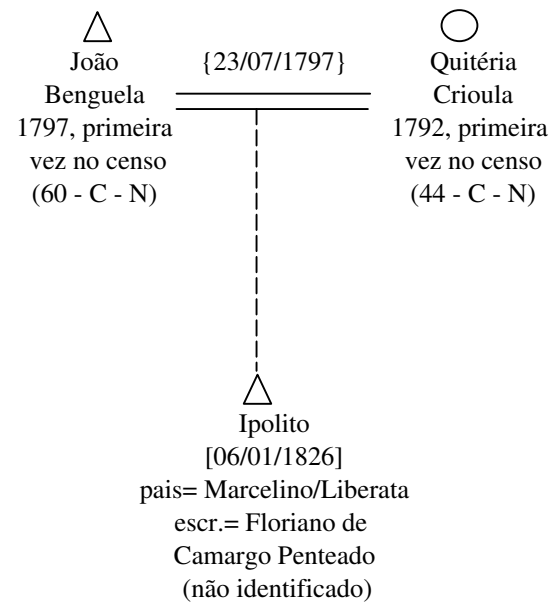


Figura 7

## Os afilhados de João e Quitéria



△ Homem.

○ Mulher.

= Matrimônio.

--- Compadrio.

{ } Data casamento igreja.

[ ] Data do batizado igreja.

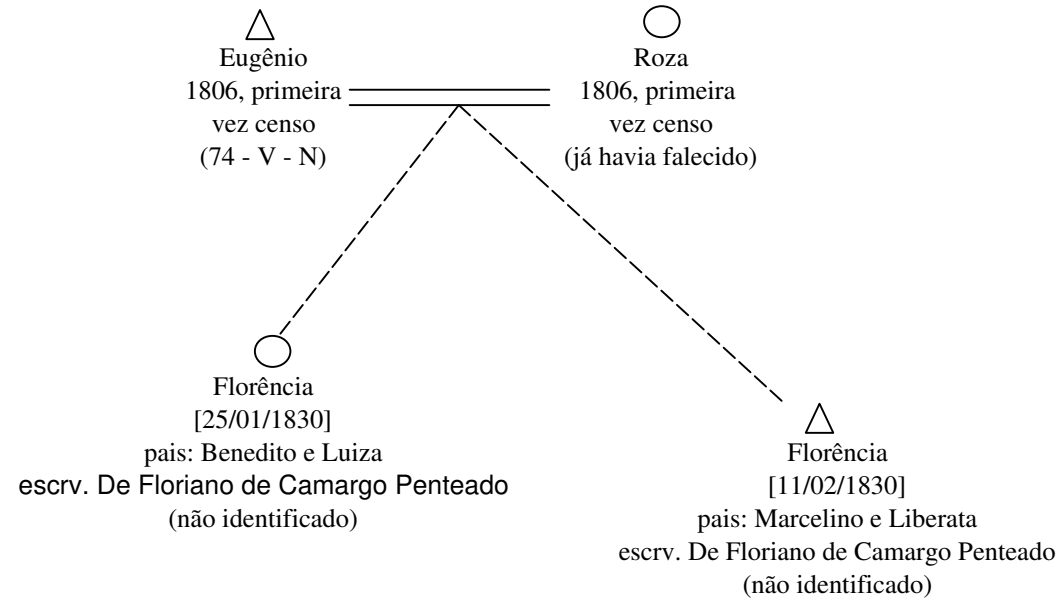
( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.



Figura 8

## Os afilhados de Januário e Escolástica



△ Homem

○ Mulher

══ Matrimônio

--- Compadrio

{ } Data casamento igreja

[ ] Data do batizado igreja

( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

menores que ainda moravam com o capitão<sup>38</sup>. Assim, no ano de 1832, quando Januário fora acusado de envolvimento no plano de revolta, grande parte de sua família ainda esta viva e morando em propriedades próximas.

O outro caso de escravo condenado em 1832 e que conseguiu se casar ao longo dos anos em Campinas é do africano Francisco. As dificuldades em conseguir dados sobre a trajetória desse cativo começam com a tentativa de identificá-lo no censo populacional de 1829. O senhor de Francisco, Antônio Francisco de Andrade, teve um total de três escravos indiciados no plano de rebelião, um cativo chamado Francisco Monjolo, outro Francisco Moçambique cozinheiro e um conhecido como José. No censo de 1829, encontramos exatamente dois Francisco, possivelmente os mesmos envolvidos no plano de rebelião. A dificuldade, porém, está em saber quem é o cativo Monjolo e quem é o Moçambique cozinheiro. Um dos Francisco têm 39 anos e é casado e o outro possui 36 anos e é listado como solteiro. Poderíamos sugerir que o Francisco que conseguiu se casar fosse o cativo proveniente de Moçambique, por conta justamente de sua profissão de cozinheiro – maior mobilidade na fazenda, proximidade com a casa senhorial e chances ampliadas de acumular pecúlio poderiam favorecer a conquista de um matrimônio. Porém, não temos como ter certeza; de qualquer forma, vejamos um pouco da trajetória desse Francisco com 39 anos de idade e casado<sup>39</sup>.

Seguindo, então, os passos de Francisco, descobrimos que chegou à propriedade de seu senhor no final da década de 1810 e começo da década seguinte<sup>40</sup>. O interessante é que muito rapidamente ele conseguiu se unir à crioula Eva. Em 1821, encontramos o registro de

---

<sup>38</sup> CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 1<sup>a</sup> ofício, cx. 51, n. 1322, p. 13 até 22 (divisão dos bens), Dona Paula Joaquina de Andrade.

<sup>39</sup> Ver Apêndice 1 – Antonio Francisco de Andrade, 1829.

<sup>40</sup> Ver Apêndice 1 – Antonio Francisco de Andrade, 1818.

matrimônio do casal na igreja matriz da cidade de Campinas<sup>41</sup>. O documento relatava que unia sob as bênçãos da igreja, Francisco gentio com Eva crioula. Sugerimos anteriormente que Francisco talvez não fosse recém-chegado do tráfico atlântico, justamente por conseguir se casar com outra escrava em um espaço pequeno de tempo. O censo populacional de 1822 nos revela ainda que nesta data Francisco já tinha 26 anos de idade, o que só faz aumentar as suspeitas de que não era recém-chegado da África – raramente o tráfico importava escravos com essa idade. Mas a quem Francisco pertencia anteriormente? E por que foi parar entre os escravos de Antonio Francisco de Andrade? A resposta pode estar no caminho percorrido pelos próprios pais de Eva, Eugênio e Roza.

Os escravos Eugênio e Roza, assim como os pais de Fabiano, Felizardo, Américo e Escolástica, formavam um dos primeiros casais da propriedade de Antônio Francisco de Andrade. Desde pelo menos o ano de 1806, Eugênio e Roza já estavam juntos e pertenciam a este mesmo senhor<sup>42</sup>. O casal não chegou a ter muitos filhos, registraram na igreja da Nossa Senhora da Conceição apenas o batismo da crioula Eva, no dia dezoito de abril de 1808<sup>43</sup>. Os padrinhos foram Manoel Francisco e Maria Joaquina, ambos livres e irmãos de Antônio Francisco de Andrade, indicando, portanto, o contato próximo do casal Eugênio e Roza com a casa senhorial. Mas se estes escravos não geraram muitos rebentos, suas relações familiares cresceram com o apadrinhamento de outras crianças. Identificamos que eles batizaram pelo menos três escravos: Francisco, filho de Boaventura e Florência, escravos de Antônio de Camargo Penteado, em 1799; Hermenegildo, filho de José e Catharina (pais do escravo Fabiano indiciado na revolta), em 1807; e Jozefa, em 1813, com

---

<sup>41</sup> AEL, 1821, Registro de casamento escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 37, livro 3, folha 39, Francisco e Eva, 09/05/1821.

<sup>42</sup> Ver Apêndice 1 – Antônio Francisco de Andrade, 1806.

<sup>43</sup> AEL, 1808, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Eva, 18/04/1808.

pai incógnito e Maria, escravos pertencentes a João Francisco de Andrade<sup>44</sup>. Mais uma vez podemos perceber a ligação entre as várias fazendas envolvidas no plano de revolta e ainda a ligação por meio do parentesco ritual dos vários escravos envolvidos com plano de 1832.

Mas fizemos toda essa volta para falarmos que o casal Eugênio e Roza, antes mesmo de pertencer a Antônio Francisco de Andrade, fazia parte dos escravos de Dona Maria Bárbara e seu primeiro marido. Quando esta senhora ficou viúva ainda no começo do século XIX, casou-se novamente com o Antônio Francisco de Andrade no ano de 1806, levando como parte de sua herança os cativos Eugênio e Roza<sup>45</sup>. O escravo Francisco (casado com a Eva, filha dos ditos Eugênio e Roza) não é indicado como parte da herança de Dona Bárbara, pelo menos não é apresentado entre seus escravos no censo populacional de 1806, porém, pode ter sido vendido ou entregue a Dona Bárbara posteriormente por um acerto de contas. Não há certezas, contudo, é bem possível que Francisco habitassem uma propriedade próxima à de Antônio Francisco de Andrade e tivesse contatos com seus escravos, facilitando, assim, a aproximação com a cativa Eva. Apesar dos senhores proibirem a união de escravos pertencentes a diferentes propriedades, isto provavelmente acabava acontecendo, pois, como vimos, as relações de companheirismo e parentesco entre escravos de fazendas vizinhas eram muito fortes, criando um sentido de comunidade que ultrapassava as divisões oficiais das terras. Portanto, não seria estranho encontrar a união de escravos de diferentes propriedades.

Seja lá qual foi, entretanto, o caminho que o cativo Francisco tenha percorrido antes de chegar à propriedade de Antônio Francisco de Andrade, o certo é que acabou se casando

---

<sup>44</sup> AEL, 1799, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 25, Francisco, 08/09/1799. AEL, 1807, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, livro , folha 8, Hermenegildo, 15/03/1807. AEL, 1807, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Jozefa, 28/10/1813.

<sup>45</sup> Ver Apêndice 1 – Antonio Francisco de Andrade, 1806.

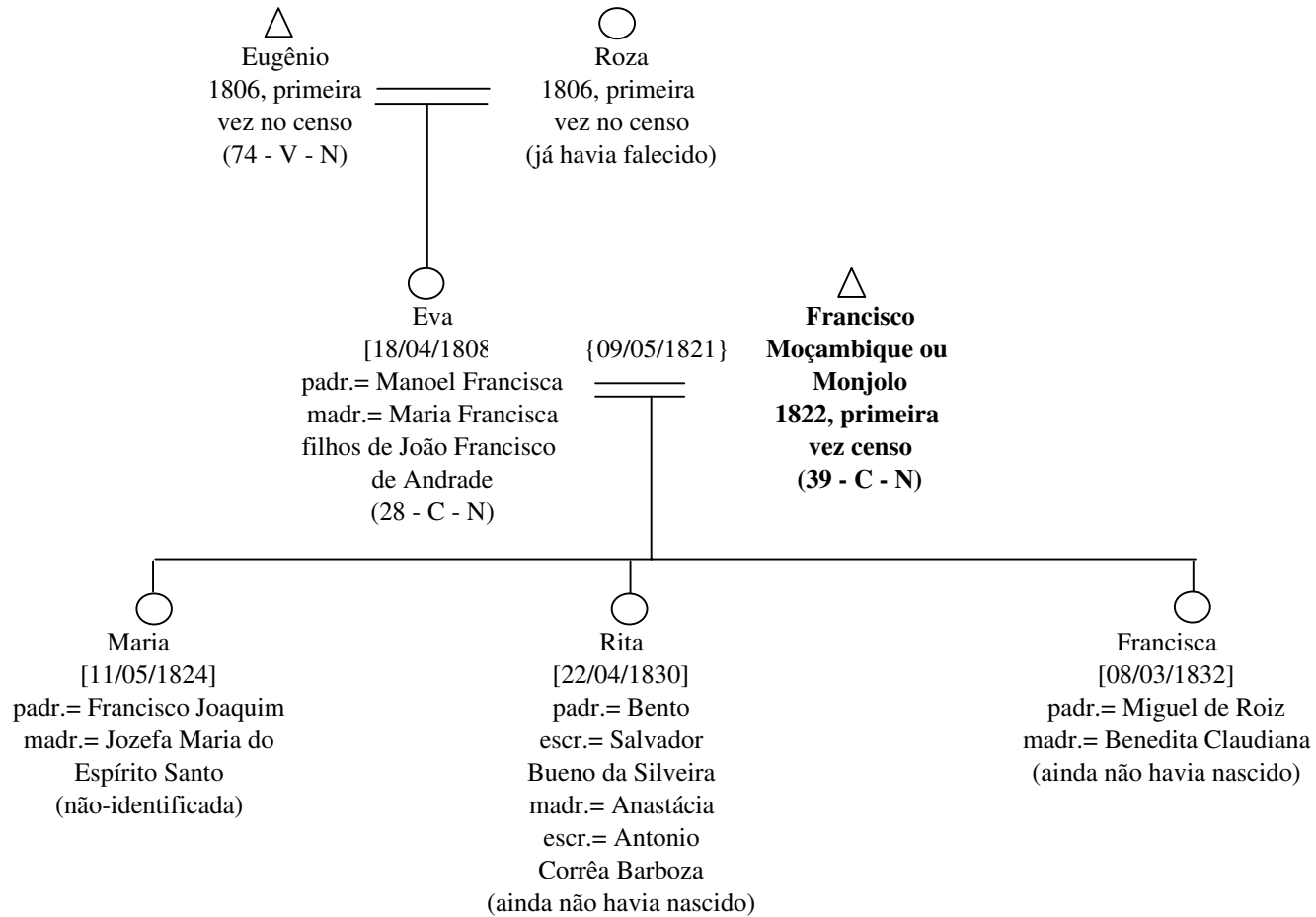
com Eva e viveu perto de onze anos ao seu lado, antes de se envolver no projeto de rebelião. O casal teve um total de três filhos batizados na igreja<sup>46</sup>. A primeira filha chamava-se Maria, batizada em onze de maio de 1824, seus padrinhos foram Francisco Joaquim e Jozefa Maria do Espirito Santo, ambos livres. Não sabemos exatamente quem eram esses indivíduos, mas é possível que fossem próximos da família de Antônio Francisco de Andrade e também de alguns de seus escravos. A segunda filha de Eva e Francisco nasceu no ano de 1830 e chamava-se Rita. Seus padrinhos, agora, eram dois escravos; Bento, pertencente a Salvador Bueno da Silveira (seria o Bento de Salvador Bueno da Silveira indiciado no plano de revolta de 1832?) e Anastácia, pertencente a Antônio Corrêa Barboza (veremos mais a frente que Anastácia também foi madrinha de um dos filhos de Ignácio, indiciado na trama de 1832). Por último, identificamos ainda que o casal Francisco e Eva teve mais um filho, José, batizado em março de 1832 (pouco tempo depois da descoberta do plano); seus padrinhos foram Miguel Roiz e Benedita Claudiana, ambos livres. Portanto, Francisco e Eva intercalaram a escolha de compadres tanto no mundo dos livres, quanto na escravidão, buscaram alianças com pessoas em condição social maior, possivelmente na esperança de conseguir algum tipo de proteção, e também estabeleceram laços de companheirismo e amizade dentro da própria comunidade escrava. No ano de 1829, apenas parte da família de Francisco e Eva ainda estava viva e morando na fazenda de Antônio Francisco de Andrade. No censo desse ano, é possível localizar o pai de

---

<sup>46</sup> AEL, 1824, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Maria, 11/05/1824. AEL, 1830, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, livro , folha 58v, Rita, 22/04/1830. AEL, 1832, Registro de batismo de escravo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Francisca, 08/03/1832.

Figura 9

## A família de Francisco

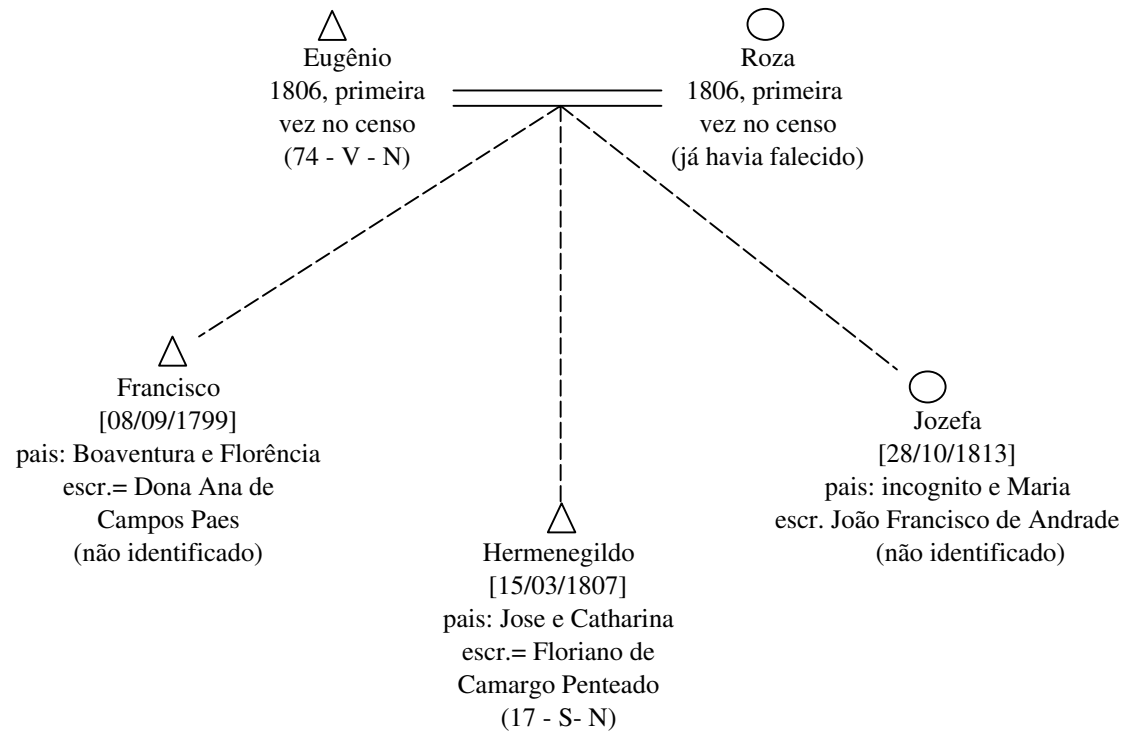


- △ Homem.  
 ○ Mulher.  
 = Matrimônio.  
 | Filiação.  
 { } Data casamento igreja.  
 [ ] Data do batizado igreja.  
 ( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

Figura 10

## Os afilhados de Eugênio e Roza (pais de Eva)



△ Homem.

○ Mulher.

== Matrimônio.

--- Compadrio.

{ } Data casamento igreja.

[ ] Data do batizado igreja.

( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia da Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

Eva, Eugênio, bastante velho, com 74 anos de idade. Já Roza, mãe de Eva, não consta nos registros de 1829, na verdade, descobrimos que havia falecido dez anos antes, entre 1819-1822. Quanto à Maria, primeira filha do casal, também não é encontrada no ano de 1829 – pode ter morrido ou talvez conseguido sua alforria. De qualquer forma, o casal Francisco e Eva permanecia unido e nos anos posteriores 1829 teriam mais dois filhos. Assim, na época da descoberta do plano de revolta, Francisco ainda tinha parte de sua parentela vivendo ao seu redor<sup>47</sup>.

Outro cativo condenado em 1832 que estava ligado a uma extensa rede de parentesco era Miguel Monjolo. Este escravo teve um destino muito parecido com todos os revoltosos citados até agora. Aportou na fazenda de seu senhor, Theodoro Francisco de Andrade, entre 1819 e 1822 e alguns anos depois conseguiu se casar com uma escrava<sup>48</sup>. O que mais chama atenção nesse caso, porém, é que Miguel foi mandado para uma fazenda pequena, com menos de dez escravos, e recém-fundada, tornando-se um dos primeiros cativos da senzala – o seu senhor, Theodoro Francisco de Andrade, demorou vários anos para conseguir se tornar chefe de uma propriedade e ter seus próprios escravos, isto só ocorreu no começo da década de 1820, quando se casou com sua própria sobrinha, Dona Reginalda Delfina de Camargo, filha de seu irmão Antônio Francisco de Andrade.

A companheira de Miguel chamava-se Maria e chegou na propriedade de Theodoro Francisco de Andrade no ano de 1822. Antes disso, porém, Maria habitava a fazenda de João Francisco de Andrade, pai de Theodoro, e apenas mudou de senhor porque foi entregue como dote de casamento<sup>49</sup>. A união com o cativo Miguel ao que parece ocorreu logo depois que passou a habitar a propriedade de Theodoro Francisco de Andrade, já que

---

<sup>47</sup> Ver Apêndice 1 – Antônio Francisco de Andrade, 1829.

<sup>48</sup> Ver Apêndice 1 – Theodoro Francisco de Andrade, 1822.



em 1825 ambos estavam diante do padre da cidade para oficializar a união – as testemunhas foram Antônio Félix e Manoel de Oliveira. O registro de casamento da igreja matriz da Nossa Senhora da Conceição descrevia que unia sob as bênçãos do pároco local, Miguel gentio com Maria gentio<sup>50</sup>.

A fazenda onde Miguel e Maria habitavam registrava uma desproporção de homens particularmente alta. No ano de 1829, por exemplo, existiam dezessete homens e quatro mulheres, sendo que entre essas mulheres apenas duas eram adultas (Maria, 28 anos e Romana, 29 anos)<sup>51</sup>. O fato da fazenda ter sido recentemente fundada, certamente, ajuda a explicar as altas proporções de escravos do sexo masculino. É possível que Theodoro Francisco de Andrade estivesse comprando escravos homens com intuito de progredir mais rápido financeiramente e obter grande produtividade nos trabalhos da lavoura.

Por tudo isso, podemos dizer que Miguel Monjolo era um escravo bastante privilegiado dentro da propriedade de seu senhor, já que foi o único que conseguiu se unir com outra escrava durante toda década de 1820. A indicação de seu nome entre os indiciados no processo-crime, desempenhando o papel de capitão da propriedade, revela que Miguel, todavia, não virou as costas a seus parceiros de cativo, planejando sua liberdade junto com os demais.

Miguel e Maria tiveram dois filhos registrados na igreja<sup>52</sup>. O primeiro filho do casal foi o crioulinho Caetano, batizado aos 28 de maio de 1826. Os padrinhos desse jovem foram os escravos José e Jozefa, pertencentes ao João Francisco de Andrade. Os contatos

---

<sup>49</sup> Ver Apêndice 1 – Theodoro Francisco de Andrade, 1822. Ver Apêndice 1 – João Francisco de Andrade, 1817 e 1818.

<sup>50</sup> AEL, 1825, Registro de casamento de escravos da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 37, livro 3, folha 87v, Miguel e Maria, 15/02/1825.

<sup>51</sup> Ver Apêndice 1 – Theodoro Francisco de Andrade, 1829.

entre os escravos de Theodoro Francisco e os cativos de seu pai, João Francisco, ao que parece, eram bastante fortes. Mas também não era para menos. Até o ano de 1824, Theodoro ainda plantava cana-de-açúcar em parceria com seu pai. Além disso, dois dos seus primeiros escravos foram dados por João Francisco em dote no momento de seu casamento. Sem falar ainda da proximidade física das duas propriedades. Portanto, não é estranho que Miguel e Maria buscassem entre os escravos de João Francisco padrinhos para seus filhos. A segunda filha do casal batizada na igreja (vinte e oito de dezembro de 1830) foi a pequena Cristina. Seus padrinhos também eram escravos, Brás e Jozefa, pertencentes ao Reverendo José Francisco Aranha. Não conseguimos muitos dados sobre este senhor, mas é possível que tivesse sua propriedade próxima às terras de Theodoro Francisco, facilitando o contato entre suas escravarias.

Às vésperas do plano de revolta, a pequena família do escravo Miguel não estava completa: a jovem Caetana não foi descrita entre os escravos de Theodoro Francisco de Andrade, no censo de 1829. Mais uma vez, ficamos sem saber exatamente o que poderia ter ocorrido, mas as possibilidades não são muitas e já foram levantadas outras vezes no caso de outros escravos; ou Caetana conseguiu sua carta de liberdade com poucos dias de vida ou, então, acabou falecendo como várias outras jovens de sua idade. De qualquer forma, é bastante provável que Miguel ainda estivesse junto com Maria e também com pequena Cristina, quando se envolveu no plano de revolta de 1832<sup>53</sup>.

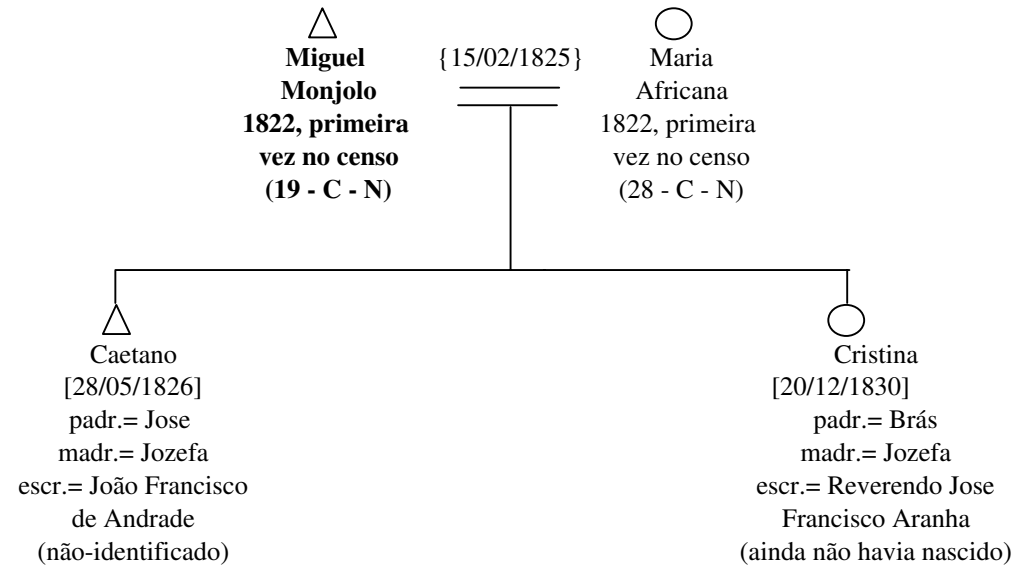
---

<sup>52</sup> AEL, 1826, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, folha 21v, Caetano, 28/05/1826. AEL, 1830, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Cristina, 20/12/1830.

<sup>53</sup> Ver Apêndice 1 – Theodoro Francisco de Andrade, 1829.

Figura 11

## Família de Miguel



- △ Homem.  
 ○ Mulher.  
 = Matrimônio.  
 | Filiação.  
 { } Data casamento igreja.  
 [ ] Data do batizado igreja.  
 ( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia da Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

O outro escravo que conseguiu se casar antes mesmo de ser indiciado por envolvimento com o projeto de insurreição é o nosso conhecido Diogo Rebolo. Diogo foi um dos primeiros cativos relacionados com o plano de 1832 a desembarcar em Campinas<sup>54</sup>. Chegou a essas terras no ano de 1811 e foi mandado para a fazenda de Joaquim José dos Santos. Lá passou a conviver, em meio à produção do açúcar, com mais vinte um escravos, quase todos africanos como ele. Logo conheceu a escrava Joana, casada com outro cativo de nome José, a qual, mais tarde viria a ser sua companheira.

O casal Joana e José chegaram a Campinas no ano de 1805, quando Joaquim José dos Santos, natural de Cotia, migrou para a região a fim de fazer riqueza com o açúcar<sup>55</sup>. Logo no ano seguinte ao estabelecimento nessas terras, Joana registrou na igreja da Nossa Senhora da Conceição o batismo de seu primeiro filho, o crioulinho Luís. Os padrinhos foram João dos Santos e Dona Maria Francisca Gouveia – parentes de Joaquim José dos Santos e pessoas com importante prestígio social, a julgar pelo menos pelo título de Dona<sup>56</sup>. Alguns anos mais tarde, quando Luís já tinha quatro anos de idade, o senhor de Joana e José decidiu oficializar a união do casal na igreja da cidade. A cerimônia ocorreu em 5 de agosto de 1810, tendo como testemunhas dois homens livres, Lourenço Soares e João Gomes<sup>57</sup>. O casal permaneceu unido e junto ao pequeno Luís até o ano de 1814, quando, então, o escravo José veio a falecer. Não sabemos ao certo qual foi a causa do falecimento, mas, nessa data, ele era ainda relativamente novo, tendo seus 23 anos de idade<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> Ver Apêndice 1 – Joaquim José dos Santos, 1829.

<sup>55</sup> Ver Apêndice 1 – Joaquim José dos Santos, 1805.

<sup>56</sup> AEL, 1806, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Caetano, 21/09/1806.

<sup>57</sup> AEL, 1810, Registro de casamento na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 37, livro 2, folha 55v, José e Joana, 05/08/1810.

<sup>58</sup> Ver Apêndice 1 – Joaquim José dos Santos, 1814.

De qualquer forma, a Joana voltou a ser solteira dentro da propriedade de seu senhor. Mas isto ao que parece não foi por muito tempo. A partir de 1817, o censo populacional começa a indicar que Joana e Diogo haviam se unido<sup>59</sup>. Logo isto se refletiu, então, nos registros de batismo da igreja local. Diogo e Joana batizaram ao todo, três crianças: Ignácia nascida no ano de 1819, sendo padrinhos Joaquim e Maria, escravos de Luís Antônio de Souza; José, em 1824, tendo como padrinho o escravo Joaquim, pertencente a Antônio da Rocha, e madrinha a escrava Maria, do Reverendo Diogo Antônio Feijó; por último, Maximiano, sendo padrinhos, os escravos Salvador e Thereza, de Joaquim José Teixeira<sup>60</sup>.

Entre as escolhas encontramos escravos pertencentes a Luís Antônio de Souza Queiroz, que teve cativos indiciados no processo-crime de 1832. Com relação aos outros não identificamos a mesma situação, mas de qualquer forma, mostram, que as relações de Diogo e Joana se estendiam para além da propriedade em que viviam. Foi possível perceber ainda, por meio dos registros de batismo, que o casal batizou uma crioulinha no ano de 1830, Lucrécia, filha de Felizardo e Luzia<sup>61</sup>. Também identifiquei que Joana batizou ainda outra criança no ano de 1809, quando era casada com o José. Nesse caso a mãe era a escrava Mariana e o pai incógnito<sup>62</sup>.

No ano de 1829, Diogo e Joana ainda são identificados juntos, um após o outro, no censo populacional da cidade. Também praticamente todos os seus filhos estão morando na

---

<sup>59</sup> Ver Apêndice 1 – Joaquim José dos Santos, 1817.

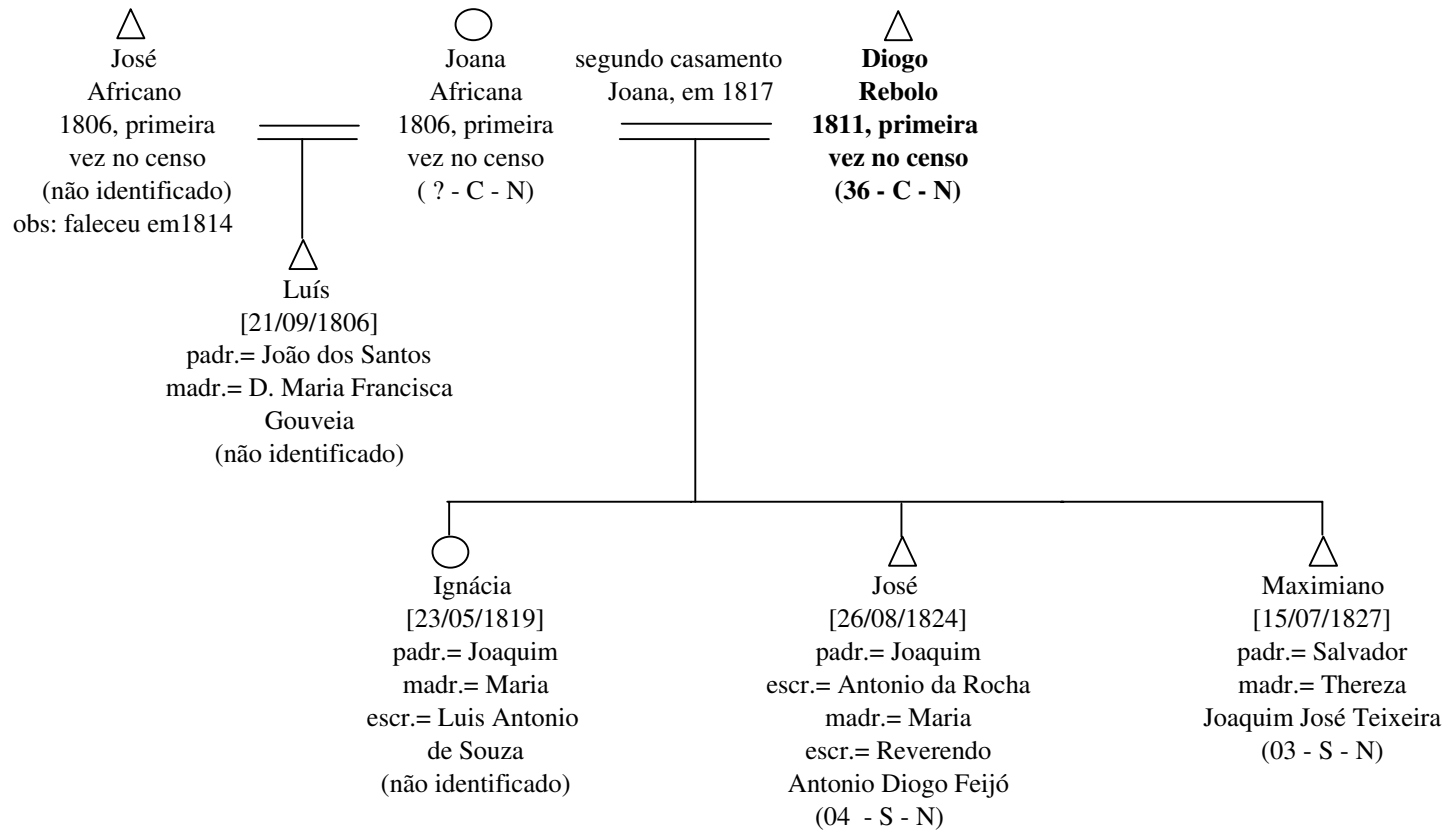
<sup>60</sup> AEL, 1819, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Ignácia, 23/05/1819. AEL, 1824, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, José, 26/08/1824. AEL, 1827, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Maximiano, 15/07/1827.

<sup>61</sup> AEL, 1830, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Lucrécia, 16/05/1830.

<sup>62</sup> AEL, 1809, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Maria, 11/05/1809.

Figura 12

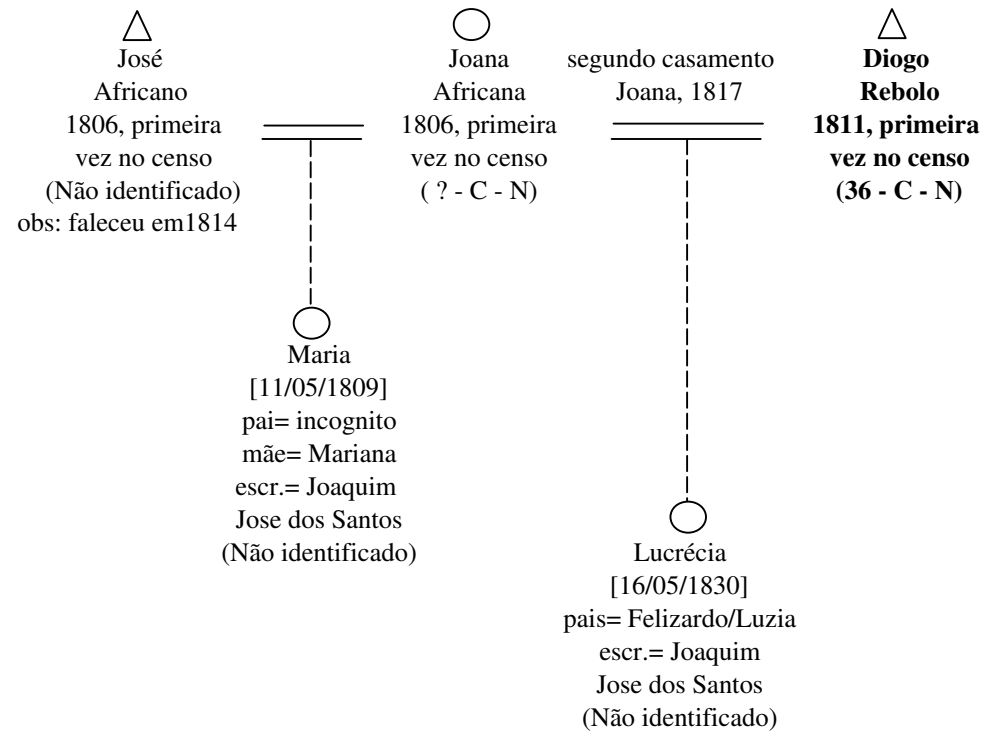
## A família de Diogo



- △ Homem.  
 ○ Mulher.  
 = Matrimônio.  
 | Filiação.  
 { } Data casamento igreja.  
 [ ] Data do batizado igreja.  
 ( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.  
 Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

Figura 13

## Os afilhados de José e Joana e Diogo e Joana



△ Homem.

○ Mulher.

══ Matrimônio.

--- Compadrio.

{ } Data casamento igreja.

[ ] Data do batizado igreja.

( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

mesma propriedade, à exceção apenas da jovem Ignácia, a primeira filha do casal, que nunca chegou a ser registrada nessa documentação<sup>63</sup>. De qualquer forma, podemos dizer que o pai Diogo, como era chamada pelos seus parceiros conspiradores do plano de revolta de 1832, conseguiu também estabelecer importantes laços de parentesco antes mesmo de se envolver na conspiração.

Por último, então resta-nos falar do escravo Ignácio, morador da propriedade de Antônio Corrêa Barboza. Ignácio Cabinda habitava a cidade de Campinas desde o começo da década de 1810. No censo de 1822, este cativo já é indicado com a idade de 26 anos e como sendo casado com a cativa Joana de 24 anos de idade (pelas idades, podemos supor que ambos devem ter chegado na região por volta de 1812 ou 1813)<sup>64</sup>. Não conseguimos, entretanto, seguir a trajetória desse casal em datas anteriores a esta, porque simplesmente não identificamos o registro de seu senhor no censo populacional da cidade – ao que parece, Antônio Corrêa Barboza era sócio de um outro proprietário chamado Alexandre Barboza de Almeida, de quem possivelmente era parente, a julgar pelos respectivos sobrenomes. Apenas no começo da década de 1820 é que Antônio Corrêa Barboza funda seu próprio engenho e passa a registrar anualmente suas produções de açúcar e seus cativos no censo local.

Partindo, então, do ano de 1822 descobrimos que o casal Ignácio e Joana tiveram um total de quatro filhos registrados na igreja matriz<sup>65</sup>. A primeira filha, nascida em 1822, chamava-se Luíza; seus padrinhos eram dois homens livres, Lourenço Antônio e Francisco

---

<sup>63</sup> Ver Apêndice 1 – Joaquim José dos Santos, 1829.

<sup>64</sup> Ver Apêndice 1 – Antonio Corrêa Barboza, 1822.

<sup>65</sup> AEL, 1822, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Luiza, 18/09/1822. AEL, 1824, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Ignácia, 06/03/1824. AEL, 1828, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Jacinta, 17/03/1828. AEL, 1831, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Eva, 05/02/1831.



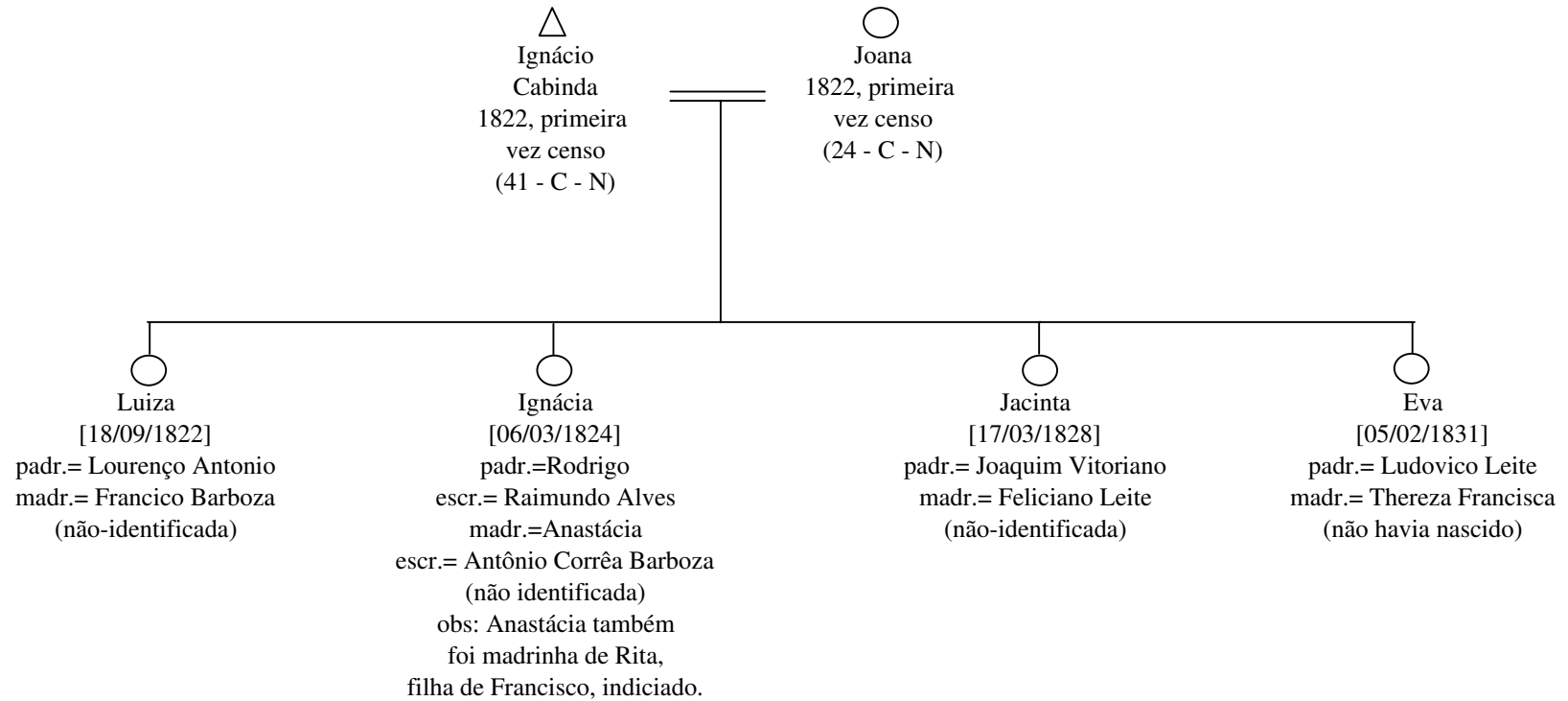
Barboza. A segunda filha nasceu dois anos mais tarde, em 1824, sendo padrinhos agora dois escravos: Rodrigo, pertencente a Raimundo Alves, e Anastácia, cativa do próprio Antônio Corrêa Barboza. Depois dessas duas, vieram ainda Jacinta e Eva, a primeira nascida em 1828, sendo padrinhos, Joaquim Vitoriano e Feleciana Leite, ambos livres; e a segunda, nascida em 1831, com os padrinhos Ludovico Leite e Thereza Francisca. Olhando para esses compadres de Ignácio e Joana, podemos fazer duas observações. Primeiro, o casal estabeleceu laços de compadrio com pessoas livres em quase todos os batizados de suas filhas. Segundo, mesmo tendo acesso a esse mundo dos livres (pelo menos no momento de estabelecer relações de compadrio), o casal Ignácio e Joana fundaram também relações dentro da própria comunidade escrava. É interessante destacar ainda que, na análise dos laços de compadrio de todas as famílias escravas apresentadas até o momento, em nenhum dos casos os escravos tiveram apenas compadres livres. Mesmo as famílias que tiveram praticamente todos os padrinhos ligados ao mundo dos livres, como os casais Ignácio e Joana, João e Maria, acabaram estabelecendo também laços dentro da comunidade escrava. Assim, podemos dizer que ao mesmo tempo em que esses cativos buscavam proteção e ajuda de pessoas em camadas sociais mais elevadas, também não deixavam de criar e recriar relações com outros escravos, com quem trabalhavam e lutavam quotidianamente para tocar suas vidas. Por fim, nos resta relatar que no censo de 1829 quase todos os parentes do casal Ignácio e Joana são identificados entre os cativos de Antônio Corrêa Barboza e portanto é possível que ainda estivessem vivos no ano de 1832<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Ver Apêndice 1 – Antônio Corrêa Barboza, 1829.

Figura 14

## A família de Ignácio



△ Homem.

○ Mulher.

= Matrimônio.

| Filiação.

{ } Data casamento igreja.

[ ] Data do batizado igreja.

( ) Características censo de 1829 - idade, S= solteiro, C= casado, V= viúvo, N= negro.

Fonte: Censos populacionais e assentos de batismo e casamento escravo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas.

mergulhar um pouco mais a fundo nesse assunto e revelar aspectos ainda não muito explorados. Analisando um total de 562 registros de batismo da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, para os anos de 1792 a 1832, pertencentes aos onze senhores citados na trama, pude encontrar características bastante instigantes<sup>67</sup>. Em primeiro lugar, percebemos que raramente ocorriam cerimônias de batismos coletivos, como era comum nos casos de casamentos escravos. As duas únicas vezes em que isso foi identificado em nossa amostra foi nos anos de 1826 e 1827<sup>68</sup>. Na primeira data, Floriano de Camargo Penteado levou seis crioulinhos para serem batizados no mesmo dia; já na segunda data, Francisco Ignácio de Souza Queiroz batizou quatro escravos também em um mesmo dia. Nas duas situações, porém, ocorreu uma coincidência de nascimentos em datas próximas. Os dois proprietários eram donos de centenas de escravos e, portanto, não era incomum o nascimento de alguns cativos na mesma época – nos dois casos, identifiquei registros de cerimônias de batismo ocorrendo um mês antes do batizado coletivo e também por volta de dois meses depois, indicando, portanto, que se o batizado coletivo fosse uma prática deliberada, certamente Floriano de Camargo e Francisco Ignácio aguardariam o nascimento dessas outras crianças para levá-las todas juntas à igreja<sup>69</sup>. O que chama a atenção nos dois casos de batizado coletivo, porém, é o fato de todas as crianças terem padrinhos distintos,

---

<sup>67</sup> AEL, 1792-1832, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas: registros selecionados.

<sup>68</sup> AEL, 1826, Registro de batismo da igreja da nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Lucas, Clemente, Maria, Rita, Delfino, Ipolito, 06/01/1826. AEL, 1827, Registro de batismo da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, rolo 18, Apolonia, Malaquias, Jeremias, Suzana, 13/08/1827.

<sup>69</sup> Na verdade, os registros de batismo nos revelam que os senhores de Campinas acabavam seguindo as recomendações das Considerações Primeiras do Arcebispado da Bahia, que regulamentava as práticas religiosas na colônia, batizando a maioria das crianças com oito dias de idade – em nossa amostra, 60% das crianças foram batizados com oito dias de idade e 10% com dez dias. O texto das Constituições Primeiras diz o seguinte: “ como seja muito perigoso dilatar o batismo das crianças, com o qual passam do estado de culpa ao da graça, e morrendo sem ele perdem a salvação, mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam batizados até 8 dias depois de nascidas”. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Livro I, Título XI.

marcando diferença significativa em relação aos casamentos coletivos de escravos, ocasião em que uma ou duas pessoas atuavam como testemunhas em várias cerimônias.

Os registros de batismo nos permitiram ainda investigar algumas características dos padrinhos das crianças cativas. Percebemos que a maioria dos padrinhos eram escravos (71,5% escravo, 26,5% livre e 2% de forro). Com relação às madrinhas, os dados são muito parecidos, com uma porcentagem levemente superior de escravas e forras (74,2% eram escravas, 22,6% de livres e 3,2% de forras). Quando passamos a cruzar a condição social do padrinho com a da madrinha, identificamos que a grande maioria dos casais pertencia ao mesmo estrato social – cerca de 70% dos casais eram formados por um escravo e uma escrava; 22,3% eram compostos de homens livres e mulheres livres e apenas um caso de forro com forra, ou seja, em mais de 90% dos casos, a condição social dos padrinhos era similar. Em relação aos demais, identificamos que em 60% dos casos o padrinho pertencia a um estrato social mais elevado que o da madrinha (homem livre com mulher escrava, ou homem livre com mulher forra e homem forro com mulher escrava).

Desses dados podemos notar, então, a tendência à construção de laços horizontais de solidariedade entre os cativos. A grande maioria escolheu compadres entre seus próprios pares, ao invés de se dirigir às pessoas livres. Isto acabava criando uma comunidade escrava bastante extensa e com ligação em várias propriedades. Em artigo recente, Ana Maria Lugão Rios associa a escolha de padrinhos livres ou de padrinhos escravos ao tamanho das propriedades<sup>70</sup>. Em pequenas propriedades, relata a autora, os escravos acabavam tendo um maior contato com o mundo dos livres, o que os levava a optar por

---

<sup>70</sup> Rios, Ana Maria Lugão, “The politics of kinship: compadrio among slaves in nineteenth-century, Brazil”, in: *The history of the family*, vol. 5, na. 3, 2000, p.287-298.

marcando diferença significativa em relação aos casamentos coletivos de escravos, ocasião em que uma ou duas pessoas atuavam como testemunhas em várias cerimônias.

Os registros de batismo nos permitiram ainda investigar algumas características dos padrinhos das crianças cativas. Percebemos que a maioria dos padrinhos eram escravos (71,5% escravo, 26,5% livre e 2% de forro). Com relação às madrinhas, os dados são muito parecidos, com uma porcentagem levemente superior de escravas e forras (74,2% eram escravas, 22,6% de livres e 3,2% de forras). Quando passamos a cruzar a condição social do padrinho com a da madrinha, identificamos que a grande maioria dos casais pertencia ao mesmo estrato social – cerca de 70% dos casais eram formados por um escravo e uma escrava; 22,3% eram compostos de homens livres e mulheres livres e apenas um caso de forro com forra, ou seja, em mais de 90% dos casos, a condição social dos padrinhos era similar. Em relação aos demais, identificamos que em 60% dos casos o padrinho pertencia a um estrato social mais elevado que o da madrinha (homem livre com mulher escrava, ou homem livre com mulher forra e homem forro com mulher escrava).

Desses dados podemos notar, então, a tendência à construção de laços horizontais de solidariedade entre os cativos. A grande maioria escolheu compadres entre seus próprios pares, ao invés de se dirigir às pessoas livres. Isto acabava criando uma comunidade escrava bastante extensa e com ligação em várias propriedades. Em artigo recente, Ana Maria Lugão Rios associa a escolha de padrinhos livres ou de padrinhos escravos ao tamanho das propriedades<sup>70</sup>. Em pequenas propriedades, relata a autora, os escravos acabavam tendo um maior contato com o mundo dos livres, o que os levava a optar por

---

<sup>70</sup> Rios, Ana Maria Lugão, “The politics of kinship: compadrio among slaves in nineteenth-century, Brazil”, in: *The history of the family*, vol. 5, na. 3, 2000, p.287-298.

padrinhos livres. Já em grandes propriedades os escravos preferiam reforçar os laços horizontais no estabelecimento do parentesco ritual.

Essa explicação nos parece bastante convincente para acomodar tanto os dados que encontrei nessa pesquisa, como também as informações identificadas por outros autores. Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, por exemplo, estudando as freguesias de Rio Fundo e Monte, na Bahia do século XVIII, notaram que quase 70% dos batizados escravos tinham padrinhos livres. Também Maria de Fátima Neves analisando a cidade de São Paulo colonial, percebe que 73% dos casos de batismo escravos envolviam padrinhos livres, e, finalmente, os próprios dados de Ana Maria Lugão Rios para a cidade de Cabo Frio, no final do século XVIII, revelam que 50% de padrinhos de escravos eram livres. Diferentemente de Campinas, todas essas regiões não viviam uma economia de plantation voltada para exportação e com alta concentração de escravos. Em localidades com essas características, como a freguesia de Inhaúma, Rio de Janeiro, estudada por José Roberto Góes, a porcentagem de padrinhos escravos esteve próxima a 70%<sup>71</sup>.

O que nos parece importante indagar, porém, nos argumentos de Ana Maria Lugão Rios a respeito do compadrio escravo em grandes propriedades é o significado que os próprios cativos atribuiriam a este tipo de parentesco ritual. Baseada nos trabalhos de Manolo Florentino e José Roberto Góes, Lugão Rios relata que o compadrio em grandes propriedades era mais uma forma utilizada pelos cativos para estabelecer o parentesco e,

---

<sup>71</sup> Schwartz, Stuart e Gudeman, Stephen, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”, in: Reis, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33 a 59. Neves, Maria de Fátima R., “Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX”, in: História e população: estudos sobre a América Latina, Belo Horizonte: SEADE/ABEP/IUSPP., 1990, p. 242. Rios, Ana Maria Lugão, “The politics of kinship: compadrio among slaves in nineteenth-century, Brazil”, tabela3, p. 291. Góes, José Roberto, *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*, Vitória: Secretaria do Estado da Educação, 1993, p.56.

consequentemente, a paz nas senzalas<sup>72</sup>. Ora, nesse caso, como explicar, então, a participação de Fabiano, Felizardo, Américo e Jacinto, ligados por grandes por laços de parentesco, em um plano de revolta escrava? Ou, então, como entender o grande número de escravos casados envolvidos nesse projeto de rebelião? Parece-nos que os laços de parentesco e compadrio não necessariamente impediram alguns escravos de se envolverem em insurreições coletivas nas senzalas. Ao contrário, criavam uma rede de solidariedade entre os cativos, a qual poderia ser utilizada mesmo para a formação de um plano de revolta<sup>73</sup>.

A trajetória dos escravos envolvidos com o projeto de insurreição nos mostra que a formação de família e o estabelecimento de longos laços de parentesco fizeram parte de suas vidas. Alguns como Januário Cabinda e Francisco, depois de seus casamentos, passaram a integrar algumas das famílias mais antigas das fazendas, fundadoras das senzalas, por assim dizer. Outros cativos ainda como Januário e Escolástica, Diogo e Joana, tornaram-se padrinhos de jovens escravos, mostrando parte do respeito e consideração que inspiravam aos demais. Nota-se também que quase todos tiveram filhos e viviam na companhia dessas crianças. Tiveram além disso, acesso ao mundo dos homens livres no momento de estabelecer laços de compadrio, elemento que estava disponível apenas um minoria. Portanto, faziam parte do seletto grupo de escravos, moradores das grandes propriedades de cana-de-açúcar de Campinas no começo do século XIX, que conseguiam se casar e estabelecer grande relações de parentesco.

---

<sup>72</sup> Rios, Ana Maria Lugão, “The politics of kinship: compadrio among slaves in nineteenth-century, Brazil”, p. 292.

<sup>73</sup> Stuart Schwartz e Stephen Gudeman identificaram uma medida promulgada pelo Conde de Assumar, em Minas Gerais, século XVIII, que proibia o apadrinhamento de crianças escravas por outros escravos, por temer que “o respeito devido aos senhores fossem desviados para os padrinhos [...] os quais, em contrapartida, poderiam se sentir moralmente obrigados a ajudar os afilhados a escapar ou a se rebelar”, Schwartz, Stuart e Gudeman, Stephen, *Purgando o pecado original*, p. 49.

Antes ainda de encerrarmos esta sessão é importante voltarmos a questão apresentada anteriormente a respeito da participação dos cativos do norte de Angola e também do sul de Angola no plano de revolta de 1832. Comentei acima que os escravos provenientes dessas regiões não haviam sido totalmente excluídos da trama cativa, mas tiveram uma participação baixa se comparado às suas proporções nas fazendas da região na década de 1830. Relatei, naquele momento, que esses dados, entretanto, não eram suficientes para enxergar uma forte tensão entre esses dois grupos de procedências e os escravos vindos do Congo norte (principais articuladores do plano). Acrescentei ao meu argumento o fato do líder máximo dos escravos de Campinas, Diogo Rebolo, ser proveniente do norte de Angola, o que indicava a comunhão de uma série de aspectos culturais entre os escravos.

Depois de termos avaliado várias outras características dos revoltosos e também da população cativa das fazendas envolvidas com a trama de 1832, conseguimos, então, mais alguns dados para a discussão. Podemos levantar inicialmente o fato de que todos os crioulos envolvidos no plano de revolta eram filhos de africanos provenientes de Benguela, assim como grande parte de seus padrinhos de batismo. Ora, uma situação de fortes conflitos entre cativos do Congo norte e aqueles com suas origens no sul de Angola, por exemplo, deveria no mínimo inibir um contato entre os descendentes dos Angolas e os cativos do Congo, o que não foi o caso: ambos estavam, como vimos, lado a lado envolvidos na organização da insurreição. Também a união do cativo Jacinto Cabinda com a crioula Escolástica, filha de pais Benguela, por exemplo, é um indício que as relações entre esses dois grupos de escravos podiam estar ocorrendo de forma bastante amistosa.



Além disso, nos últimos anos estudos a respeito das sociedades africanas têm revelado uma grande similaridade entre diversas culturas de uma vasta região da África Central. Baseando-se nos trabalhos de Wyatt MacGaffey e Anne Hilton, Robert Slenes comenta que “escravos de diversas origens da região Angola-Congo norte, ao encontrar-se no Brasil, teriam reconhecido uma gramática de parentesco comum, centrada no conceito de linhagem, muito embora viessem alguns de povos matrilineares e outros de grupos patrilineares ou bilaterais”<sup>74</sup>. Também o trabalho de Craemer, Vansina e Fox argumenta que a cultura na África Central é menos heterogênea e particularista do que se pensava antes. Analisando os movimentos religiosos nessa grande região do continente africano, os autores identificam que existia um núcleo cultural comum, como, por exemplo, o complexo cultural de ventura e desventura, que acabava unindo todas essas manifestações<sup>75</sup>.

Portanto, as diferenças entre porcentagens de escravos do norte e sul de Angola encontradas no plano de revolta, em relação às encontradas nas fazendas produtoras de açúcar da região, não podem ser interpretadas como um sinal crítico de conflitos. A análise de outros dados têm revelado uma maior ligação entre os cativos de diferentes procedências.

#### *Um plano só de homens?*

Depois de todos os dados que vimos a respeito dos laços familiares de alguns dos revoltosos, resta indagar até que ponto a trama de 1832 era composta apenas por homens, como o processo-crime nos faz crer. As longas redes de parentesco – em que vários indiciados estavam inseridos e que acabavam até mesmo ligando parte desses indivíduos – revelam que existia um contato bastante próximo com as mulheres moradoras das fazendas

---

<sup>74</sup> Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor*, p.144.

da região. Ora, essas mulheres não sabiam que seus companheiros, filhos e afilhados estavam tramando uma rebelião? Não estariam também participando também desse mesmo projeto? Teria ocorrido uma ação deliberada por parte dos escravos para encobrir as possíveis envolvidas?

O processo-crime não chega a indiciar nenhuma mulher, mas o fato de estarem ligadas por meio do parentesco aos conspiradores de 1832 nos leva a pensar que possivelmente essas escravas também colaboraram com o plano. Na trama cativa de Vassouras, em 1838, mencionado anteriormente, sete mulheres foram indiciadas no processo-crime, quase todas com tarefas domésticas<sup>76</sup>. Flávio Gomes comenta que as mulheres africanas eram conhecidas por sua força e poder espiritual e por sua resistência obstinada. Além disso, cumpriam um importante papel na conformação e transmissão de variados aspectos culturais. No plano revolta de Vassouras, em particular, possivelmente ajudaram com suprimentos e informações a respeito da casa senhorial. Uma das mulheres, inclusive, foi ainda apontada como a rainha do quilombo que os cativos pretendiam fundar depois do levante.

Os dados que temos para o plano de Campinas, como vimos acima, não permitiram fazer uma análise mais minuciosa da real participação das mulheres. Mas, de qualquer forma, podemos especular que tenham colaborado com a difusão do plano pelas fazendas onde mantinham contatos e relações de parentesco. Além disso, é bem possível que parte delas desempenhassem tarefas domésticos dentro das propriedades de seus senhores (como indica a bibliografia citada acima a respeito das ocupações das mulheres). Esses cargos abriam uma série de possibilidades, como informações dos dias em que os senhores

---

<sup>75</sup> Craemer, Willy de; Vansina, Jan; e Fox, Renée C., “Religious Movements in Central Africa: a Theoretical Study”, *Comparative Studies in Society and History*, 18: 4, out, 1976, p. 458-475.

estariam ausentes, maiores chances de contatar escravos da roça e com profissão especializada, acesso à despensa da fazenda, possibilidade de adicionar preparados de raízes, chás na comida senhorial e outros. Assim, parece-nos bastante plausível sugerir que a trama de 1832 contou também com a atuação de algumas mulheres em sua organização e estruturação.

---

<sup>76</sup> Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas*, p. 227.

**Relação dos escravos indiciados no plano de revolta de 1832**

(Continuação)

Nome	Estado Civil	Idade	Procedência	Ano em que aparece pela 1ª. no censo	Profissão	Observação
<i>Joaquim José dos Santos</i>						
Diogo	Casado	39	Rebolo	1817	Não-indicado	Principal liderança em Campinas
Marcelino	?	?	Monjolo	?	Tropeiro	Correspondente com o João Barbeiro
<i>José da Cunha Paes Leme</i>						
José	Solteiro	25	Congo	1822	Não-indicado	
Manoelzinho	Solteiro	23	Congo	1822	Não-indicado	
<i>Salvador Bueno da Silveira</i>						
Bento	?	?	Cassuada	1822	Não-indicado	
Joaquim	Solteiro	17	Moçambique	1825	Tropeiro	
<i>Antônio Corrêa Barboza</i>						
Agostinho	Casado	34	Monjolo	1822	Não-indicado	
Ignácio	Casado	44	Cabinda	1825	Não-indicado	
<i>Luis Antonio de Souza</i>						
<u>Fazenda Bom Jardim</u>						
Francisco	?	?	Congo	?	Não-indicado	
<u>Fazenda Taquaral</u>						
João	?	?	Monjolo	?	Não-indicado	Capitão
<u>Fazenda Monjolinho</u>						
José Duro	?	?	Não indicado	?	Não-indicado	Capitão
<i>Francisco Ignacio de Souza Queiroz</i>						
José Bexiga	?	?	Não indicado	?	Não-indicado	Capitão

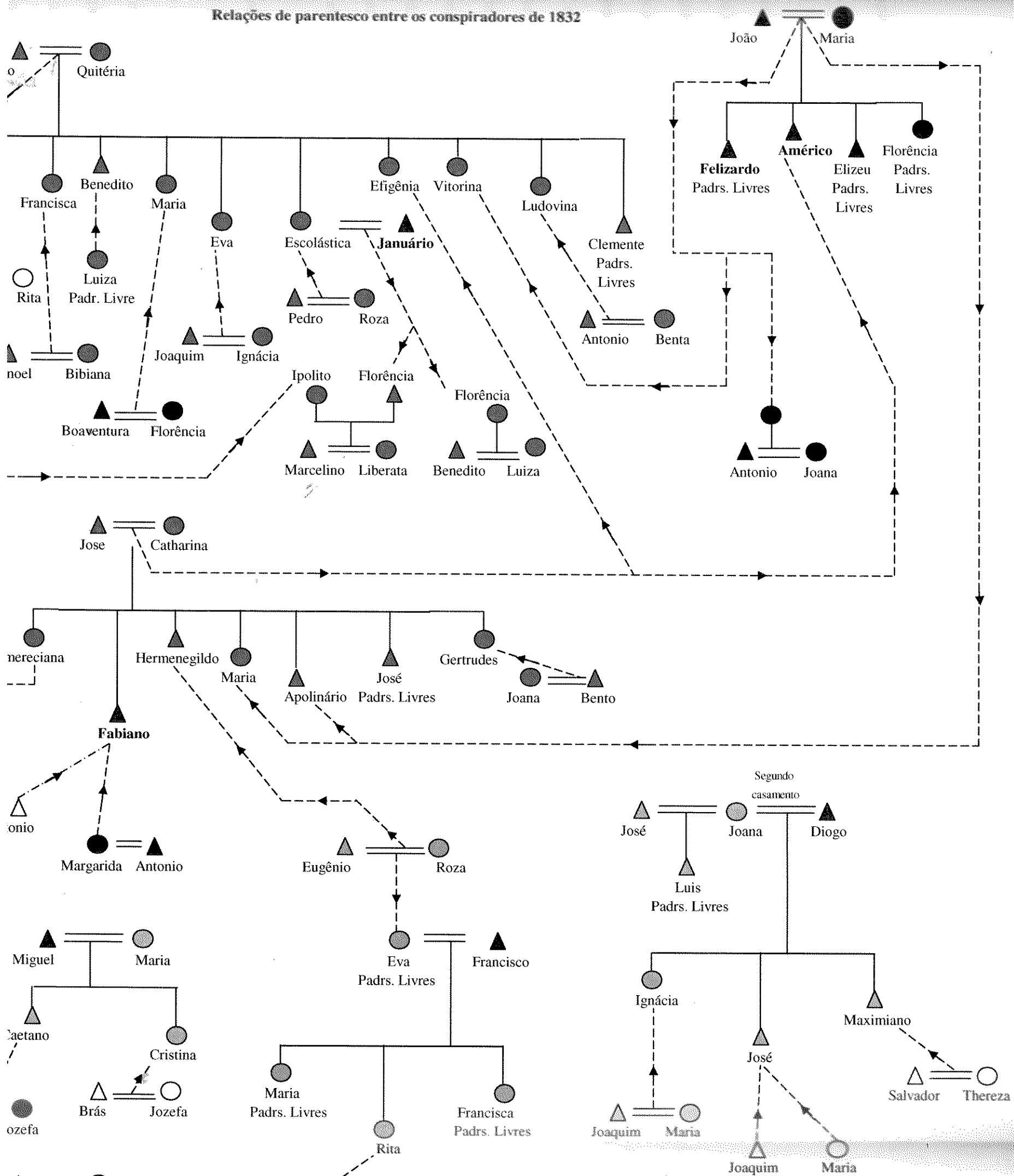
OBS: Apenas está faltando nesta tabela o João Barbeiro que era liberto e do qual não temos outras informações. Todos estes indivíduos acima foram condenados.

O estado civil foi retirado do censo populacional de 1829;

A idade foi baseada no censo de 1829, sendo, porém, acrescentado mais 3 anos;

A origem e a profissão foram retiradas do processo-crime de 1832.

Relações de parentesco entre os conspiradores de 1832



Legenda:

- Matrimônio
- - - -> Compadrio (setas estão no sentido padrinhos - afilhados)
- ▲ Conspiradores 1832
- △ Forro
- Escravos Floriano de Camargo Penteado
- Escravos Antonio Camargo Penteado/Dona Ana de Campos Paes
- Escravos Antonio Francisco de Andrade
- Escravos Antonio Corrêa Barboza
- Escravos Joaquim Jose dos Santos
- Escravos Theodoro Francisco de Andrade
- Escravos João Francisco de Andrade/Dona Ana Francisca Cardoza
- Escravos Luis Antonio de Souza Queiroz
- Escravos pertencentes a proprietários não citados no plano de revolta 1832

Obs: Estão representadas as relações de parentesco de oito dos trinta e dois escravos condenados no processo-crime de 1832.

Fonte: Registros de batismo, casamento escravo e censo populacional

## Capítulo VII – Os líderes João Barbeiro e Diogo Rebolo

O processo crime de 1832 apontou o liberto João Barbeiro e o cativo Diogo Rebolo como as duas principais lideranças do plano de revolta. O primeiro já havia sido acusado no ano de 1830 de sublevar os escravos de Campinas. Foi preso e mandado para São Paulo, segundo as autoridades, em benefício da paz e sossego da região. Quanto a Diogo, não encontramos nenhum indício de que havia se envolvido em outras tentativas de revolta antes de 1832, porém, não é difícil que também estivesse relacionado com a trama de 1830, já que mantinha contatos com o liberto João Barbeiro. Mas o que chama atenção nessas duas figuras é a grande capacidade de liderança. Ambos inspiravam grande respeito e admiração dentro da comunidade cativa, conseguiram congregar quinze grandes propriedades em 1832 e ainda estavam articulando a participação de escravos moradores da cidade de São Paulo. Neste capítulo, então, comentarei um pouco da trajetória de João Barbeiro e tentarei desvendar os significados das mezinhas e os dons espirituais de Diogo Rebolo, buscando entender um pouco mais suas lideranças.

### *João Barbeiro*

A pesquisa sobre a trajetória do João Barbeiro na região de Campinas é ainda cheia de lacunas. Não consegui identificar vários aspectos de sua vida, como, por exemplo, a época em que desembarcou nessa cidade, o período de escravidão, o momento da alforria, etc. Os poucos dados que levantei são provenientes do próprio processo-crime de 1832 e também de algumas cartas trocadas entre as autoridades de Campinas e o presidente da província de São Paulo em que o liberto é mencionado. De qualquer forma, uma leitura

atenta dessas fontes permitiu levantar alguns pontos bastante reveladores de sua passagem por essa cidade.

Segundo o depoimento de uma das testemunhas do processo-crime de 1832, João Barbeiro, antes de conseguir sua alforria, pertenceu ao “cônego Melchior”. Percorrendo, então, as listas do censo populacional da vila encontrei um cônego Melchior Fernandes Nunes de Camargo, no ano de 1829, proprietário de 11 cativos (8 homens e 3 mulheres), que “vivia de sua agricultura”<sup>1</sup>. Animei-me, a partir disso, com a possibilidade de encontrar João Barbeiro no período em que ainda era escravo. Mas não foi possível ir muito longe. O tal cônego não aparece nos levantamentos populacionais da vila para os anos anteriores a esta data.

Descobrimos mais tarde, porém, que o cônego Melchior nem sempre habitou a região, tendo morado anteriormente na imperial cidade de São Paulo<sup>2</sup>. Não sabemos em que momento o cônego se mudou para Campinas, mas podemos levantar algumas hipóteses sobre a vida do liberto barbeiro. Se João também habitou a imperial cidade de São Paulo, juntamente ao cônego durante alguns anos, pode, então, ter criado laços de amizade e, quem sabe, até de parentesco com outros moradores da cidade. Tal hipótese é interessante, pois ajudaria a explicar em parte o sucesso da fuga da cadeia (depois de ser preso em 1830) e a permanência na capital da província. Além disso, o conhecimento da região provavelmente colaborou para o deslocamento do liberto dentro da cidade.

O certo, porém, é que João Barbeiro conseguiu conquistar a sua alforria, alcançando um dos objetivos mais desejados pelos cativos. É um pouco difícil precisar em que momento isso teria ocorrido, mas pode ser que João tenha obtido sua alforria ainda em São

---

<sup>1</sup> AEL, 1829, Levantamento populacional, rolo3.1, 1ª Companhia – número 57, Cônego Melchior Nunes Fernandes.

Paulo e, por algum motivo (talvez por condição da carta de alforria), fora obrigado a acompanhar o seu antigo senhor até Campinas; ou, ainda, é possível que tenha conquistado a sua liberdade quando chegou nesta cidade. De qualquer forma, o que parece ter sido bastante decisivo no acesso à liberdade foi a sua profissão de barbeiro. A ocupação de um cargo especializado favorecia o acúmulo de pecúlio e a possibilidade de compra da própria carta de liberdade. Peter Eisenberg analisando as cartas de alforrias em Campinas, durante praticamente todo o século XIX, identificou que a maioria dos libertandos (55,3%) exercia algum tipo de tarefa qualificada<sup>3</sup>. Este índice é coerente com o fato de que a maioria das alforrias eram onerosas (65,7%), ou seja, exigiam em troca uma certa quantia em dinheiro, ou a prestação de algum tipo de serviço, ou mesmo uma combinação dessas duas possibilidades.

No ano de 1830, encontramos uma carta de alforria que o cônego Melchior passou ao escravo João Ferreiro, que nos ajuda a entender as condições nas quais este senhor concedia liberdade aos seus cativos. Segundo a carta de alforria de João Ferreiro, este escravo teria direito à liberdade desde que continuasse trabalhando para o cônego em sua tenda de ferraria durante todo o tempo que em que o religioso achasse necessário<sup>4</sup>. Portanto, o cônego passou uma carta de alforria sob condição. Com João Barbeiro, não deve ter sido muito diferente, dificilmente conquistou sua liberdade gratuitamente. O mais provável é que tenha trabalhado durante vários anos até conseguir o dinheiro suficiente para

---

<sup>2</sup> Brito, Jolumá. *História da cidade de Campinas*, Campinas: Editora Saraiva, 1957.

<sup>3</sup> Eisenberg, Peter, *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 82-104. Libby, Douglas Coule e Paiva, Clotilde Andrade, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José D’El Rey em 1795” in: *Revista brasileira de estudos de população*, v.17, n.1/2, jan./dez., 2000, p. 17-46. Xavier, Regina Célia Lima, *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996. Paiva, Eduardo França, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, São Paulo: Annablume, 1995.

<sup>4</sup> AEL, Guarda de Manuscritos e outros suportes, Peter Eisenberg, *Estudos sobre escravos em Campinas – cartas de alforrias*, pasta 22-25, 1830.



comprar a sua liberdade, ou, então, tenha estabelecido uma espécie de acordo com seu senhor, pagando parte da alforria em dinheiro e outra parte em serviços.

A conquista da liberdade, porém, não afastou João Barbeiro de seus companheiros de cativeiro. Como dissemos, não conseguimos muitas informações a respeito de seu paradeiro, mas fica evidente que João Barbeiro continuou mantendo fortes contatos com os escravos. A ligação desse liberto com os escravos mostra que o sentido de comunidade não unia apenas cativos de diferentes propriedades, como comentamos anteriormente, mas ligava também escravos com libertos. É claro que podemos citar casos de ex-escravos que acabaram se integrando ao mundo dos homens livres, tornando-se, às vezes, capitães do mato e perseguidores de cativos fugidos<sup>5</sup>. Mas, em várias outras situações, é possível flagrar a união de escravos e forros lutando contra senhores e autoridades policiais, como foram os casos das revoltas de 1830 e 1832 em Campinas, o levante dos malês na Bahia em 1835, e novamente em Campinas no ano de 1882, com Felipe Santiago<sup>6</sup>.

O envolvimento e também a liderança dos libertos nessas planos de insurreição podem ser entendidos em parte pela posição estratégica que ocupavam na sociedade escravista, para lutar contra a classe senhorial. Os libertos, em primeiro lugar, tinham uma liberdade maior de movimentação em comparação aos escravos e podiam mais facilmente ligar um plano de revolta em diferentes fazendas. No caso específico dos libertos com o ofício de barbeiro, podemos acrescentar ainda o fato de que freqüentemente eram chamados pelos próprios senhores de engenho para aplicar sanguessugas. No ano de 1834, por exemplo, encontramos uma carta de um senhor de engenho de Campinas, a qual diz que

---

<sup>5</sup> Ver Reis, João José, “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, in: *Revista USP – dossiê povo negro, 300 anos*, n.28, ano 1995-1996, p.35.

<sup>6</sup> Reis, João José, “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, p. 35. Machado, Maria Helena, *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, São Paulo: USP; Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, cap. 3.

havia pago ao João Barbeiro 300\$000 réis adiantados para que lhe prestasse serviços<sup>7</sup>. Também no inventário de alguns senhores é possível encontrar o registros de despesas com aplicadores de sanguessugas e curandeiros<sup>8</sup>. Portanto, a facilidade de circulação pelas fazendas da região e o contato com os cativos ajudava sobremaneira a preparação de uma revolta. Além disso, os libertos conseguiam muito provavelmente comprar armamentos e pólvora mais facilmente que os cativos e acabavam ainda obtendo informações antes dos escravos a respeito de mudanças políticas e momentos de ruptura entre os senhores.

O ofício do liberto João Barbeiro também colaborava para que tivesse uma popularidade bastante grande entre os escravos. Os barbeiros, segundo o viajante Jean Bastide Debret, reuniam numa “mesma pessoa um barbeiro hábil, um cabeleireiro exímio, um cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas”<sup>9</sup>. Além disso, eram mestres ainda em consertar uma malha escapada de meia de seda e tocar violão e clarineta com muita habilidade<sup>10</sup>. Mas o seu prestígio com os cativos, ao que parece, vinha mesmo de suas habilidades de cura. O “cirurgião negro”, segundo Debret, era muito respeitado pelos seus compatriotas, “que o veneram como um sábio inspirado, pois ele sabe

---

<sup>7</sup> AESP, 1834, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, caixa 56, documento 18, 20/03/1834.

<sup>8</sup> Os senhores pagavam pelos serviços de barbeiros e curandeiros não apenas para tratar dos seus escravos enfermos, mas também para tratar seus próprios familiares e ainda para se tratarem. Nessa primeira metade do século XIX muitos senhores compartilhavam com escravos crenças religiosas sobre as causas sobrenaturais de doença e morte. Sobre os diversos saberes de cura em Campinas no século XIX, ver: Xavier, Regina Célia Lima, *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade Campineira oitocentista*, Tese de doutorado, Unicamp, 2002, capítulo 4. Ver também: Sampaio, Gabriela dos Reis, *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*, Campinas: Editora Unicamp/Cecult, 2002. Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, especialmente capítulos 6 e 9.

<sup>9</sup> Debret, Jean Bastide. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 3 v. em 2 tomos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. O trabalho de Tânia Pimenta também revela que as tarefas de barbeiro e sangrador eram exercidas por uma mesma pessoa, “de hábito, a população percebia como associados esses ofícios, chegando mesmo a ser usual fazer-se referência a um sangrador como barbeiro, o que confirma serem tais ofícios com frequência exercidos por uma mesma pessoa.” A mesma autora, ao analisar a documentação da Fisicatura-mor (1808-1828), identifica ainda que 84% dos barbeiros-sangradores eram escravos ou forros e 64% africanos. Pimenta, Tânia Salgada, “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828)” in: *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, V(2): 349-72, jul/out de 1998.

<sup>10</sup> Pimenta, Tânia Salgada, “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828)”, p.357.

emprestar a suas receitas um fundo misterioso, e mediante tais sortilégios disfarça o simples curativo que os seus doentes já conhecem por tradição”<sup>11</sup>. Deixando de lado o preconceito do viajante francês que enxerga nas curas do cirurgião negro uma simples encenação “misteriosa” para enganar os cativos, podemos notar a consideração que o tal cirurgião possuía entre os escravos.

Tânia Salgado Pimenta comenta que, apesar da atividade de barbeiro-sangrador ser exercida na Europa desde pelo menos o século XV e também conhecida por alguns índios no Brasil, no começo do século XIX, eram os negros que praticamente ‘monopolizavam’ esse ofício<sup>12</sup>. Segundo essa autora, os barbeiros negros reinterpretaram essa atividade de acordo com suas concepções de doença e cura. A prática de sangria tinha um significado bastante particular para os africanos, estava associada à tentativa de sugar os espíritos malignos que estariam causando a enfermidade. Portanto, o liberto João Barbeiro, ao que parece, era visto pelos escravos como alguém que tinha habilidades especiais de cura e tratamento de doenças. A sua liderança em dois planos de revoltas em Campinas certamente passava tanto por sua maior liberdade de movimento, maiores chances de comprar armamento e contatar escravos, como também por essas habilidades e dons especiais de cura das doenças.

### *Diogo Rebolo*

O escravo Diogo Rebolo chegou a Campinas no ano de 1811, proveniente da região do rio Cuanza, na África Central<sup>13</sup>. Como vimos no capítulo anterior, conseguiu, depois de alguns anos no cativeiro, conquistar uma parceira para dividir as dificuldades cotidianas.

---

<sup>11</sup> Debret, Jean Bastide. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

<sup>12</sup> Pimenta, Tânia Salgada, “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828)”, p.360.

Além disso, chegou a ter três filhos batizados na igreja e a estabelecer laços de compadrio com outros escravos. Foi citado no processo-crime de 1832 como a principal liderança dos cativos em Campinas e também como o responsável por elaborar as chamadas “mezinhas”, que protegeriam os revoltosos contra as facas e balas dos senhores durante um conflito e deixariam ainda mais lenta a reação senhorial.

Olhando mais detalhadamente os depoimentos dos indiciados no processo-crime, descobrimos outras coisas bastante instigantes sobre Diogo Rebolo e as mezinhas. O escravo Joaquim Congo, por exemplo, relata que as mezinhas eram feitas de “umas raízes” e que era “para livrar feitiços”<sup>14</sup>. O escravo Francisco Congo apresenta um depoimento bastante parecido com a fala de Joaquim e nos relata o seguinte: disse “que tinha comprado do escravo Diogo, de Joaquim José dos Santos, mezinhas de *curar feitiços* [grifo meu], por duas patacas”<sup>15</sup>. Além de saber preparar essas tais mezinhas, os cativos envolvidos no plano de revolta informam que Diogo tinha a capacidade de prever o futuro. Segundo o escravo Joaquim, Diogo possuía “um livro com a pintura de [um] nariz de cachorro que era para adivinhações”. O processo-crime nos revela, ainda, que durante os depoimentos, muitos escravos chamavam Diogo de pai.

Assim, o líder Diogo Rebolo possuía certos dons espirituais que eram destacados e comentados pelos demais escravos das fazendas. As suas habilidades em manipular o sobrenatural para benefício dos escravos faziam dele uma figura bastante importante nos projetos desses cativos e, certamente, sua grande capacidade de liderança estava associada a essas habilidades. Porém, para analisarmos um pouco mais de perto esses “dons” de pai

---

<sup>13</sup> Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 57,58.

<sup>14</sup> Ver depoimento 17 de fevereiro. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, caixa 56, pasta 2, documento 59, 17/02/1832.

Diogo, voltaremos nossos olhares para o centro-oeste africano, região de onde era proveniente a grande maioria dos escravos de Campinas no começo do século XIX – apenas para lembramos, durante praticamente as três primeiras décadas do século XIX, os escravos provenientes dessa região representavam perto de 90% dos africanos.

Retornando ao importante estudo de Craemer, Vansina e Fox<sup>16</sup> sobre os movimentos religiosos da África Central, podemos analisar com mais cuidado alguns pontos levantados por esses autores. Os movimentos religiosos dessa região da África central podem ser caracterizados de uma maneira geral por atribuírem grande importância aos ancestrais e aos espíritos da natureza, pela presença de rituais coletivos de encantamentos e também pela atuação de líderes carismáticos. Além disso, estes movimentos apresentavam uma alta flexibilidade para a incorporação de novos elementos. Utilizando uma expressão de Mary Karasch, era “tradicional” entre os centro-africanos aceitar novos rituais, símbolos, crenças e mitos<sup>17</sup>, fazendo com que a adoração de um santo católico, por exemplo, não significasse, necessariamente, uma conversão ao catolicismo, mas simplesmente a adoção de uma estátua ou espírito como um novo símbolo.

A religião para esses povos da África central possuía, ainda, segundo Craemer, Fox e Vansina, um papel fundamental na organização da vida. Ela moldava a cosmologia, a maneira de entender o mundo dos membros das diferentes culturas da região e era, ainda, a forma primordial de sociabilidade. Segundo a visão cósmica desses povos da África central, a ordem natural das coisas é a de que o “bem” prevalecesse na sociedade, ou seja, que prevalecesse a saúde, a fertilidade, a riqueza, a segurança e a harmonia. Já o mal ou as

---

<sup>15</sup> Ver depoimento 17 de fevereiro. AESP, 1832, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, caixa 56, pasta 2, documento 59, 17/02/1832.

<sup>16</sup> Willy de Craemer, Jan Vansina e Renée C. Fox, “Religious movements in Central África: a Theoretical Study”, *Comparative Studies in Society and History*, 18: 4 (out. 1976).

coisas ruins seriam causados por forças malévolas, através de pensamentos e sentimentos malignos de outras pessoas. Assim, a doença, a esterilidade, o fracasso, o empobrecimento, a desavença e a morte seriam resultados de pensamentos ruins – feitiçaria.

A “ordem natural” seria a permanência do “bem” e um distanciamento das coisas ruins que afligiam o universo. Dentro desta visão cósmica do mundo, então, o líder religioso possuía um papel fundamental de tentar manter essa “ordem natural” no mundo, mantendo o equilíbrio entre as forças. Por meio de certos rituais, o líder espiritual buscava eliminar as forças malévolas, os pensamentos ruins (feitiçaria) e afastar, dessa forma, a doença, o fracasso, a esterilidade, etc<sup>18</sup>.

Atravessando novamente o Atlântico e retornando, então, da África para Campinas, nas primeiras décadas do século XIX, podemos flagrar, por meio do plano de revolta, várias características dessa religiosidade centro-africana – a figura de um líder carismático, a reunião de diversos indivíduos, a cura de feitiços<sup>19</sup>. No caso das mezinhas em específico, como relataram os escravos da vila, esses preparados tinham a função de livrar/curar feitiço e também evitar balas e facas. Ou seja, podemos interpretar as funções das mezinhas como capazes de livrar os “pensamentos ruins”, que causavam o mal – simbolizado, nesse caso, pelas facas e balas dos senhores.

Além disso, as mezinhas tinham a capacidade de deixar os brancos mansos/lentos. Segundo a tradição religiosa da África central, os líderes espirituais tinham a habilidade de manipular o sobrenatural para que os objetivos gerais da comunidade fossem alcançados,

---

<sup>17</sup> Karasch, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p.350.

<sup>18</sup> Com relação aos líderes religiosos africanos, ver: Sampaio, Gabriela dos Reis, *A história do feitiçeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial* – Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas, 2000.

<sup>19</sup> Com isso, entretanto, não queremos dizer que a religiosidade desenvolvida pelos africanos no Brasil seja idêntica à encontrada na África. Forjada dentro de um contexto de cativo, a religião desses africanos, certamente, acabou incorporando novas formas, ritos e significados.

por exemplo, uma boa colheita para aquele ano, sucesso nas caçadas, segurança, proteção, etc. No contexto específico de preparação de uma revolta, poderíamos pensar que os objetivos mais evidentes seriam a segurança dos revoltosos e o sucesso na batalha, portanto, nada mais natural que o líder religioso daquela comunidade trabalhasse para isso – tanto no sentido de livrar os revoltosos do mal (facas e balas), quanto manipular o sobrenatural para atingir o adversário, deixando-o lento.

Vimos também que Diogo Rebolo era chamado de pai por alguns cativos da vila, envolvidos no movimento de rebeldia. Segundo Robert Slenes, esta palavra não possui apenas o significado de progenitor, no centro-oeste africano (principalmente na região de Congo-Angola) carregava também o significado de liderança. O respeito “aos anciões e a identificação de idade com liderança é praticamente universal nas culturas africanas; “portanto não haveria nada mais natural do que chamar pessoas com autoridade de “tates” [pais], mesmo que não fossem literalmente pais ou pessoas idosas”<sup>20</sup>. Também o livro com um nariz de cachorro na capa encontra ressonâncias nas sociedades do centro-oeste da África. Para os povos dessa área, o cachorro era capaz de farejar coisas que normalmente não poderiam ser sentidas, assim como um líder espiritual podia perceber coisas que outras pessoas não poderiam notar. O cachorro também era o animal que colaborava nas caçadas, e, andando entre a vila e a floresta ou metaforicamente falando, o cachorro era aquele que podia transitar do mundo dos vivos ao mundo dos mortos<sup>21</sup>.

Enfim, Diogo Rebolo inspirava muito respeito e admiração por parte de seus parceiros de escravidão, ocupando um papel fundamental na vida dessas pessoas. Este

---

<sup>20</sup> Slenes, Robert W. “Malungu, Ngoma Vem: África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, n.12, dez/jan/fev. de 1991-1992.

<sup>21</sup> Slenes, Robert W., *The nsanda tree transplanted, from Kongo to Brazil: cults of affliction, family and identity among plantations slaves in nineteenth-century, Rio de Janeiro and São Paulo*, (prelo).

cativo era o responsável por manter o “bem” sempre presente e o “mal” afastado daqueles escravos, no ano de 1832, trabalhou em benefício da comunidade cativa, lutando por sua liberdade.



## Considerações Finais

O ponto de partida dessa pesquisa foi o processo-crime de 1832 e a condenação do liberto João Barbeiro e de outras três dezenas de escravos. Foi por meio desse documento, que marcou justamente o fim da tentativa de rebelião, que comecei a investigação da trajetória dos revoltosos em Campinas, nas primeiras décadas do século XIX. Chegou a hora, então, de retomar algumas questões apresentadas ao longo do texto e colocar um ponto final neste estudo.

Apresentamos no começo desta dissertação alguns trabalhos da historiografia brasileira que enxergam um importante distanciamento entre a constituição de famílias escravas e a formação de revoltas coletivas. Vimos as idéias de Florentino e Góes, segundo as quais o casamento instituiria a paz nas senzala, diminuindo os conflitos entre os cativos provenientes de diversas localidades e também entre a senzala e a casa-grande. Mostramos também os argumentos de Mattos, que tende a enxergar no casamento e mesmo na ocupação de um cargo especializado a possibilidade de acumulação de um pecúlio e a conseqüente compra da alforria para a família escrava ou pelo menos para alguns membros da família cativa, criando, dessa forma, um grupo mais privilegiado dentro da senzala e avesso a revoltas coletivas<sup>1</sup>.

Também vimos na introdução da dissertação os argumentos desses autores a respeito das relações entre cativos de diferentes origens. Florentino e Góes tendem a enxergar importantes conflitos entre os escravos africanos de diversas origens e entre esses

---

<sup>1</sup> Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Mattos, Hebe Maria de, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*, Brasil, século XIX, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

e os crioulos. Já Mattos percebe fortes divergências entre os crioulos e também os africanos ladinos em relação aos cativos recém-chegados. Por último, Slenes, ao contrário desses dois autores, não considera as relações entre os escravos de diferentes origens tão conflituosas, como Florentino e Góes, e credita menos peso às disputas provenientes da conquista de um casamento e cargo especializado para a divisão das senzalas<sup>2</sup>.

Ao longo de todo o texto buscamos, então, dialogar com essas questões e tentamos entender como os fatos teriam ocorrido na vila de Campinas nas primeiras do século XIX. Ao acompanhar as trajetórias dos revoltosos de 1832, percebemos características bastante interessantes para o debate. Vimos que a maioria dos revoltosos desembarcou nessas terras ainda no final da década de 1810 e começo da década seguinte e foi trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar. Eram provenientes principalmente do Congo norte, mas também vinham de Angola e Moçambique, e alguns eram mesmo crioulos, nascidos nas propriedades da região (todos lutando lado a lado por suas alforrias). Vimos também que alguns dos conspiradores, com o decorrer dos anos, conseguiram ocupar tarefas especializadas dentro da propriedade em que viviam, como o caso de Bendito que se tornou ferreiro, de Marcelino tropeiro, de Joaquim também tropeiro e Francisco que se tornou cozinheiro. Outros ainda conseguiram se casar e formar família, estabelecendo longos laços de parentesco, como os escravos Bento, Benedito, Januário, Francisco, Miguel, Diogo, Agostinho e Ignácio. Também vimos que os três crioulos condenados no processo-crime pertenciam a famílias bastante antigas nas propriedades, famílias fundadoras das senzalas.

---

<sup>2</sup> Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas*, 1997. Mattos, Hebe Maria de, *Das cores do silêncio*, 1998. Slenes, Robert W., *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, Século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Por último ainda, notamos que uma grande rede de parentesco unia vários dos conspiradores de 1832, como era o caso de Fabiano, Américo, Felizardo e Januário.

Ora, diante disso tudo, voltamos às questões acima e nos perguntamos: não formariam esses revoltosos justamente a comunidade mais privilegiada das senzalas? Não seriam esses cativos os mais próximos do mundo dos livres, seja pela ocupação de uma tarefa especializada, seja pela rede de parentesco as quais estavam envolvidos? Não teriam esses cativos conseguido superar as diferenças de origem para lutarem lado a lado? A resposta para essas perguntas no meu entender é afirmativa. Não estou querendo com isso enxergar uma ausência de conflitos entre os cativos. O que pretendo dizer é que os escravos moradores desses grandes engenhos de açúcar de Campinas, nas primeiras décadas do século XIX, encontraram um terreno fértil para a construção de fortes laços horizontais de solidariedade. Isto porque a grande maioria era proveniente de uma mesma região, centro-oeste da África, e também porque esses escravos habitavam grandes propriedades, onde o contato com seus senhores era menos direto (o caso de Floriano de Camargo Penedo, o senhor com maior número de escravos envolvidos na trama parece exemplar: tinha no ano de 1830 seis fazendas em Campinas), favorecendo um vivência mais autônoma. Também foi importante a facilidade que os cativos tiveram em estabelecer relações com escravos de outras fazendas da região, seja pela proximidade dessas propriedades e mesmo pelo parentesco de seus senhores.

Até os cativos que conseguiram constituir família e ocupar importantes cargos nas fazendas (ou então no caso do João Barbeiro que conseguiu a alforria) não se desligaram dos demais parceiros de cativeiro. Mantiveram fortes contatos principalmente por meio das relações de parentesco. No momento de revolta coletiva, então, foram esses mesmos escravos que acabaram assumindo o papel de liderança, incorporando em seus projetos

tanto a formação de extensas redes familiares, ocupação de cargos especializados e o envolvimento em revoltas coletivas na vila.

## Apêndice I

Os levantamentos populacionais de Campinas foram realizados quase que anualmente desde que foram criados em 1767 até o ano de 1836. Esses documentos aparecem anexados junto à documentação de Jundiá até 1797, quando Campinas ganha, então, o status de vila e passa a fazer seus próprios levantamentos populacionais. Esta documentação encontra-se guardada no Arquivo do Estado de São Paulo (*Maços de População*). O Arquivo Edgard Leuenroth possui cópia em microfilme dos levantamentos populacionais de Campinas a partir de 1797 até 1836 (*Fundo Peter Eisenberg – Listas de Habitantes*). Abaixo segue a relação de nove senhores citados no plano de revolta de 1832 e sua localização exata dentro dos levantamentos populacionais, desde o ano que se tornaram chefes de propriedade até 1836 (a trama de 1832 envolveu um total de onze proprietários, mas só consegui localizar nove deles nos censos populacionais). Para esta pesquisa utilizei a documentação guardada no Arquivo do Estado de São Paulo referente aos anos de 1792 até 1796; depois desta data, passei a utilizar as cópias dos levantamentos populacionais guardadas no Arquivo Edgard Leuenroth.

### **Floriano de Camargo Penteado**

*Arquivo do Estado de São Paulo – Maços de População*

*Vila de Jundiá, Freguesia de Campinas*

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1792	Maço 24-24, No. 586
1793	Maço 24-24, No. 6321
1794	Maço 24-24, No. 412
1795	Maço 25-25, No. 569

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

*Vila de São Carlos (Campinas)*

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1797	Rolo 2.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 15
1798	Rolo 2.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 114
1799	Rolo 2.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 119

1800	Rolo 2.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 402
1801	Rolo 2.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 424
1803	Rolo 2.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 142
1804	Rolo 2.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1805	Rolo 2.4 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1806	Rolo 1.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1807	Rolo 1.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1808	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1809	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1810	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1811	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1812	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1813	Rolo 1.4 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1814	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1816	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1817	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1818	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1822	Rolo 3.4 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1824	Rolo 3.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1825	Rolo 3.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1829	Rolo 3.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 6
1836	Rolo 3.1 – 2 <sup>o</sup> Distrito – Quarteirão 2 – No. 1

**Antonio de Camargo Pentead/Dona Ana de Campos Paes (esposa)**

Arquivo do Estado de São Paulo

Vila de Jundiá, Freguesia de Campinas.

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1792	Maço 24-24, No. 585
1795	Maço 24-24, No. 550

Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg

Vila de São Carlos (Campinas)

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1797	Rolo 2.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 16
1798	Rolo 2.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 111
1799	Rolo 2.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 116
1800	Rolo 2.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 428
1801	Rolo 2.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 439
1803	Rolo 2.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 143
1804	Rolo 2.3 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 7
1805	Rolo 2.4 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 72
1806	Rolo 1.1 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1807	Rolo 1.2 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 61
1808	Rolo 1.2 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 12
1809	Rolo 1.2 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 13
1810	Rolo 1.3 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 11
1811	Rolo 1.3 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 69
1812	Rolo 1.4 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 59

Antonio Camargo Penteadó faleceu em 1812. No ano seguinte, os registros já aparecem com o nome de sua esposa Dona Ana de Campos Paes.

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1813	Rolo 1.4 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 39
1814	Rolo 1.3 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 79
1815	Rolo 3.3 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 17
1816	Rolo 3.3 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 18
1817	Rolo 3.3 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 15
1818	Rolo 3.4 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 19
1822	Rolo 3.4 – 6 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1824	Rolo 3.2 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 22
1825	Rolo 3.2 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 20
1829	Rolo 3.1 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 81
1836	Não identificado

**João Francisco de Andrade/Dona Ana Francisca Cardoza (esposa)**

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

Vila de São Carlos (Campinas)

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1803	Rolo 2.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 149
1804	Rolo 2.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1805	Rolo 2.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1806	Rolo 1.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1807	Rolo 1.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1808	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1809	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1810	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1811	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1812	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1813	Rolo 1.4 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1814	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1816	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1817	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1818	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1822	Rolo 3.4 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1824	Rolo 3.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1825	Rolo 3.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1829	Não identificado

João Francisco de Andrade faleceu em 1830. Em 1836, os registros já aparecem no nome de sua esposa Dona Ana Francisca Cardoza.

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1836	Rolo 3.1 – 2 <sup>o</sup> Distrito – Quarteirão 2 – Número 4

**Antonio Francisco de Andrade**

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

Vila de São Carlos (Campinas)

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1806	Rolo 1.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 9
1807	Rolo 1.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 6
1808	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1809	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1810	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1811	Rolo 1.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1812	Rolo 1.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1813	Rolo 1.4 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1814	Rolo 1.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1815	Rolo 3.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1818	Rolo 3.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1822	Rolo 3.4 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1824	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1825	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1829	Rolo 3.1 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1836	Rolo 3.1 – 2 <sup>o</sup> Distrito – Quarteirão 2 – No. 2

### **Theodoro Francisco de Andrade**

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

*Vila de São Carlos (Campinas)*

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1824	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1829	Rolo 3.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 1
1836	Rolo 3.1 – 2 <sup>o</sup> Distrito – Quarteirão 2 – No. 10

### **Joaquim José dos Santos**

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

*Vila de São Carlos (Campinas)*

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1804	Rolo 2.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 36
1806	Rolo 1.1 – 6 <sup>a</sup> Companhia – No. 10
1807	Rolo 1.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 28
1808	Rolo 1.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 53
1809	Rolo 1.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1810	Rolo 1.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 8
1811	Rolo 1.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 54
1812	Rolo 1.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 24
1813	Rolo 1.4 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 30
1814	Rolo 1.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 3
1818	Rolo 3.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 53
1822	Rolo 3.4 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 98
1824	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 36
1825	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 37
1829	Rolo 3.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1836	Rolo 3.1 – 2 <sup>o</sup> Distrito – Quarteirão 3 – No. 29



**Antonio Corrêa Barboza***Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*Vila de São Carlos (Campinas)

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1822	Rolo 3.4 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 6
1824	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 22
1825	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 19
1829	Rolo 3.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1836	Rolo 3.1 – 2 <sup>o</sup> Distrito – Quarteirão 2 – No. 11

**José da Cunha Paes Leme***Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*Vila de São Carlos (Campinas)

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1808	Rolo 1.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 55
1809	Rolo 1.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1812	Rolo 1.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1813	Rolo 1.4 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1814	Rolo 1.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1816	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1817	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1818	Rolo 3.3 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1822	Rolo 3.4 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 4
1824	Rolo 3.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 3
1825	Rolo 3.2 – 1 <sup>a</sup> Companhia – No. 3
1829	Rolo 3.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1836	Não identificado

**Salvador Bueno da Silveira***Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*Vila de São Carlos (Campinas)

<b>Ano</b>	<b>Localização</b>
1817	Rolo 3.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1818	Rolo 3.3 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 8
1822	Rolo 3.4 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 87
1824	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 5
1825	Rolo 3.2 – 2 <sup>a</sup> Companhia – No. 2
1829	Rolo 3.1 – 2 <sup>a</sup> Companhia – Sem numeração
1836	Não identificado

## Fontes e Bibliografia

### *Fontes Manuscritas*

#### **1 – Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)**

- Fundo Peter Eisenberg:

- a) Livro de Batizados de escravos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, Rolo 18 (Anos 1805-1857), Rolo 22 (Anos 1775-1858), Rolo 24 (Anos 1774-1797) e Rolo 25 (Anos 1797-1839). Formato – microfilme. Originais guardados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.
- b) Livro de Casamentos de escravos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, Rolo 36 (Anos 1774-1806) e Rolo 37 (Anos 1806-1872). Formato microfilme. Originais guardados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.
- c) Lista de Habitantes - Levantamentos Populacionais da Vila de São Carlos (Campinas), Rolo 1.1 (Anos 1806-1807), Rolo 1.2 (Anos 1807-1809, 1814), Rolo 1.3 (Anos 1814, 1810-1812), Rolo 1.4 (Anos 1812-1813), Rolo 2.1 (Anos 1779, 1797-1799), Rolo 2.2 (1799, 1798, 1800, 1801), Rolo 2.3 (1801, 1803-1805), Rolo 2.4 (Ano 1805), Rolo 3.1 (Anos 1836, 1829), Rolos (1839, 1826, 1825, 1824), Rolo 3.3 (1817, 1815, 1916, 1818), Rolo 3.4 (Ano 1818, 1819, 1822). Para o período de 1800 a 1836 houve levantamentos populacionais na Vila de São Carlos nos seguintes anos: 1801, 1803 a 1818 (sem nenhuma falha), 1822, 1824, 1825, 1829, 1836. Formato microfilme. Originais guardadas no Arquivo do Estado de São Paulo.
- d) Arquivo do Tribunal de Justiça, Vila Leopoldina, Inventário de Francisco Ignácio de Souza Queiroz, 1831. Formato microfilme. Original guardado no Arquivo do Estado de São Paulo.

## **2 - Centro de Memória da Unicamp (CMU)**

- Fundo Tribunal de Justiça de Campinas

- a) Inventários *Post-mortem* para os anos de 1801 – 1835: pesquisa sistemática.
- b) Inventário *Post-mortem*, 1<sup>a</sup>. Ofício, Caixa 82, Número 1941, Floriano de Camargo Penteado, 1838.
- c) Inventário *Post-mortem*, 1<sup>a</sup>. ofício, cx. 109, proc. 2063, Antônio Corrêa Barboza, 1839.

## **3 – Arquivo da Câmara Municipal de Campinas (ACMC)**

- a) Correspondências e Registros, Livro 2 (Anos 1825-1831), Livro 3 (Anos 1829-1839) e Livro 4 (Anos 1831-1842).
- b) Ofícios, Ordens Régias, Editais, Decretos, Leis, Posturas e Regulamentos, Livro 67 (Anos 1819-1826) e Livro 68 (Anos 1828-1830).
- c) Atas das Sessões da Câmara Municipal da Vila de São Carlos, Livros 137 (Anos 1820-1824) e Livro 138 (Anos 1829-1834).
- d) Documentos Avulsos, Caixa 2 (Anos 1830, 1831 e 1832), Documentos sem numeração.

## **4 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)**

- a) Correspondência dos Capitães Gerais 1721-1822, Vila de São Carlos (Campinas), Número da Ordem 235, Anos pesquisados 1800 – 1822.
- b) Ofícios Diversos de Campinas 1822-1835, Número de Ordem 849 e 850, Latas 55 e 56, Anos pesquisados 1822 até 1832.

- c) Tombamento dos Bens Rústicos, Número da Ordem 9869, Ano de 1818.
- d) Maços de População, Caixa 24-24, Anos de 1792 a 1797.

### ***Fontes Impressas***

#### *Relatos de Viagens*

D'Alincourt, Luiz, *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, São Paulo: Editora da USP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

Debret, Jean Bastide. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 3 v. em 2 tomos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem à província de São Paulo*, São Paulo: Martins/Edusp, 1972.

#### *Dicionários e outras obras impressas*

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa – século XXI*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

*Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia*, São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

Josino Nascimento Silva, *Código Criminal do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1859.

***Bibliografia: Artigos e Livros***

Andrade, Marcos Ferreira, *Rebeldia e resistência: as revoltas na província de Minas Gerais, 1831-1840*, Dissertação de Mestrado, UFMG, 1996.

Bacellar, Carlos de Almeida Prado, *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do oeste paulista, 1765-1855*, Campinas: Área de Publicações do CMU/Unicamp, 1997.

Brito, Jolumá, *História da cidade de Campinas*, Campinas: Editora Saraiva, 1956-1969.

Carvalho, José Murilo, *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Costa, Emília Viotti da, *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Craemer, Willy de; Vansina, Jan; e Fox, Renée C., “Religious Movements in Central Africa: a Theoretical Study”, *Comparative Studies in Society and History*, 18: 4, out, 1976.

Cunha, Manuela Carneiro da, “Política indigenista no século XIX”, in: Cunha, Manuela Carneiro da (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo/Fapesp, 1992.

Damásio, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

Eisenberg, Peter L., *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

Florentino, Manolo Garcia, *Em costas negras: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, 1790-1830*, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

Florentino, Manolo, Góes e José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Flory, Thomas, *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial: control social y estabilidad política en el nuevo Estado, 1808-1871*, México: Fondo de cultura económica, 1986.

Fraga Filho, Walter, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

Genovese, Eugene, *Da rebelião à revolução*, São Paulo: Editora Global, 1983.

Góes, José Roberto, *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*, Vitória: Secretaria do Estado da Educação, 1993.

Gomes, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Graham, Richard, “A família escrava no Brasil colonial”, in: *Escravidão, reforma e imperialismo*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

Grinberg, Keila, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Holanda, Sérgio Buarque de (org.), *História geral da civilização brasileira*, 5<sup>a</sup> edição, tomo II, volume II, São Paulo: Difel, 1985.

Kraay, Hendrik, “Repensando o recrutamento militar no Brasil”, *Revista Diálogos*, Maringá: Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Vol 3, No. 1

Karasch, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Klein, Herbert S., *The middle passage: comparative studies in the atlantic slave trade*, Princeton: Princeton University Press, 1978.

Klein, Herbert S., “A demografia do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil”, in: *Estudos Econômicos*, no. 2, Vol. 17, Maio-Agosto, 1987.

Libby, Douglas Coule e Paiva, Clotilde Andrade, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José D’El Rey em 1795” in: *Revista brasileira de estudos de população*, v.17, n.1/2, jan./dez., 2000.

Machado, Maria Helena P. T.. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_, Maria Helena P. T.. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994.

Malheiro, Perdigão, *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, 2 volumes, Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

Mattos, Hebe Maria. *Das Cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (1ª. ed.: Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995).

McBeth, Michael, “The brazilian recruit during the first empire: slave or soldier?” in: Alden, Daril e Dean, Warren (orgs), *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*, Gainesville: University Presses of Florida, 1977.

Nascimento, Álvaro Pereira do, *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na armada imperial*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Paiva, Eduardo França, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, São Paulo: Annablume, 1995.

Petrone, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1968.

Pimenta, Tânia Salgada, “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828)” in: *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, V(2): 349-72, jul/out de 1998.

Pupo, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, no. 20, 1969.

Pupo, Celso Maria de Mello, *Campinas, município do império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.

Queiroz, Suely Robles Reis de. *A escravidão negra em São Paulo*, Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1977.

Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_, João José, “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP*, n.28, ano1995-1996.

\_\_\_\_\_, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



Reis, João José, “O jogo duro do Dois de Julho: o ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”, in: Reis, João José e Silva, Eduardo (orgs.), *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_, João José e Gomes, Flávio dos Santos, *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ribeiro, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*, Tese de doutorado, IFCH-Unicamp, 1997.

Rios, Ana Maria Lugão, “The politics of kinship: compadrio among slaves in nineteenth-century, Brazil”, in: *The history of the family*, vol. 5, na. 3, 2000.

Rocha, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

Rodrigues, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, Campina/São Paulo: Editora da Unicamp/Cecult, 2000.

Sampaio, Gabriela dos Reis, *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*, Campinas: Editora Unicamp/Cecult, 2002.

Schwartz, Stuart B., *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Schwartz, Stuart B., “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814”, in: Reis, João José. e Gomes, Flávio Santos, *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Schwartz, Stuart e Gudeman, Stephen, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”, in: Reis, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

Slenes, Robert W., *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*, Tese de doutorado em história, Stanford: Stanford University, 1976.

Slenes, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_, Robert W., “Malungu, Ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil”. In: *Revista USP*, n. 12, dez./jan./fev. 1991-92, p.48-67.

\_\_\_\_\_, Robert W., “Senhores e subalternos no Oeste paulista”. In: Alencastro, Luís Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil, v.II: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

Soares, Carlos Eugênio Líbano e Gomes, Flávio dos Santos, “Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”, in: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n.2, 2001.

Soares, Mariza de Carvalho, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

Xavier, Regina Célia Lima, *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1996.

Xavier, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Dissertação de doutorado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 2002.